

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

JULIANA DE OLIVEIRA BARROS BRAZ

**Os dilemas de se estar no fio da navalha:
A experiência do Banco Palmas e suas práticas cotidianas**

**São Paulo
2014**

JULIANA DE OLIVEIRA BARROS BRAZ

**Os dilemas de se estar no fio da navalha:
A experiência do Banco Palmas e suas práticas cotidianas
(versão original)**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Doutor
em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientadora: Prof^a Tit. Sylvia Leser de Mello

**São Paulo
2014**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Braz, Juliana de Oliveira Barros.

Os dilemas de se estar no fio da navalha: a experiência do Banco Palmas e suas práticas cotidianas / Juliana de Oliveira Barros Braz; orientadora Sylvania Leser de Mello. -- São Paulo, 2014.

194 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Economia solidária 2. Finanças 3. Cotidiano 4. Cultura democrática 5. Organização popular 6. Psicologia social I. Título.

HM126

Juliana de Oliveira Barros Braz

Os dilemas de se estar no fio da navalha: A experiência do Banco Palmas e suas práticas cotidianas.

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Doutor
em Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*À Sandra Magalhães
(in memoriam)*

Agradecimentos

À Profa. Sylvia Leser pelo incentivo valioso e pela generosidade de ficar em minha companhia nos caminhos da pesquisa. Longos anos, muitas angústias, mas também muito aprendizado. Obrigada por todas as conversas e reuniões de orientação que, mais do que tudo, me ensinaram sobre a vida dos homens;

À Profa. Leny Sato por ter me acolhido nas suas reuniões de orientação e no grupo de estudos sobre o cotidiano. Foi um importante e gostoso reencontro. Obrigada, também, pela leitura atenta dos meus textos desde o mestrado e pelas contribuições no exame de qualificação;

À Profa. Vera Paiva por ter me iniciado nos caminhos da pesquisa e pela ajuda em momentos importantes;

Ao Prof. Peter Spink por suas contribuições no meu exame de qualificação e por inspirar os pesquisadores que “pensam fora da caixa”;

À Capes pela bolsa de pesquisa;

À Nalva por todo o carinho e gentileza na resolução dos assuntos mais diversos;

À Rosangela e Selma pela disposição em ajudar sempre que necessário;

Aos Profs. Luis Galeão e Bernardo Svartman por me acolherem em suas disciplinas e pelo sempre instigante debate de ideias;

A todos os que participaram do grupo de estudos sobre o cotidiano por trazerem alegria e descontração à difícil tarefa do pensar. E, é claro, por todos os debates e discussões sempre muito proveitosos;

À Profa. Marguerite Mendell da Universidade de Concórdia (Canadá) pelo olhar atento às experiências brasileiras e por observações certeiras num momento importante desse caminho;

A todos os moradores do Conjunto Palmeiras com quem conversei, descobri mais sobre o bairro e compreendi melhor suas vidas. Em especial, Eliane, Marcela, Márcia, Raimunda, Seu Zé, Angelina e Nazaré que compartilharam comigo seu tempo e suas experiências, muitas vezes tão duras;

A todos que constroem cotidianamente o Banco Palmas. Em especial a Otaciana, Jaqueline, Isimario e Glau sempre dispostos a uma boa conversa entremeada pelo afiado humor cearense.

Ao Joaquim por abrir a porta do Instituto Palmas e me deixar entrar. Por todas as conversas, os debates francos e instigantes, aprendizados e por sua confiança e amizade. Obrigada pela leitura atenta da tese e suas importantes contribuições;

Ao Asier pela parceria de trabalho, pelos bate-papos, pelo suporte e pela companhia nas minhas estadias em Fortaleza;

Ao Carlos de Freitas pelas intermináveis discussões sobre o Banco Palmas e os bancos comunitários. Pela versão generosa do resumo para a língua francesa;

À Carolina Poppi pela revisão final do texto, última parceira desta trajetória;

A Adriana, Agda, Camila, Patricia e Paulinha pela amizade de tantos anos, paciência nos momentos de sumiço, e por me ajudarem a ser quem sou;

À Carol pela redescoberta de uma grande amizade em meio a uma fiel parceria no trabalho de pesquisa;

À Gabriela pela amizade e apoio nas diversas versões para a língua inglesa;

Ao Digó por todas as discussões, tensões e parcerias das quais surgiu uma importante amizade;

Ao quarteto fantástico Pati, Patê, Digó e Dani pelas conversas descompromissadas na varanda. Vocês não podem imaginar o quão importante elas foram num momento bem difícil desta jornada. E, em especial, ao Pate e Digó por compartilharem a aventura do rural na metrópole paulistana;

A Mari, Deni e Silvia por fazerem do trabalho um espaço de afeto, cuidado, companheirismo e amizade;

À minha família santista pelo apoio e por resguardar o caminho do mar, fonte vital de inspiração;

A Mila e Charles por todo o carinho e apoio sempre tão presentes, mesmo estando tão distantes;

À Márcia pela escuta atenta e cuidadosa durante todos esses anos;

À Sonia por todo o apoio na reprodução da vida concreta e por me incentivar a seguir em frente ao dar tanta importância ao meu, muitas vezes sem sentido, trabalho de escrita;

Ao Felipe e Arthur pelos sorrisos e abraços descompromissados. Por me levarem a outros mundos com suas histórias fantásticas de monstros e super-heróis;

Ao meu irmão pelo apoio, muitas vezes, silencioso. Por compartilhar caminhos e ideias;

Aos meus pais com quem aprendi o significado concreto da palavra humanidade. Agradeço por toda a generosidade e amor;

Ao Alan pela companhia na descoberta diária do que significa amar.

*Queria ter inspiração
Para nesta ocasião
Falar com emoção
Vinda lá do coração
E que a palavra não diz
E de minha gratidão*

*Gratidão ao criador
Que proporcionou
A feliz oportunidade
Pelo convívio pela amizade
Com gente de toda nação,
É grande a emoção
Propagar a solidariedade*

*Não desista do seu sonho
Por isso é que me proponho
Contribuir com extraordinário
Encontro de Bancos Comunitários
Perpetuando uma conquista
Contra o modelo capitalista
Hoje mais que necessário*

*5% na riqueza
95% na pobreza
Sem fama, sem vez e sem voz,
Por isso é que estamos nós
Neste encontro nacional
A voz do bem contra o mal,
Da solidariedade contra o algoz.*

*Este modelo de capital
Comprou escravos, fez o mal
Comprou honra, dignidade
Destruí felicidade
Criou até o FMI
Agora está a ruir*

*Dando lugar à solidariedade
Sejamos todos solidários
Vamos mudar este cenário
Este modelo é um desafio
Suprirá o espaço vazio,
Para o bem desta nação
São Francisco estende a mão
Nos tira deste vazio*

*Os bancos brasileiros
Visam desempenho financeiro
Que mais remunera o gerente
Torna a agência eficiente.
O cliente é descartado
Jamais é considerado
Como útil, como gente.*

*Os bancos comunitários
Atuam neste cenário
De maneira diferente,
Para eles, pobre é gente
Visto até como irmão
Que ajudarão a nação
A ser mais eficiente*

*A criação do Banco Timba
Foi igual a cavar cacimba
Em cima de um rochedo
Por cabra da peste, sem medo,
Nem para cara feia se dobra
Tira até leite de cobra
Acaba samba, folguedo*

*Não se sustenta a nação
Sem trabalho, produção
Com panela vazia.
É ilusão é utopia,
Até pagar imposto
Com o suor do próprio rosto
Traz dignidade, alegria*

*Não queiram se aborrecer,
Permitam-me a dizer
Do fundo da minha alma
Viva o Instituto Palmas.
História é assim que se faz
Com gente honesta, capaz
Para os quais eu peço palmas.*

Cordel elaborado por J. Barbosa Vice-presidente do CDCT e Gestor do Banco Timba

RESUMO

BRAZ, J. O. B. *Os dilemas de se estar no fio da navalha: A experiência do Banco Palmas e suas práticas cotidianas*. 2014. 194 fls. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

Em 1998, após vinte anos de conquistas de infraestrutura para o bairro do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, Ceará, a pobreza e a geração de trabalho e renda apresentavam-se como os grandes desafios a serem enfrentados por seus moradores. Na busca por alternativas locais, estruturou-se uma estratégia de desenvolvimento comunitário que articulou o consumo à produção local. O consumo foi estimulado, inicialmente, por meio de um cartão de crédito chamado *PalmaCard* e, mais tarde, pelo uso da moeda social *Palmas*. Já a produção, foi incentivada a partir da oferta de crédito produtivo articulada à criação de pontos de comercialização locais como feiras, festivais e uma loja solidária, e ao fomento à formação de empreendimentos coletivos. Nascia, assim, o primeiro banco comunitário do Brasil: o Banco Palmas. As ações propostas pelo banco comunitário, com a formação de redes locais de produção e consumo, e o debate sobre o desenvolvimento do bairro abriram caminhos para a experimentação de valores antagônicos aos pregados pela sociedade atual: ao invés da competição, a afirmação do trabalho associado; do individualismo do empreendimento, a decisão coletiva. Por assumir múltiplas dimensões, o Banco Palmas se torna uma experiência potente para a análise das iniciativas de economia solidária que articulam a dimensão econômica às dimensões social e política. O lugar que essas experiências ocupam na vida cotidiana das pessoas passa pela importância da família na organização das relações sociais e da vida, da cultura clientelista, da referência ainda presente do trabalho assalariado, dos costumes e da cultura popular, do lugar da mulher, da relação com o bairro e a cidade e das políticas sociais dos últimos anos. Este trabalho é, portanto, uma tentativa de compreensão e de articulação entre esses elementos que compõem a trama de nossa dinâmica social, sendo o crédito, o banco comunitário, os serviços financeiros e a moeda social alguns de seus personagens. São diversas pontas e tentativas de ligação entre os elementos trazidos à cena. O Banco Palmas pode ser visto como instituição mediadora na promoção de relações diferenciadas para os moradores do bairro, ampliando o acesso à cidade, a espaços de participação e a novos sistemas simbólicos que permitem a conexão da vida a outras redes de sentidos e significados. Ancorada nos escritos de José de Souza Martins e, de alguma forma, nas ideias de Henri Lefebvre as contradições do vivido puderam se tornar material rico de análise. Algumas das principais reflexões tratam da articulação do tradicional e do moderno na configuração do Banco Palmas, da função do crédito na sustentação das relações dos moradores com o banco e da busca, a partir das relações de vizinhança e de família, em constituir uma experiência formal que pode basear a criação de uma referência menos privatizada da vida social.

Palavras-chaves: Economia Solidária – Finanças – Cotidiano – Cultura Democrática – Organização Popular - Psicologia Social.

ABSTRACT

BRAZ, J. O. B. The dilemmas of walking a fine line: The experience of Banco Palmas and its daily practices. 2014. 194 fls. Doctoral Thesis. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

In 1998, after 20 years of achievements within the infrastructure at the neighbourhood of Conjunto Palmeiras at Fortaleza, Ceara, poverty and job and income generation were the major challenges to be overcome by its inhabitants. In search of local alternatives, the local Community Association (ASMOCONP) structured a strategy for community development capable of articulating local consumption and production. Consumption was initially stimulated by a credit card called PalmaCard, and later with the use of the social currency Palmas. Production was driven by offers of production credit and wholesaling strategic for local producers and retailers, fomenting collective entrepreneurs, creation of local retail areas for fairs, festivals and community shops. It was being born the first community bank in Brazil, Banco Palmas. The proposed actions, with creation of a local net of consumptions and production and debates upon neighbourhood improvement, opened paths for experimenting opposing values to the stated by today's society: instead of competition, partnership labour avowal; instead of the individualism of entrepreneurship, the collective decision making. By assuming multiple dimensions, Banco Palmas becomes a strong experience for the analysis of initiatives on solidary economy which articulated the economic realm towards social and political dimensions. Besides its importance as a mediation institution and in promoting unique relations for the local community, it enlarges access to the city, to places of participation and to symbolic new systems which allow the connections of life to other networks of sense and meaning. The place in which these experiences occupy in peoples everyday life, bears the importance of family, once it organizes social relations and life, of cultural clientele, of a reference still present of labour, customs and popular culture, of women's place within society, of relationships between the neighbourhood and the city, of social policies from earlier years. This work is an attempt to get comprehension and articulation of elements that constitute this web of social dynamic, being credit, community bank, financing and loan services, and social currency a few of the players. It is a variety of loose pieces and connection attempts among elements brought about the scene. Anchored on writings by José de Souza Martins and, at some level, in the ideas of Henri Lefebvre, the contradictions of the living become a rich material for analysis. Some of the main reflexions deal with the articulation of the traditional and the modern in Banco Palmas configuration; of the function of credit within the maintenance of relationships between neighbourhood and families' constitution, a formal experience that can be the basis for the creation of a reference of social life less privatized.

Key-words: Solidarity Economy – Finance – Everyday Life – Democracy – Social organization – Social Psychology.

RÉSUMÉ

BRAZ, J. O. B. *Les dilemmes d'une position sur le fil du rasoir: l'expérience de la Banco Palmas et ses pratiques quotidiennes*. 2014. 194 fls. *Thèse de Doctorat*. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

En 1998, après vingt ans passés à conquérir, de haute lutte, des infrastructures pour leur quartier, la pauvreté et la création d'emplois et de revenus représentaient pour les habitants du Conjunto Palmeiras à Fortaleza (Ceará), les principaux défis à relever. Cherchant des alternatives locales, ils ont structuré une stratégie de développement communautaire articulant production et consommation locales. La consommation s'est vue stimulée initialement au moyen d'une carte de crédit, la *PalmaCard*, puis par l'utilisation de la monnaie sociale, le *Palmas*. La production, quant à elle, a été dynamisée via une offre de crédit à la production, le soutien à des stratégies de commercialisation des producteurs et des commerçants locaux, l'encouragement à la création d'entreprises collectives, et la mise en place de points de vente locaux tels que les foires, les festivals et un magasin solidaires. Ainsi naissait la première banque communautaire du Brésil, la *Banco Palmas*. Les actions proposées par la banque communautaire, avec la création de réseaux locaux de production et de consommation, et le débat sur le développement du quartier, ouvrent la voie à l'expérimentation de valeurs antagonistes à celles prêchées par la société actuelle : plutôt que la concurrence, l'affirmation du travail associé ; plutôt que l'individualisme de l'entreprise, la décision collective. Recouvrant plusieurs dimensions, la *Banco Palmas* constitue une expérience particulièrement intéressante pour l'analyse des initiatives de l'économie solidaire qui articulent la dimension économique aux dimensions sociales et politiques. Il en va ainsi de l'importance de la banque en tant qu'institution médiatrice dans la promotion de relations différenciées pour les habitants du quartier, favorisant l'accès à la ville, à des espaces de participation et à de nouveaux systèmes symboliques permettant la connexion de la vie à d'autres réseaux de sens et de significations. La place que ces expériences occupent dans la vie quotidienne des personnes passe par l'importance de la famille dans l'organisation des relations sociales et de la vie, de la culture clientéliste, de la référence, encore présente, au travail salarié, des coutumes et de la culture populaire, de la place des femmes, de la relation avec le quartier et la ville, et des politiques sociales de ces dernières années. Ce travail se veut donc une tentative de compréhension et d'articulation entre ces éléments qui forment le tissu de nos dynamiques sociales : le crédit, la banque communautaire, les services financiers et la monnaie sociale figurent certains de ses personnages, portés à la scène, et qu'il s'agit ici de tenter de relier entre eux. Ancrées dans les écrits de José de Souza Martins, et dans une certaine mesure, dans les idées d'Henri Lefebvre, les contradictions de l'expérience vécue pourraient constituer un matériel riche pour l'analyse. Parmi nos réflexions principales, certaines traitent de l'articulation entre le traditionnel et le moderne dans la configuration de la *Banco Palmas*, de la fonction du crédit dans le maintien des relations des habitants avec la banque, et de la recherche, à partir des relations familiales et de voisinage, d'une expérience formelle sur laquelle baser la création d'une référence moins privatisée de la vie sociale.

Mots-clefs: Economie Solidaire – Finances – Quotidien – Culture Démocratique – Organisation Populaire - Psychologie Sociale.

SUMÁRIO

Apresentação	13
Capítulo I – A servidão financeira: imbricações no mundo da produção e da vida	30
1.1 O neoliberalismo e a mundialização financeira: duas faces da mesma moeda.....	30
1.2 Negócios inclusivos, empresas sociais e fundos de impacto: a financeirização do social.....	43
Capítulo II – Vozes dissonantes: a economia solidária e suas iniciativas	49
2.1 A economia solidária no Brasil: notas sobre seu histórico	49
2.2 Os dilemas das lutas atuais: os bancos comunitários de desenvolvimento	56
2.3 A busca por outro desenvolvimento: aproximações com a economia popular	64
Capítulo III – O campo	70
3.1 Encontros, reuniões, debates, desencontros, conversas, bate-papo, passeio pela rua, hospedagem	70
3.2 Diálogos entre pesquisas	83
Capítulo IV – Banco Palmas: apropriação e busca por outros possíveis	86
4.1 O cordel da história: a voz dos moradores	86
4.2 A história recontada: o que dizem os livros, os documentos e as fotografias	91
4.3 O Banco Palmas hoje: retrato em cores e números.....	111
4.3.1 Retrato em cores	113
4.3.2 Retrato em números	116
Capítulo V – A vida de todo o dia: as ambiguidades do vivido na construção dos possíveis	117
5.1 O bairro e seus moradores	117
5.2 As redes econômicas locais: trabalho e sobrevivência	120
5.3 O vivido e seus tempos: o Banco Palmas e o seu substrato social.....	125
5.4 O lugar: a apropriação das técnicas e suas tensões.....	134
5.5 Público, privado e território: o bairro como referência.....	142
5.6 Chegando ainda mais perto: o vivido e suas vozes	158
5.6.1 Vizinhança e dinheiro: possíveis tensões.....	158
5.6.2 Crédito: sentidos e funções.....	163
5.6.3 O tempo ampliado da vida: a busca para se encontrar na História	174
Considerações Finais	182
Referências Bibliográficas	186

Apresentação

Este trabalho pretende dar continuidade às reflexões sobre a vida dos moradores de bairros periféricos entrelaçadas a processos de organização popular. A minha trajetória de trabalho com a população moradora de bairros periféricos se iniciou com a participação na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP/USP) na formação de cooperativas e, em seguida, ao compor uma assessoria técnica a movimentos populares na construção de moradias através dos mutirões autogestionários. Esses últimos foram o foco da minha dissertação de mestrado que discutiu o funcionamento de três mutirões habitacionais e tentou enfrentar as questões ligadas à organização das famílias na construção de suas casas. Por estar envolvida diretamente com o trabalho dos mutirantes, pude discutir, a partir do cotidiano da obra, como se davam os microprocessos da construção dos acordos coletivos e da efetivação das regras e como eles se entrelaçavam ao contexto da vida na cidade.

No campo da economia solidária, minha atuação esteve, inicialmente, ligada à formação de grupos produtivos e cooperativas populares. Desde 1999, estou envolvida com as atividades ligadas a essa temática na Universidade de São Paulo, tendo até 2004 participado das atividades da ITCP/USP e, em seguida, do Núcleo de Economia Solidária (NESOL/USP). Ambas as instituições têm como foco a articulação entre a pesquisa e a extensão, buscando construir alternativas que possam romper com a exploração e a heteronomia que caracterizam as relações de trabalho no modo de produção capitalista. Seguindo os escritos de Paul Singer, que relacionam diretamente economia solidária com autogestão, pode-se afirmar que somente a posse dos meios de produção e a discussão coletiva dos processos de trabalho permitirão uma sociedade mais justa e menos desigual (SINGER, 2004, 2005).

O trabalho na ITCP com formação de cooperativas apresentou um conjunto de desafios e condições a serem superados. A construção coletiva de alternativas de trabalho esbarrava no contexto precário de desenvolvimento dessas iniciativas, na baixa escolaridade dos participantes, na falta de dinheiro para participação nas reuniões, na baixa qualificação para a execução dos serviços, na falta de experiência em gestão, na dificuldade de recursos para capital de giro e nas dificuldades na venda dos produtos. Para os grupos serem fortalecidos, era

necessário um conjunto de ações integradas tanto de qualificação quanto de suporte financeiro. Além disso, o tempo da formação do grupo não era o tempo da urgência, da necessidade de seus participantes, fazendo com que muitos desistissem por terem que arrumar bicos para garantir o sustento da família.

Do apoio a grupos produtivos espalhados e isolados em diversas regiões de São Paulo, passamos a fortalecer a formação de redes de empreendimentos. Aos poucos, ampliamos ainda mais nosso olhar ao concebermos o território como o locus de atuação. Entende-se aqui território não em seu caráter estático, mas sim dinâmico, como o conjunto de relações sociais, econômicas, políticas e culturais. A atuação passou, então, a ser mais integrada a determinada dinâmica territorial, tentando criar certa ambiência que possibilitasse o fortalecimento dos grupos.

Durante esse processo, a economia solidária cresceu e se tornou política pública em nível federal, estadual e municipal. Houve também um aumento do número de iniciativas que passaram a se reconhecer e serem reconhecidas como parte desse campo, para além das cooperativas e dos grupos produtivos: as experiências de comércio justo e solidário, as redes de comercialização, os clubes de trocas, os bancos comunitários de desenvolvimento, os fundos rotativos solidários, entre outras.

Dessa forma, as estratégias construídas e as mudanças ocorridas no modo de atuação da ITCP com os grupos vieram tanto da articulação das experimentações e vivências dos formadores dessa instituição, quanto desse processo de reconhecimento de novas práticas no campo social.

Se, num primeiro momento, nos parecia possível uma atuação ligada apenas à organização para o trabalho coletivo, foi ficando cada vez mais clara a necessidade de um trabalho mais integrado para dar maior sustentação aos grupos. Por isso, apostou-se no desenvolvimento de uma dinâmica local que permitisse o fortalecimento das iniciativas econômicas com estímulo à formação de redes de produtores e consumidores, à articulação local para a comercialização e ao acesso ao crédito.

A experiência dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCD) já era reconhecida como uma importante iniciativa da economia solidária, tendo como principal referência de sucesso o Banco Palmas, localizado num bairro periférico da cidade de Fortaleza.

O banco comunitário é uma iniciativa de finanças solidárias e de desenvolvimento territorial que tem o objetivo de dinamizar as economias locais e fortalecer a organização comunitária a partir da oferta de serviços financeiros como crédito, além de serviços bancários como pagamento de contas. Essa oferta tem um sentido de ampliar o acesso da população pobre a esses serviços que, seguindo a lógica da acumulação, se encontra distante desse público. Entretanto, a forma de garantir esse acesso afirmando as relações de proximidade entre os moradores e entre esses e o banco transcende esse primeiro sentido e pode sugerir pequenos indícios de outros valores nos quais se baseiam as relações econômicas e sociais.

Além disso, há a criação de uma moeda que circula apenas no território de abrangência do banco comunitário. A moeda social estimula o consumo na própria comunidade e contribui para a manutenção dos recursos gerados, circulando internamente.

Diante desse arranjo territorial promovido pelo banco comunitário, a ITCP, em 2008, desenvolveu através de um projeto com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) essa experiência em cinco comunidades na cidade de São Paulo.

Foi nesse contexto que fui ao Banco Palmas pela primeira vez. Em 2008, o banco havia completado 10 anos de existência. Folders, reportagens e alguns artigos tinham feito com que eu entrasse em contato com essas ações. Entretanto, adentrar o saguão do banco trouxe de forma concreta a importância dessa experiência. Os inúmeros cartazes pendurados nas paredes atualizavam a história de lutas iniciada nos anos 70: alguns já surrados pelo tempo, outros indicando as últimas atividades organizadas. A história do Banco Palmas no Conjunto Palmeiras representa uma importante articulação que se realizou entre os movimentos sociais surgidos nos anos 70 e 80 e as iniciativas de economia solidária surgidas nos anos 90. A organização política das décadas anteriores por melhorias de infraestrutura passaram, no contexto das políticas neoliberais e aprofundamento do desemprego, a articular a atuação política com a criação de novos arranjos econômicos.

A transformação capitalista do campo, com a forte concentração de terra e capital nas mãos de poucos, e a concentração populacional em cidades, despreparadas em todos os sentidos para receber o fluxo constante de migrantes que a elas chegava, são o substrato imediato dos movimentos populares urbanos e rurais onde se enraíza a Economia Solidária (MELLO, 2009, p.16).

Nessa perspectiva, as experiências de economia solidária, ao criarem formas de organização do trabalho, produção, comercialização e consumo com sentidos políticos e democráticos, apontavam e apontam para uma renovação de atuação e discurso político dos movimentos populares.

Essa é uma das possíveis leituras sobre a economia solidária, pois na zona indeterminada em que se localiza o social hoje, suas iniciativas são vistas também como um dos resultados da precariedade da nova configuração do mundo do trabalho. Chico de Oliveira, crítico incessante e sagaz do sistema capitalista, em debate¹ com Prof. Paul Singer, defendeu o caráter reprodutor da economia solidária e o fato de que ela não pode ser considerada resquício de sistemas tradicionais, mas sim subproduto da reprodução capitalista atual tendo, portanto, a função de deixar mais aceitáveis os resíduos do sistema. Em resposta, o Prof. Paul Singer afirmou que a economia solidária pode ser produto do sistema ao mesmo tempo em que é alternativa para a desilusão.

Essa é uma das inúmeras encruzilhadas que desafiam as reflexões e análises acerca dos processos de mudança social: por um lado, as visões macroestruturais; de outro, os olhares que reconhecem a vida concreta como dimensão essencial na qual se enraízam as mudanças mais profundas. Sylvia Leser de Mello² sugere que esse é o difícil lugar daqueles que atuam na economia solidária e que assumem tanto o caráter reprodutor dessas experiências como as pequenas conquistas do cotidiano onde se torna possível encontrar a revolução. E é justamente nessa difícil missão que se encontra este trabalho: contempla tanto a crítica de Chico de Oliveira como a assunção de que Joanas, Marias, Filomenas, Franciscos, Josés e tantos outros trabalhadores não podem, em seu cotidiano de sobrevivência e exploração, esperar ou assumir o risco de uma saída estrutural mais radical. Mas será que já não o fazem diariamente? Há que se estar no fio da navalha.

Por meio da atuação no projeto de implantação dos bancos comunitários pude perceber a importância dessa estratégia dentro do âmbito da economia solidária não apenas na criação de empreendimentos coletivos, mas principalmente na oferta de serviços financeiros articulada ao fortalecimento da organização comunitária.

¹Economia Solidária: Limites e possibilidade. 2010. Universidade de São Paulo. Instituto de Oceanografia. Participantes: Prof. Francisco de Oliveira, Prof. Paul Singer, Prof^a Leda Paulani. Participação da autora desta tese como ouvinte.

²Registro oral. Referência a uma conversa ocorrida durante um encontro de orientação. Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia. Dezembro de 2013.

Diante dessa constatação, foi necessário um reordenamento das questões relacionadas ao trabalho em economia solidária. Se antes essas estavam ligadas a mudanças nas relações de trabalho, agora a vida financeira das pessoas, as necessidades cotidianas apareciam como centro da reflexão. E embora haja esse deslocamento do nosso ponto de partida, a temática do trabalho permanece central, pois é da reprodução da vida que se fala: a oferta de crédito está atrelada diretamente às estratégias de sobrevivência das famílias pobres. Esse deslocamento não tem proximidade alguma com o descolamento que vem ocorrendo no âmbito econômico entre as esferas da produção e financeira, com a economia sendo cada vez mais regida pela especulação do capital e pelos fluxos virtuais de dinheiro e não pela produção material de bens e serviços. É objetivamente o inverso.

Falar de vida financeira, nesse contexto, é falar das necessidades concretas da população pobre que, com diversos mecanismos e estratégias, tenta produzir condições para a sua sobrevivência. As questões econômicas e financeiras são centrais e definem o dia a dia das famílias. O pagamento de uma conta atrasada e a compra de mistura para a próxima refeição podem estar atreladas à venda de uma sucata, à realização de uma faxina na casa de uma vizinha com mais condições ou à chegada do marido depois de um bico de pedreiro ou de ajudante. Uma das pessoas com quem conversei num banco comunitário apontou como nada desprezível os gastos imprevistos com a compra de um lápis e de uma borracha para os filhos utilizarem na escola.

Diante dessa precariedade é que os pobres constroem as estratégias para dar conta da vida e de seus imprevistos como a doença de um filho, a morte de um integrante da família, a perda de um bico certo, uma enchente ou mesmo a compra de um remédio.

A busca por crédito num momento de extrema necessidade torna ainda mais vulnerável essa população, pois o acesso a um empréstimo rápido pode estar vinculado às relações de exploração e dependência com um agiota, bem como à rede de relações familiares, as quais podem significar submissão e uma relação de maior exploração.

Toda essa trama, que envolve trabalho, vida, relações de vizinhança e de família e vida financeira, vai também apresentando um mercado de troca e venda de serviços e produtos que está limitado à comunidade e que permite a obtenção de algum tipo de renda.

Essa economia que ocorre nos bairros populares pode ser identificada como parte da chamada economia informal ou popular. Há um debate sobre a economia popular que se faz em diálogo com o campo da economia solidária. Para Singer (2004, 2005), a economia solidária está relacionada diretamente à autogestão, ou seja, à posse dos meios de produção e à ausência de hierarquia entre aqueles que pensam e os que executam. Em diálogo com essas ideias, há outro conjunto de autores que adjetiva de solidária a chamada economia popular. Kraychete (2000, 2008) caracteriza a economia popular ou dos setores populares como solidária, já que essas iniciativas seguem uma lógica de funcionamento não regida pela lógica capitalista, mas que, ao mesmo tempo, também não têm como vocação, necessariamente, a autogestão. São empreendimentos familiares ou mesmo pequenos empreendimentos que seguem muito mais a lógica da inclusão e da subsistência do que a lógica utilitarista da maximização do lucro.

Dessa forma, torna-se importante a caracterização dessas estratégias construídas pela população para dar conta da sua sobrevivência diária e para compreender sua inserção na dinâmica econômica estabelecida nos bairros periféricos. Essas dinâmicas locais, entretanto, não devem ser entendidas fora do funcionamento da economia como um todo. Pelo contrário, a sua existência é resultado de um sistema que há muito tempo já demonstrou que não haverá a inserção completa dos trabalhadores pela via do trabalho formal, restando a uma grande parcela da população o desenvolvimento de pequenos negócios e vendas.

A partir dessa premissa, é necessário ter cautela na análise da iniciativa dos bancos comunitários, pois certa apologia positiva dessas estratégias pode mascarar o caráter estrutural da pobreza e a dimensão política de sua superação. Ao mesmo tempo, desconsiderar essa dinâmica e possíveis arranjos locais e comunitários que partam em direção à diminuição da desigualdade também pode produzir certa paralisia crítica. Como já mencionado, caminha-se aqui no fio da navalha.

As ações propostas pelo banco comunitário, com a formação de redes locais de produção e consumo, e o debate sobre o desenvolvimento do bairro abrem caminhos para a experimentação de valores antagônicos aos pregados pela sociedade atual: ao invés da competição, a afirmação do trabalho associado; do individualismo do empreendimento, a decisão coletiva. Nesse sentido, não são as ferramentas financeiras que produzem as transformações, mas a forma de seu uso que refaz o sentido da economia como o modo de organização da vida e não como

um sistema natural de competição por recursos, consumidores, nichos de mercado e maximização dos lucros.

Essas considerações são importantes quando se estabelece um diálogo com o campo das microfinanças. Para alguns autores como Kraychete (2005) e Bateman (2007), o incentivo a iniciativas de microcrédito é parte do discurso neoliberal que desloca a noção de pobreza de um viés político para uma orientação de caráter individualizante atrelada ao discurso do empreendedorismo. Nos anos 80, o Banco Mundial propôs e investiu em ações voltadas ao oferecimento de crédito para a população pobre, fortalecendo a ideia de que a pobreza poderia ser superada a partir, principalmente, do incentivo à capacidade empreendedora dessa parcela da população (KRAYCHETE, 2005). Foram feitos grandes investimentos em instituições para a oferta de serviços microfinanceiros em países pobres e criou-se uma verdadeira indústria do microcrédito com instituições internacionais que atuam em diversos países seguindo a lógica globalizante das empresas transnacionais: instituições sem enraizamento local e comunidades consideradas nichos de mercado a serem atingidos.

Os bancos comunitários utilizam-se das mesmas ferramentas microfinanceiras, porém o sentido da ação parece seguir caminhos diferentes. Nessa iniciativa, a oferta de crédito objetiva fortalecer práticas coletivas e sustentar dinâmicas econômicas que visam garantir a produção, em sentido amplo, da vida. Ou seja, as ações do banco comunitário assumem um sentido em busca de mudanças, não só no modo como concede o crédito e pelo seu arranjo institucional, como também no desenvolvimento de projetos que articulam formação profissional, estímulo à formação de empreendimentos produtivos coletivos e à formação de redes locais de produção e consumo, criando um horizonte comum no desenvolvimento econômico e social daquele território. Há, portanto, a dimensão econômica articulada às dimensões social e política.

Se por um lado, os bancos comunitários buscam refazer o laço entre vida econômica e social, por outro, utilizam-se de uma das ferramentas financeiras que baseiam o mecanismo de funcionamento do capitalismo atual – o crédito. O processo de mundialização econômica, a partir dos anos 70, representou a consolidação de uma nova etapa do capitalismo – o capitalismo financeiro. Processos de desregulação e liberalização permitiram que as instituições financeiras saíssem do controle dos Estados nacionais e pudessem atuar de forma mais

dinâmica no mercado mundial.

Outro fator que modificou e alavancou esses processos foi o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e de informação, facilitando o envio de dados e uma maior capilaridade de atuação. Para nós, insignificantes moradores dessa babel financeira, a melhor forma de compreendermos esse fenômeno é refletirmos sobre nossa vida cotidiana: o aumento do acesso a caixas eletrônicos, a serviços on-line e a cartões de crédito, variados tipos de investimento oferecidos pelo banco, diferentes tipos de serviços e tarifas. Quantos bancos comerciais existiam no Brasil? Bamerindus, SulAmérica, Sudameris, Econômico, Unibanco e Comind são apenas alguns exemplos. O mundo financeiro se concentrou ao mesmo tempo em que se popularizou. Acesso a crédito, juros e toda a parafernália do dinheiro virtual passou a ser o motor da economia. Apenas 10% das transações financeiras no mundo estão ligadas ao mundo da produção e da troca de mercadorias, o restante está ligado diretamente à especulação (DICKEN, 2010). O filme *Money as Debt*³ revela a nossa ignorância em relação aos mecanismos que regem a vida econômica e financeira, apontada no título “Dinheiro é Dívida”. Se um dia grandes cofres guardavam a representação da riqueza circulante em papel moeda, hoje são apenas números em telas de computador e complexos mecanismos de entrada e saída que garantem a inefável farsa do sistema. Para que servem os bancos? Esta pergunta pode parecer uma heresia diante da suposta inevitabilidade da existência dessas instituições para o funcionamento da vida social e econômica.

Essa parece ser a dimensão de base material da crítica ao sistema atual. E seus mecanismos sociais de sustentação? Indícios de caminhos para análise passam pela transformação de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores. Bauman discute em “Vida a Crédito” (2010) a fluidez que assume o consumo nos dias atuais. No caso da população de renda mais baixa, os efeitos se tornam mais perversos, pois a inserção no universo das mercadorias não se faz através da participação na distribuição da riqueza, e sim pelo circuito perverso dos cartões de plástico e do pagamento mínimo que vende a entrada fácil no círculo vicioso do endividamento. A supremacia do consumo modifica o significado que as coisas do mundo assumem. Se antes a aquisição da casa própria e o enraizamento no local de moradia eram substratos importantes para conformar um significado de

³ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=8xoOC6CZTFM>. Último acesso em 10 de setembro de 2013.

superação das condições de instabilidade geradas pela pobreza, hoje essa mediação passa pelo consumo de bens não duráveis como a compra de um carro, roupas e todo o tipo de eletrodomésticos e eletroeletrônicos (MARTINS, 2009). Os shopping-centers se tornam um espaço de disputa entre as classes, nessa inserção social que se faz pelo consumo, vide o grande rebuliço e debate sobre os rolezinhos⁴.

A chamada nova classe média é símbolo desse debate: em qual dimensão pode ser considerada nova? A retomada do crescimento brasileiro e a inserção de uma parcela importante da população brasileira no mercado de trabalho é um dos dados positivos dos últimos anos. Entretanto, essa absorção se deu, principalmente, em faixas baixas de remuneração, mas com potencial para acessar linhas de crédito disponíveis para uma população com renda cada vez menor. As taxas de acesso ao crédito no Brasil cresceram enormemente. Assim, a melhoria do poder de compra da população pobre se dá mais pelo acesso ao crédito na compra de bens de consumo do que pelo aumento real da renda produtiva. A inserção no circuito da economia globalizada se dá a partir do acesso ao crédito e ao consumo conectando-os à ciranda financeira. Esse modo de operar a "servidão financeira" (OLIVEIRA; BRAGA; RIZEK, 2010) continua convertendo a riqueza para a menor parcela que já a detém. Os endividados é que fazem girar a roda da especulação e da acumulação.

Ao mesmo tempo que o crédito se torna fácil, não é para todos e nem em todos os lugares. Os territórios empobrecidos, produtos da acumulação, continuam reféns da escassez do dinheiro para a produção de seu desenvolvimento.

Se o discurso homogeneizante das finanças e do crédito está imbricado na forma atual de reprodução do capital, há que se ressaltar uma diferença importante entre crédito para o consumo e crédito produtivo.

No caso dos bancos comunitários, o crédito em questão é o produtivo, vinculado ao apoio a alguma atividade de produção, o que levaria a uma composição diferente de seu uso e de suas consequências para o mundo econômico. Embora haja diferenças na função do crédito, o discurso do acesso ao microcrédito para atividades de produção vem articulado a um discurso ideológico da natureza empreendedora dos mais pobres e da inclusão financeira e bancária dessa

⁴ "Rolezinhos" são encontros de jovens, em geral, de baixa renda e moradores de bairros periféricos, nos shopping centers de diversas cidades do país. Esses encontros são agendados pelas redes sociais e mobilizam centenas de jovens.

população. Chamar de inclusão financeira essa dinâmica, já aponta um certo obscurecimento do funcionamento do sistema, pois estamos todos incluídos nesta ciranda financeira, seja como rentistas de fundos de investimentos seja o reverso da mesma moeda, como escravos do crédito fácil.

Assim, ao pensar nos bancos comunitários é necessário colocá-los em tensão com a lógica atual do sistema baseada no crédito para que seja possível problematizar os efeitos dessas iniciativas do ponto de vista prático e simbólico. As comunidades que buscam produzir um sentido inverso aos vetores hegemônicos não estão isoladas da configuração do todo social. Analisar a história do Banco Palmas e seu papel como mediador de um conjunto de referências para os moradores do Conjunto Palmeiras, é também compreender a trama da reprodução do capital e sua configuração na dinâmica da vida social.

Nos anos 80, houve a aposta em uma organização mais horizontalizada por parte dos movimentos sociais, nos quais a centralidade da política se deu a partir das necessidades advindas da vida urbana. Já nos anos 90, houve uma aproximação do discurso da participação que transitou entre uma perspectiva de uma sociedade civil ativa como base do discurso neoliberal e a consolidação de espaços efetivos de participação. A proliferação das ONGs trouxe um debate importante sobre o sentido da participação, bem como novas práticas e discursos sobre o fazer no campo social e a relação entre sociedade civil e Estado.

Nos últimos anos, com a financeirização da economia e da vida, a lógica das finanças aparece de forma clara no campo de atuação do chamado terceiro setor. Se a execução de projetos e ações sociais eram financiadas com dinheiro a fundo perdido, hoje o discurso das empresas sociais, dos negócios inclusivos e dos fundos de impacto social traz à tona importantes mudanças na compreensão dos processos de enfrentamento das mazelas sociais. É a gramática financeira que descreve o mundo social e que o organiza a partir do incessante consumo de mercadorias. Os bancos comunitários, nesse contexto, embora promovam o discurso da importância do acesso ao sistema financeiro e creditício, esse contém uma dimensão política que problematiza esses mesmos mecanismos financeiros e econômicos.

Nesse movimento de reprodução e produção é preciso ter cuidado na formulação das hipóteses e análises. O equívoco do otimismo pode levar tanto ao obscurantismo da vivência real de seus participantes quanto à negação daquilo que se busca. Por outro lado, a voracidade da opção totalizante e sem contradições

incita um discurso do dever ser que pode aplacar os indícios diferenciados e positivos dessas experiências. Neste trabalho, não há como negar certo otimismo no horizonte, mas que se contenta em ser chave para adentrar o conjunto de contradições do vivido. A economia solidária se coloca o desafio de produzir um discurso a partir de uma prática. É na contradição do que propõe em relação às condições materiais e sociais para a sua realização que pode se produzir seus mais significativos resultados.

Nessa perspectiva, vale mais uma ressalva. O trabalho aqui realizado não tem o intuito de discutir a dimensão estrutural proposta pela economia solidária no marco das macroteorias das transformações sociais. Não tem também como objetivo confrontar os princípios teóricos da economia solidária com a prática efetiva dessas iniciativas, apontando possíveis ambiguidades e ambivalências. Essa tensão é intrínseca às iniciativas de economia solidária, pois seus participantes vivem na prática as contradições que permitem a crítica às relações de dominação, ao mesmo tempo em que tentam ampliar a possibilidade de sua superação.

Após as primeiras leituras e reflexões para o desenvolvimento deste trabalho, a análise parecia ter como foco a estratégia dos bancos comunitários enquanto iniciativa de desenvolvimento territorial e finanças solidárias. Inicialmente, buscava-se analisar a vida financeira de moradores das comunidades que possuíam bancos comunitários e descobrir a função que o banco exercia nesse processo. As leituras no campo das finanças pelo viés geográfico, a participação nos debates com os bancos comerciais e a vivência mais próxima das atividades diárias dos bancos comunitários levavam a pensar que era a estratégia em si e suas características que permitiriam estabelecer um quadro analítico que ajudasse a compreender, na prática cotidiana, como se dá a sua construção. Os principais estudos que têm como foco os bancos comunitários discutem-no a partir de seu arranjo institucional e segundo os conceitos de hibridação de recursos e articulação entre oferta e demanda em nível local (FRANÇA FILHO, 2004, 2013; PASSOS, 2007; SILVA JR, 2007).

O passeio pelas leituras sobre os temas do desenvolvimento, da economia e das finanças enriquecia o olhar, ao mesmo tempo em que reafirmava a necessidade de um estudo que estivesse mais próximo da vida das mulheres e dos homens que participam dessas iniciativas. A leitura mais distante do fazer diário do banco comunitário obscurecia o que baseia sua visibilidade – os arranjos sociais que o sustentam e as mediações que corporifica.

Contudo, o discurso economicista interpelava continuamente: seria essa a saída para os malogros do capitalismo financeiro? É apenas reprodução? Parafraseando Marilena Chauí (1996), é só conformismo ou há resistência?

As análises macroeconômicas devem fazer parte de nosso repertório, embora, muitas vezes, acobertem os sentidos para aqueles que sofrem em maior grau com sua lógica perversa. Como nos alerta Martins (2009): “Os políticos, os governantes e até os economistas podem criar as crises, ainda que involuntariamente, mas não podem criar o imaginário que procura dar o sentido a essa crise” (MARTINS, 2009, p.12).

Ao estabelecer uma parceria com a população pobre, entramos em contato com a trama cerzida da exploração e da vulnerabilidade que, muitas vezes, parece difícil de ser esgarçada. Uma brecha, um momento, uma experiência parecem descompassos em uma vida ritmada pelas contingências vividas como acasos ou fatalidades. De que são feitos e o que produzem esses fragmentos de pausa? Marilena Chauí arrisca uma resposta:

Que são as migalhas das pequenas vitórias das pequenas lutas? São a experiência que os excluídos adquirem de sua presença no campo social e político, de interesses e vontades, de direitos e práticas que vão formando uma história, pois seu conjunto lhes dá dignidade de um acontecimento histórico (CHAUÍ, 1988, p.12).

Muitas vezes, essas são experiências fugazes diante das necessidades da vida e não podem se constituir como algo que se torne um verdadeiro substrato de uma nova sociabilidade.

Os diferentes movimentos sociais, tanto urbanos como rurais, lutam contra as desigualdades e as injustiças, buscando transformar suas vítimas em protagonistas autônomos de suas vidas. A economia solidária é parte dessa luta e agrega iniciativas que redirecionam a dimensão econômica para a reprodução da vida, reconectando o trabalho do homem à busca por sua humanização. A ênfase dada à organização coletiva em detrimento da apropriação do capital ocorre por ser considerada a segunda condição necessária, mas não suficiente, para que se construa uma sociedade emancipada. Singer (2008), ao refletir sobre a importância dos estudos da psicologia para a economia solidária, aponta as transformações subjetivas como essenciais para a sustentação dessas iniciativas: “Embora esta mudança seja obra coletiva, cada indivíduo a sofre a seu modo, conforme seu

caráter e o de seus familiares, amigos, vizinhos etc. Do êxito desta transformação, que em seu íntimo não pode deixar de ser individual, depende o destino de cada EES e, portanto, da economia solidária como um todo” (SINGER, 2008, p.15).

Essas ideias dialogam com as de Lefebvre (1980, 1991a, 1991b) sobre a importância do vivido nos processos de transformação. O cotidiano, concebido como reprodução, por conter essa característica, deve também ser considerado o espaço da produção. Lefebvre (1980) recoloca a questão da reprodução, não apenas nas relações de produção, mas na compreensão da reprodução das relações sociais que, para ele, está no cotidiano, no espaço e nos lares. O cotidiano nessa perspectiva deve ser entendido como resultado da organização social capitalista. É necessário, portanto, adentrar o vivido e o lado prático dessas relações sem perder de vista a sua crítica. E, se a reprodução das relações sociais é a reprodução do capital e também a reprodução das contradições, encontra-se aí, portanto, a produção de novas relações (MARTINS, 2013).

Tendo como ancoradouro a compreensão do processo histórico como a produção do homem na sua relação com a natureza (MARTINS, 2013), as iniciativas da economia solidária se tornam terreno fértil para refletir sobre os indícios, rupturas, contradições e ambivalências desse processo de constituir-se na História, já que rearticulam a dimensão econômica com a dimensão política e social. É a partir das vivências cotidianas e da prática de seus participantes que se estabelecem os pontos de reflexão. O cotidiano, assim, é ponto de partida e de chegada.

Seguindo essa perspectiva, após inúmeros enfrentamentos e debates sobre a financeirização da economia, a economia popular, o desenvolvimento local, entre outros temas, este trabalho apresenta uma tentativa de articulação entre economia e vida, discutindo uma iniciativa ligada a questões financeiras e a vivência dos moradores dos bairros periféricos da cidade.

O lugar que essas experiências ocupam na vida cotidiana das pessoas passa pela importância da família na organização das relações sociais e da vida, da cultura clientelista, da referência ainda presente do trabalho assalariado, dos costumes e da cultura popular, do lugar da mulher, da relação com o bairro e a cidade, das políticas sociais dos últimos anos, entre outras tantas relações e sentidos que vão sendo encontrados de busca dos substratos que compõe a vida social.

Ao refletir sobre as iniciativas de economia solidária, Sylvia Leser de Mello (2009) localiza nosso olhar:

Sem associar transformações econômicas e sociais a uma profunda mudança de mentalidade, a Economia Solidária nunca passará de um fenômeno muito restrito e transitório. O que estou chamando de mudança de mentalidade, por sua vez, não é o acesso a slogans revolucionários. A mentalidade é o substrato do que somos, construído lentamente através das experiências de gerações. Nosso modo de sentir e de pensar, a maneira como estabelecemos relações sociais e com a natureza, o acervo de valores que herdamos e que transformamos, formam um solo inconsciente/consciente para as práticas sociais. Pode-se dizer que essas transformações têm origem política em seu sentido mais profundo, pois nascem da experiência humana de um mundo comum (MELLO, 2009, p.19).

Produção de novas relações sociais passa por reconhecer e transformar as condições já estabelecidas em nossa dinâmica social. No Brasil, a desigualdade social e a pobreza estão de mãos dadas a, ainda incipiente, construção democrática. Democracia não se refere à dimensão formal da nossa Constituição Federal e das leis, pois essas só se fazem presentes na vida coletiva se, de fato, se efetivam no mundo social. Considera-se, aqui, o conceito de democracia em seu sentido ampliado, como o conjunto das relações sociais que produzem uma cultura democrática e, portanto, uma sociedade democrática. Ao refazer o histórico da formação de nossa sociedade, vê-se que o Estado nunca serviu como mediador dos interesses de todos, mas sim como garantidor dos privilégios dos mais ricos. A dominação, portanto, está enraizada nas práticas políticas e sociais. Nesse sentido, torna-se importante reconhecer os traços de nossa sociabilidade que marcam a nossa experiência coletiva para, então, reconhecer as bases sob as quais o novo pode efetivamente se construir. Traço marcante das análises de Chico de Oliveira (2003, 2010) é a relação estruturante entre o arcaico e o moderno na formação da sociedade brasileira. Essa se encontra enraizada tanto em nossa sociabilidade quanto na forma de conduzir e produzir as mudanças do ponto de vista político.

Marilena Chauí fala na construção de uma "cultura democrática" em contraposição ao "autoritarismo social" que ainda se encontra presente na sociedade brasileira (CHAUÍ, 1994, 1996, 2008, 2013). A autora é categórica ao afirmar o Brasil como uma sociedade autoritária não apenas por seus governos ditatoriais, mas principalmente, pela cultura clientelista, de favor e tutela e pela polarização social entre o privilégio e a carência:

Um privilégio é, por definição, algo particular que não pode generalizar-se nem universalizar-se sem deixar de ser privilégio. Uma carência e uma falta também particular ou específica que desemboca numa demanda também particular ou específica, não conseguindo generalizar-se nem universalizar-se (CHAUÍ, 2008, p. 74).

Essa impossibilidade da experiência dos direitos na tradição brasileira imprime uma marca na experiência subjetiva que reforça uma referência do ordenamento social que se dá, por sua vez, a partir de uma referência do mundo privado (SARTI, 1986; TELLES, 1994, 1996).

Com essa perspectiva de fundo sobre a necessidade de uma mudança cultural e política profunda, as reflexões contidas neste trabalho se aproximam da análise de qual papel podem assumir os bancos comunitários como mediadores para a construção de referências menos privatizadas e que possam basear diferentes práticas cotidianas. Onde essas instituições se localizam em um mundo regido pela servidão financeira? Como essas experiências se constroem no cotidiano? Como se articulam à vida de exploração, informalidade e instabilidade? Como se reproduz e se reconstrói o que Marilena Chauí chama de "cultura popular – prática local e temporalmente determinada, como atividade dispersa no interior da cultura dominante, como mescla de conformismo e resistência"? (CHAUÍ, 1996, p.43)

O banco comunitário assume essas múltiplas dimensões e estabelece possibilidades de análises de iniciativas locais que buscam constituir relações diferenciadas para os moradores das periferias, ampliando o acesso à cidade, a espaços de participação e a novos sistemas simbólicos que permitam a conexão da vida a outras redes de sentidos e significados.

Quando uma mulher sem garantia de renda, sem nenhum vínculo de trabalho, entra no banco e consegue acessar um crédito, uma relação de confiança se estabelece. E essa relação não se dá somente pela crença do banco de que obteve as informações necessárias para não correr risco e de que haverá pagamento. É o reconhecimento da necessidade que impõe a lógica dessa concessão.

Essa relação de confiança não se dá apenas no momento da concessão. Há todo um contexto que pode conformar um sentido do banco para a comunidade que dele se utiliza, o qual é construído pelas diversas atividades realizadas como os projetos com mulheres e jovens, o fomento à rede de empreendimentos, as feiras e

os fóruns de discussão e, principalmente, toda a história de conquistas e lutas pelas melhorias do bairro.

Essa construção se faz a partir das relações cotidianas dos moradores, a partir do sentido que assumem para o coletivo e que sustenta os sentidos compartilhados. Se o dia a dia é a luta pela sobrevivência, as possíveis formas de uso trazidas pelo banco comunitário permitem o surgimento de outras mediações.

Inicialmente, o critério de escolha do banco comunitário a ser estudado excluía a iniciativa do Banco Palmas. Isso porque, em parte, a maioria dos estudos o tem como foco, além da existência de um mito fundador do banco que poderia não permitir um aprofundamento das dinâmicas locais atuais. Após diversas visitas ao banco e à comunidade, entretanto, essa primeira percepção não se confirmou, pelo contrário, o fato de ter uma história de 15 anos permitia que as contradições da relação com o campo financeiro e as tramas que envolvem a base comunitária fossem mais emergentes.

Este trabalho é, portanto, uma tentativa de compreensão e de articulação entre esses elementos que compõem a trama de nossa dinâmica social, sendo o crédito, o banco comunitário, os serviços financeiros e a moeda social alguns de seus personagens. São diversas pontas e tentativas de ligação entre os elementos trazidos à cena. Tarefa difícil e certamente inconclusa.

O trabalho encontra-se, assim, dividido em 5 capítulos. No capítulo I, apresento as mudanças na forma de acumulação do capitalismo atual e suas dimensões econômicas e sociais. Mais do que discutir os mecanismos financeiros *stricto sensu*, a intenção foi apresentar a trama imbricada das finanças atuais e colocar em tensão a experiência dos bancos comunitários de desenvolvimento no complexo contexto atual. E apesar de o Banco Palmas ter uma ação local, ela não é localizada; os bancos comunitários, pelo contrário, em alguma medida, podem ser considerados pontos de encontro dos vetores homogeneizantes das finanças. Tentou-se, também, neste capítulo, apontar outros pontos de tensão que atingem o Estado, os trabalhadores e o nosso modo de viver nos tempos atuais. Ainda nesse capítulo, há uma seção sobre a temática dos negócios sociais no contexto brasileiro como a representação de um possível debate sobre a financeirização das ações sociais e suas implicações para a caracterização das iniciativas de economia solidária.

No Capítulo II, descrevo brevemente a constituição do espaço de práticas da

economia solidária no Brasil a fim de situar um dos campos onde se localizam os bancos comunitários. Nesse capítulo, encontra-se também a caracterização dos bancos comunitários em diálogo com as microfinanças, a economia popular e o desenvolvimento local. Apresento de forma breve uma aproximação da economia popular com a economia solidária, a partir da atuação territorial proposta pelos bancos comunitários.

No Capítulo III, apresento algumas ideias sobre o papel do pesquisador e o pesquisar em diálogo com a noção de campo-tema. Descrevo o banco e algumas situações cotidianas baseada em relatos das minhas vivências no banco e no bairro.

No Capítulo IV, apoiada em um cordel, fotos, diversos documentos e livros, refaço a história do Conjunto Palmeiras e descrevo o processo de criação do Banco Palmas, suas ferramentas e principais dinâmicas. Faço, também, uma breve descrição das atividades atuais, bem como trago fotos e números para uma melhor compreensão do contexto atual do banco comunitário.

No capítulo V, apresento as discussões sobre o papel do Banco Palmas como mediador de novas práticas e sentidos para os moradores do bairro tanto na dimensão econômica como social e política. Utilizando descrições das ações cotidianas do banco e as entrevistas realizadas, organizo um conjunto de reflexões tendo José de Souza Martins, Marilena Chauí e Milton Santos como importantes suportes teóricos.

Capítulo I - A servidão financeira: imbricações no mundo da produção e da vida

Não é mais um Henry Ford ou um Carnegie, e sim o administrador praticamente anônimo (e que faz questão de permanecer anônimo) de um fundo de pensão com ativos financeiros de várias dezenas de bilhões de dólares, que personifica o novo capitalismo do século XXI.

(Chesnais)

O velho Marx dizia que o sistema não é um sistema de roubo, mas de exploração. Na fase atual, Marx deveria reexaminar seu ditame e dizer: de exploração e roubo. O capitalismo globalitário avassala todas as instituições, rompe todos os limites, dispensa a democracia.

(Chico de Oliveira)

1.1 O neoliberalismo e a mundialização financeira: duas faces da mesma moeda

Após os anos gloriosos do pós-guerra, consolidaram-se mudanças importantes na forma de reprodução do capital que resultaram em uma nova configuração da estrutura social e política. O chamado período fordista conseguiu, nos países desenvolvidos, articular crescimento econômico com seguridade social via assalariamento. A produção e o consumo de massa garantiam o motor contínuo do crescimento, com o Estado exercendo um papel regulatório. A partir das ideias keynesianas conformou-se a tríade capital-trabalho-Estado com uma estrutura social que buscava equacionar a exploração do trabalho e os direitos sociais, minimizando o conflito social. Como afirma Castel (2008), a sociedade salarial “é também um modo de gestão política que associou a sociedade privada e a propriedade social, o desenvolvimento econômico e a conquista dos direitos sociais, o mercado e o Estado” (CASTEL, 2008, p.478-479). A inserção do trabalhador se realizava não apenas no mundo da produção, mas essa era a chave para o acesso ao mundo das

mercadorias e da seguridade social.

A partir dos anos 70, com a crise do petróleo, as altas taxas de inflação e o baixo crescimento econômico, interrompeu-se o ideal do progresso indefinido e reformulou-se a equação do período fordista. Nesse contexto, houve em todo o mundo uma mudança nas práticas político-econômicas, e as ideias neoliberais ganharam força com uma cartilha de diminuição da intervenção estatal, de desregulamentação das leis trabalhistas e de privatizações (HARVEY, 2007). Essas medidas, segundo seus defensores, fariam frente aos desafios econômicos como a queda do crescimento e o aumento do desemprego. Entretanto, diversos autores (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 2007) revelam que essas novas práticas tinham o objetivo maior de recuperar o poder das classes altas que se sentiam ameaçadas frente à força dos trabalhadores através dos sindicatos além de certo controle nos ganhos da produção.

Poderíamos analisar a história do neoliberalismo não só como um projeto utópico fornecendo um modelo teórico para a reorganização do capitalismo internacional, mas também como um projeto político visando tanto restabelecer as condições para a acumulação de capital como restaurar o poder de classe [...], através de mecanismos como: comoditização e a privatização da terra, e a expulsão forçada de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (por exemplo, propriedade comum, coletiva, pública) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão de direitos aos bens de uso comum; a comoditização da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (incluindo recursos naturais); a monetarização da troca e da arrecadação fiscal, particularmente da terra; o comércio de escravos (que continua especialmente na indústria sexual); a usura, a dívida nacional e a mais devastadora de todas, o uso do sistema de crédito como instrumento radical para a acumulação primitiva (HARVEY, 2007, p.10).

O sucesso do neoliberalismo, assim, se deu principalmente para as classes dominantes. Como nos mostra Harvey (2007) ficava claro pelas baixas taxas de crescimento dos EUA, entre 1.1% e 1.4%, nas décadas 80 e 90 que, do ponto de vista econômico, as medidas não haviam gerado resultados. Entretanto, ao se verificarem as diferenças de relação dos ganhos de rendimentos entre altos executivos de empresas e trabalhadores, as quais haviam passado de 1 para 30 em 1970 e para mais de 1 para 400 em 2000, os números mostram que a realocação da

riqueza produzida parecia ter sido mais bem sucedida do que a retomada do crescimento tão almejado.

As mudanças de caráter econômico representavam uma importante mudança de caráter político no reordenamento do conflito social. Harvey (2007) descreve dois importantes eventos nos dois países que lideraram essa guinada neoliberal: Estados Unidos e Inglaterra. No primeiro, a greve dos controladores aéreos culminou na demissão de 11 mil funcionários pelo governo Reagan; no segundo, a greve de mineiros durou 55 dias e foi encerrada com uma derrota da categoria e demissão de 20 mil trabalhadores, além do fechamento de minas de carvão.

De diferentes formas e em diferentes níveis, os ideais neoliberais foram sendo impostos aos diversos países do globo. Tendo uma finalidade econômica, exercia também importância política no enfraquecimento das forças sociais articuladas de modo profícuo durante os 30 anos de pós-guerra e a construção do Estado de Bem-Estar Social. O discurso de Thatcher, no contexto das greves, mostra claramente o que estava em jogo nestas transformações.

Let's just look back at the 1970s. What do we see? —The dominating power of the trade unions, a power that went right to the heart of Government — the endless negotiations between Government and unions about the annual wage increase or norm. — the political price that the unions exacted for agreement: more nationalisation they demanded, more powers for the trade union bosses they required, higher subsidies to prop up any industry for which there was no real future (...) It took the return of a Conservative Government in 1979 to set things right. We had to reform trade union law. First, to protect the rights of individual members against their own union. Second, to give a better balance between union and employer. We also had to change the whole industrial approach, from one of subsidised decline with all its associated gloom - to a future of strong management, and new technology; - to replacing conflict with co-operation; — to competing in world markets; — to making a profit and proud of it. That was what this Conservative Government managed to bring about. It took a lot of courage, but we had the courage of our convictions and the resolve to take the action that was needed [...] [caso o partido trabalhista se elegesse] We would be back to the days when strikers always won, whatever the cost to the nation. Labour's abolition of our union laws would wreck industry's progress. It would put our economy back into union chains. It would destroy the economic strength which is the foundation of our standard of living and the foundation of our social services (THATCHER *apud* ABÍLIO, 2012, p.82-83)⁵.

⁵ Tradução: “Voltemo-nos para os anos 70. O que vemos? O poder autoritário dos sindicatos, um poder que mirava diretamente o coração do governo. – As negociações intermináveis entre o governo e os sindicatos sobre determinação ou aumento do salário anual. – O preço político que os sindicatos impunham para os acordos: mais nacionalização, eles exigiam -- mais poderes para os chefes dos

Nos anos 50 e 60, a criação do Acordo de Bretton Woods⁶, do FMI e do Banco Mundial tinha a função de dar sustentação e dinamismo aos processos econômicos, como também controlar os mecanismos e ferramentas da esfera financeira de modo a impedir uma crise como a dos anos 30. Já nos anos 70, Bretton Woods é abandonado e as agências multilaterais como o FMI e o Banco Mundial passam a disseminadores e impositores da agenda neoliberal aos países latinoamericanos – chamada mais tarde de Consenso de Washington⁷. O endividamento dos países periféricos e a salvação por parte dessas instituições internacionais acelerou e garantiu programas de ajustes estatais com privatizações, diminuição dos gastos públicos e retração no emprego. Consolidou-se, assim, “o neoliberalismo [...] como tipo de discurso, disseminando-se pelos modos de pensar e pelas práticas político-econômicas a ponto de se incorporar ao senso comum com o qual interpretamos, vivemos e compreendemos o mundo” (HARVEY, 2007, p. 2).

Essas são considerações que apontam mudanças políticas importantes no equilíbrio de forças das classes sociais e no papel do Estado nessa equação. Se antes o Estado garantia certo equilíbrio tendo a questão social como central, o seu papel agora é o de sucumbir aos imperativos econômicos, agindo nos processos de desregulamentação tanto do mundo financeiro quanto do mundo do trabalho.

A vitória política das classes proprietárias também precisava de mudanças econômicas para manter seus ganhos. Para atender esse objetivo, foi necessário buscar outras formas para rentabilizar o capital acumulado na crise de sobreacumulação nos países centrais, como a liberalização (liberdade de circulação

sindicatos, eles reivindicavam mais subsídios para escorar indústrias que não tinham futuro [...] Foi preciso o retorno do Governo conservador em 1979 para pôr as coisas nos eixos. Tivemos de reformar as leis sindicais. Segundo, tivemos de estabelecer um melhor equilíbrio entre o sindicato e o empregador. Também tivemos de mudar a política industrial, do declínio dos subsídios, com toda a melancolia que isso trouxe, para um futuro de uma gestão forte, e de novas tecnologias; — para a substituição do conflito pela cooperação; para a competição em mercados globais; — para fazer lucro e ter orgulho disso. Foi o que o Governo conservador conseguiu alcançar. Demandou-nos muita coragem, mas tivemos a coragem das nossas convicções e da decisão de tomar as medidas necessárias [...] [caso o partido trabalhista se elegeisse] voltaríamos aos dias em que as greves sempre venciam, independentemente do que custassem para a nação. A abolição de nossas leis sindicais pelo partido trabalhista afundaria nosso progresso industrial. Voltaria a prender nossa economia às correntes dos sindicatos. Destruiria a força econômica que é o pilar de nosso padrão de vida e de nossos serviços sociais” (ABÍLIO, 2012, p.82-83).

⁶O Acordo da Conferência Internacional Monetária de Bretton Woods foi consensuado por 45 países, no ano de 1944, na cidade de Bretton Woods, no estado de New Hampshire, Estados Unidos. A Conferência teve como objetivo criar regras para as relações financeiras e comerciais entre os países na tentativa de evitar novas crises econômicas.

⁷ Conjunto de diretrizes elaboradas em reunião realizada com economistas latino americanos do FMI e BID para serem seguidas pelos países latino americanos, no ano de 1989.

e de investimento do capital) e a desregulamentação (mudança das regras e controle). Essas saídas foram possíveis graças às medidas neoliberais que facilitaram à expansão livre do capital financeiro e dos grandes grupos multinacionais.

[...] Estamos num contexto novo de liberdade quase total do capital para se desenvolver e se valorizar sem ter que continuar a se submeter a entraves e limitações que ele havia sido constrangido a aceitar, especialmente na Europa, depois de 1945. Esse capitalismo liberado [...] não é de nenhuma maneira um capitalismo renovado. Ele reencontrou simplesmente a capacidade de exprimir brutalmente os interesses de classe sobre os quais está fundado (CHESNAIS, 1996b *apud* MARQUES; NAKATANI, 2009).

Essa forma de acumulação tem como característica principal a passagem de um regime de acumulação ligado à esfera produtiva para um regime com predomínio da lógica financeira e é definida por Chesnais (1996, 2005) como a "dominância da valorização financeira".

Ela é rentista, quer dizer, apropria-se da renda gerada no setor produtivo; é curto-prazista, ou seja, arisca a projetos de longo prazo, porque preza de antes de tudo a liquidez; é avessa ao risco, mas ao mesmo tempo é instável e arriscada, porque enseja e reproduz especulação; é exterior à produção, porque não lhe importam as necessidades da atividade produtiva em si, mas tão somente a valorização dos ativos financeiros – originem-se eles ou não da esfera produtiva – e sua liquidez (PAULANI, 2010, p. 129).

As mudanças nas regulações do trabalho com a precarização e o aumento do desemprego estão diretamente relacionadas à essa nova estruturação com o objetivo de gerar aumento dos níveis de produtividade.

A patologia congênita do capitalismo assentada na contradição entre capital e trabalho combina-se agora com as contradições que se originam da centralidade da finança: de um lado, a acumulação é lenta e, de outro, a finança é insaciável no nível de suas punções. [...] Seus processos devem ser adequados às necessidades de giro rápido e pronta condição de aproveitar ganhos que a acumulação financeira impõe, o "mínimo" de rendimento real que a produção deve gerar é muito alto, dada a elevada valorização dos ativos financeiros (o que pressiona no sentido de uma exploração do trabalho ainda mais violenta), a operação do caixa deve ser tal que ele funcione não como atividade de apoio à produção, mas como centro de lucro adicional, os gestores dos grandes grupos de capital devem buscar, antes de tudo, a maximização do valor acionário da

empresa, fazendo o que for necessário (fraudando demonstrativos, recomprando suas próprias ações etc.) (PAULANI, 2009, p. 27-28).

Essas alterações na estruturação do mundo do trabalho puderam ser garantidas pela mudança também nos controladores e tomadores de decisão das empresas industriais. Essas transformaram os seus administradores em investidores, que passaram a ter como prioridade os rendimentos financeiros dos acionistas-proprietários, ou seja, os ganhos de investimento especulativo de curto prazo em detrimento dos ganhos da produção de médio e longo prazo. Segundo Chesnais (2005, p.54), “os grupos são dirigidos por pessoas para as quais a tendência da Bolsa é mais importante do que qualquer coisa”.

O desenvolvimento econômico, portanto, passa a ser pautado pelas contradições que se originam da centralidade das finanças e tem como principal motor de funcionamento a transformação do capital em "capital portador de juros" e o "capital fictício".

A integração da finança e da indústria por via do crédito portador de juro dá nascimento ao capital financeiro, enquanto que as transações das instituições financeiras engendram sua forma específica própria de capital [...] Marx explicou que essas atividades servem de fundamento ao que ele chama de capital fictício. O conceito designa todos os ativos financeiros cujo valor repousa sobre a capitalização de um fluxo de rendas futuras, que não têm nenhuma contrapartida no capital industrial efetivo. Partindo desta definição, Marx identificou várias formas de capital fictício, que tornaram-se todas bases da economia de portfólio contemporânea (CHESNAIS, 2006 *apud* MARQUES; NAKATANI, 2009).

Os principais mecanismos de transformação do capital em capital fictício no capitalismo contemporâneo podem ser resumidamente considerados: a dívida pública, o capital bancário com seus novos produtos, o capital acionário nas bolsas de valores, os fundos de pensão e os fundos de investimentos.

De forma superficial, o mecanismo da dívida pública pode ser resumido pelo termo "securitização" — transformação das dívidas contratuais em títulos a serem comercializados no mercado financeiro. O processo de securitização das dívidas públicas ocorreu a partir do final dos anos 70 e veio de encontro ao enorme contingente de “poupanças” em busca de rentabilidade. Por meio da colocação à venda de títulos da dívida pública, o governo consegue aumentar os recursos disponíveis para fazer frente aos seus gastos, entretanto, ao longo do tempo, deve

pagar aos seus credores juros sobre os valores arrecadados. Essa forma dos governos financiarem a dívida pública os coloca à mercê dos investidores e do capital rentista. Como o que está em jogo para esse grupo é a maior liquidez possível, isso faz com que os Estados tenham que satisfazê-los nas condições que melhor o remunerem.

Essa nova forma de financiamento do Estado altera significativamente a correlação de forças entre o Estado e o capital financeiro. Essa lógica é incorporada ao Estado como um todo e modifica o papel de mediador entre capital e trabalho, tornando-o refém e engrenagem do capital. Além disso, as decisões econômicas camufladas pelo discurso da estabilidade se apresentam como uma decisão política e a única possível tornando essa dimensão a subserviência do Estado aos imperativos do mercado financeiro. No Brasil, o programa Bolsa Família representa porcentagem ínfima do que é pago aos rentistas pelos juros da dívida pública.

Um outro ponto importante nesse processo de financeirização é o papel central que assumem os fundos de pensão⁸:

O traço novo, o mais saliente, de consequências decisivas, da reconstituição de um capital de aplicação altamente concentrado, foi a perda de proeminência dos bancos [...] em benefício dos fundos de pensão e dos Mutual Funds, na centralização e na valorização de dinheiro em busca de aplicação.

[...] Os fundos de pensão e os Mutual Funds aí jogaram papel ativo, se colocando como compradores de títulos de recompra de empresas alavancando ou participando das operações de fusões-aquisições e de OPAs hostis de maneira direta. Eles consolidaram a afirmação de uma concepção puramente financeira da empresa, que faz dela uma coleção de ativos divisíveis e líquidos, suscetíveis de serem vendidos ou comprados conforme as ocasiões de rendimento financeiro. Elas, enfim e sobretudo, introduziram os procedimentos altamente padronizados da —governança corporativa— que codificam as formas contemporâneas da relação entre a finança e a indústria (CHESNAIS, 2006 *apud* MARQUES; NAKATANI, 2009).

Esse poder assumido pelos fundos de pensão teve consequências também na correlação de forças entre a classe trabalhadora e o capital, já que deslocou o lugar dos assalariados na reprodução do capital.

⁸ Os fundos de pensão são caixas de aposentadoria acumuladas e valorizadas no mercado financeiro. Surgiram como forma de complementar a pensão dos assalariados e, na década de 70, representavam importante montante de recursos acumulado.

Os assalariados aposentados cessam de ser simples poupadores e tornam-se, geralmente sem que eles tenham uma clara consciência, partes constitutivas de mecanismos que comportam a apropriação de rendas fundadas sobre a exploração dos assalariados no trabalho, tanto nos países onde o sistema de pensão por capitalização foi criado quanto naqueles onde as aplicações e as especulações serão realizadas (CHESNAIS, 2006 *apud* MARQUES; NAKATANI, 2009).

Esse novo papel dos assalariados bem como o grande volume de recursos mobilizados pelos fundos de pensão e sua alta rentabilidade forçaram os sindicatos a assumirem a disputa pela gestão desses fundos como luta de proteção dos trabalhadores, ocupando um lugar paradoxal.

Os trabalhadores encontram-se nas duas pontas – de um lado, veem seus rendimentos de trabalho diminuírem para vê-los aumentar como rendimentos de renda, os quais exigem como condição para seu aumento na lógica financeira, a redução e o achatamento salarial e a eliminação dos direitos trabalhistas e da precarização do trabalho (COSTA, 2011, p. 27).

Descrever, mesmo que de forma sucinta, os mecanismos atuais de acumulação tem menos o objetivo da compreensão puramente econômica sobre onde se localiza a produção de mais-valia ou sua forma de acumulação nos dias atuais, mas principalmente descrever e analisar as mudanças nas formas de imbricação dos diversos atores como o Estado e os trabalhadores e, portanto, nas formas do ordenamento social. Como vimos com o exemplo dos trabalhadores, a ação política desloca-se e demonstra a complexidade da reflexão para a construção das possíveis saídas. É do político e do social, mais do que do econômico que busca-se tratar aqui.

A acumulação desenfreada, promovida pela valorização financeira e pela libertação do dinheiro a sua vinculação a uma mercadoria de verdade, implica não só em mudanças econômicas, mas em profundas mudanças na ordem social, nos valores que baseiam as relações sociais e o repertório simbólico que dá sentido a elas. O discurso econômico não busca subterfúgios para se afirmar e escancara a lógica da exploração tanto nos discursos como nas ações estatais, assumindo a defesa da centralidade do capital e a sobreacumulação da pequena classe de rentistas (PAULANI, 2010). Essa desfaçatez vai imprimindo a regra do “vale tudo” e do “salve-se quem puder” como a máxima a ser seguida por toda a sociedade, como nos alerta Patto (2010): “O mercado como regulador social cria o substrato que faz

crescer a indiferença pela justiça, pelo sofrimento e pela barbárie que o alimenta” (PATTO, 2010, p.13).

A farsa da ideologia se encontra exatamente em afirmar a necessidade desses mecanismos de acumulação para a manutenção de nossa trágica civilidade. Paulani fala de um "estado de emergência econômico", tornando a exceção, regra.

O estado de emergência parece ser a única forma de compatibilizar, de um lado, o capitalismo rentista com seu conjunto de práticas discriminatórias e seu permanente e concreto açambarcamento da riqueza social por uma aristocracia capitalista privilegiada e bem postada junto ao Estado e nele e, de outro, o discursos globalizante, produzido pela doutrina neoliberal e reverberado pela mídia, como se o mercado fosse o grande maestro dessa orquestra (PAULANI, 2010, p. 132).

E os bancos, o que fazem?

Se os fundos de pensão deixam mais obscuros os mecanismos que compõem o ganho ou a perda do trabalhador, os mecanismos presentes nos bancos e a função do crédito estão mais próximos e visíveis a todos na vida cotidiana.

Embora tenham perdido espaço para as instituições financeiras administradoras de fundos⁹, os bancos continuam a manter suas atividades de crédito e de recebedor de depósitos, além de, na virtualidade das finanças, criarem inovações financeiras como produtos financeiros “derivados” (refinanciamentos, colateralização de riscos, créditos swaps, mercado futuro).

A crise de 2008, a crise do sub-prime, o caso islandês e muitos outros fatos vão colocando luz à trama imbricada na qual nos encontramos e a compreensão da função dos bancos comerciais na articulação entre o crédito e a emissão de dinheiro. Não cabe aqui descrever exaustivamente os mecanismos perversos de criação do dinheiro e suas formas de acumulação, entretanto uma pequena descrição se torna necessária.

Inicialmente, os bancos tinham como função intermediar os depósitos em poupança transformando-os em crédito para dinamizar a economia. Assim, a capacidade de conceder empréstimos estava relacionada diretamente à quantidade de depósitos em moeda que havia sido depositado no banco. Aos poucos, essa

⁹ Os fundos de pensão e investimentos retiraram parte do poder dos bancos em relação às poupanças, já que esses fundos recebem parte destes recursos e são administrados por instituições não bancárias. Essas instituições foram regulamentadas a partir da desentermiação bancária que trouxe novos atores para o campo financeiro.

relação foi descolando-se, pois aquele que depositava não iria retirar o dinheiro num curto prazo, de forma que era possível emprestar mais do que havia em reserva. Os pagamentos seriam efetuados em tempo suficiente para que o poupador pudesse retirar o valor depositado, caso quisesse.

Hoje, esse mecanismo tornou-se uma das formas de colocar dinheiro na economia: a cada dívida contraída por um cliente no banco, ela é contabilizada na conta do cliente como crédito. Isso significa na contabilidade do banco a entrada de recursos, ou seja, a partir desse novo valor, o banco passa a liberar novos empréstimos como se esse dinheiro que foi produzido como empréstimo fosse valor em poupança. Esse mecanismo é *ad infinitum*, gerando, como consequência, uma bola de neve de contabilizações de créditos e débitos.

Além disso, essas dívidas contraídas são metamorfoseadas em produtos financeiros e se tornam títulos a serem negociados no mercado. Além disso, criam-se outros produtos financeiros que são seguros para caso os títulos não sejam pagos. Ou seja, há quem aposte no não pagamento das dívidas, pois é dessa forma que pode-se atingir maiores taxas de retorno. É criada uma realidade virtual de créditos e débitos sem valor real na produção.

Os bancos são responsáveis por colocar na economia montantes de dinheiro lastreados no pagamento futuro das dívidas contraídas no presente. O problema é o quanto esse dinheiro inexistente vai tornar-se real como reserva monetária em função de depósitos reais, e o quanto cada valor de crédito concedido pode ser multiplicado para virar dinheiro novamente – o chamado multiplicador monetário. Nos Estados Unidos, essas variáveis atingiram níveis inaceitáveis:

A clássica norma de reservas em torno de 10% ou 20% foi reduzida a níveis de 1%, e mesmo inferiores, como aconteceu com Citigroup, Goldman Sachs, JP Morgan e Bank of America, que, afirmavam ter uma taxa de encaixe de 0,5%, com o qual o multiplicador ($m=1/0,005$) permitia criar 200 milhões de dólares com um só milhão em depósito. E no período da bolha, as reservas chegaram a ser inferiores a 0,001%, o que indica que, por cada milhão de dólares em depósito real, se criavam 1.000 milhões do nada (MORENO, 2011).

Segundo Kurz (1995), há um crescimento simulado que alimenta a própria simulação, pois os grandes movimentos de dinheiro se dão a partir do crédito tanto governamental quanto do setor privado, e este dinheiro não está lastreado no trabalho produtivo, mas apenas na valorização dos ativos financeiros.

Apesar de parecer um mecanismo saído dos filmes de ficção científica, o fio que nos parece importante puxar aqui é o caráter fictício que assume o dinheiro. Segundo Jappe (2011):

Uma coisa, porém, é certa: não basta “se indignar” diante dos “excessos” do mercado financeiro ou da “avidez” dos banqueiros. Mesmo isto sendo algo bem real, não é a causa, mas a consequência do resfôlego da dinâmica capitalista. A substituição do trabalho vivo — única fonte de valor que, sob forma de dinheiro, é a finalidade da produção capitalista — pela tecnologia — que não criam valor — quase fez esvaír-se a fonte de produção de valor. O capitalismo, ao desenvolver, sob a pressão da concorrência, as tecnologias, serrou, ao longo desse processo, o galho sobre o qual se mantinha sentado. Esse processo, que faz parte de sua lógica de base desde o início, superou a soleira crítica nas últimas décadas. A não-rentabilidade do emprego de capital não pôde ser mascarada senão com recursos cada vez mais massivos ao crédito, que é um consumo antecipado dos ganhos esperados para o futuro. Agora, até mesmo esse prolongamento artificial da vida do capital parece ter esgotado todos seus recursos (JAPPE, 2011).

São diversas as situações que nos lançam no concreto da servidão financeira. Quem já não foi abordado na rua por jovens simpáticos em roupas coloridas: "Tá precisando de dinheiro?" A tentação está escancarada nas ruas para aqueles que se encontram vulneráveis e se rendem à ilusão da solução impossível posta pelo endividamento.

Quantos são os relatos pela população, do uso, por parte de familiares, do nome de aposentados e pensionistas e de seus limites disponíveis nos créditos consignados, que geram alto índice de endividamento dessa população, esgarçando ainda mais as tensas relações que implicam cotidianamente relações familiares e dinheiro?

Quantas são as falas de incompreensão a respeito da exorbitância do valor mensal diante do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito? Como relembra Bauman (2010), os operadores de cartão de crédito clamam por maus pagadores e eternos endividados, pois são esses que mantém a roda creditícia girando.

Essas situações se tornaram cada vez mais comuns no Brasil, a partir dos anos 90, com a inserção do país na economia financeira mundial. O Plano Real, em 1994, trouxe as condições necessárias para isso. As mudanças promovidas pelo plano se, num primeiro plano, foram vistas, principalmente, como benefício para a população brasileira pelo controle da inflação, tiveram, como pano de fundo e como

principal objetivo, a criação do ambiente favorável e interessante para a entrada de agentes internacionais no processo de mundialização e financeirização da economia. No mesmo ano de implantação do Plano Real houve a liberação para operações no país de 24 bancos estrangeiros (CONTEL, 2009).

Durante toda a década de 90, diversos mecanismos foram alterando a correlação de forças das finanças no país e, principalmente, do capital privado: liberação da atuação de bancos estrangeiros para operações no país, privatização dos bancos estaduais públicos e regulações e desregulamentações que garantissem um contexto favorável à classe rentista. Segundo Contel (2009, p.125) “desde a instalação do Plano Real, o sistema bancário brasileiro vem ganhando eficiência econômica, mas perdendo capacidade de trabalhar em prol do território como um todo”.

A chegada do governo Lula parecia conter a esperança de inversão desse momento, já que o presidente representava a força e a luta das vozes dissonantes. Entretanto, como ocorre historicamente no Brasil, houve uma acomodação entre uma política econômica conservadora e a tentativa de avanços sociais. Chico de Oliveira (2010) define esse arranjo como “hegemonia às avessas”. Segundo Braga (2010, p.8) essa definição de Chico de Oliveira pode ser resumida como “vitórias políticas, intelectuais e morais 'dos de baixo' fortalecem dialeticamente as relações sociais de exploração em benefício dos de cima”. Ou seja, mesmo com um representante da classe trabalhadora no poder, os bancos nunca lucraram tanto. Essa seria a face perversa dos governos populares dos últimos anos no Brasil. Na visão crítica de Chico de Oliveira, o investimento nas políticas sociais não representam avanços na correlação de forças, pelo contrário, obscurecem, ainda mais as vitórias do capital. Braga (2010) responde a essa concepção trazendo um tom menos pessimista, mas ainda contraditório de nosso arranjo sóciopolítico:

Trata-se naturalmente de uma dialética multifacetada e tensa (“inovação/conservação”, “revolução/restauração”) que catalisa um reformismo “pelo alto, conservador, é verdade, porém dinâmico o suficiente para não simplesmente reproduzir o existente, mas capaz de abrir caminhos para novas mudanças – progressistas ou regressivas. Na minha opinião, “a hegemonia às avessas” nada mais é do que essa via de modernização conservadora, plasmada pelos limites inerentes à semiperiferia capitalista, em que o avanço nutre-se permanentemente do atraso (BRAGA, 2010, p.11).

Onde nos encontramos agora? Qual é o ponto de tensão que ativaria ainda a busca por um processo democrático? As movimentações de maio e junho de 2013 no Brasil mostraram que a melhoria na renda e no poder de compra da população não refletiu uma melhoria, de fato, da vida. Além disso, as leituras sobre a faceta conservadora das práticas e discursos que pautaram as manifestações também nos levam a pensar na necessidade de mudanças substanciais de nossa cultura política ainda arraigada em velhas práticas.

Alem disso, a enxurrada de cartões de crédito e o acesso a pagamentos parcelados fornecem a ilusão da escolha e do acesso. A trama imbricada da servidão financeira nos aprisiona à suas ferramentas e embaça os seus possíveis descaminhos. Saída: dominar suas armas?

1.2 Negócios inclusivos, empresas sociais e fundos de impacto: a financeirização do social

Nos idos da década de 70 e 80, as condições de vida precárias em uma cidade construída a partir da lógica do capital e em um contexto político mais amplo da redemocratização serviram de pano de fundo para a formação de novas forças sociais com o surgimento dos movimentos populares – os chamados novos movimentos sociais. Nos anos 90, verificam-se um quadro de aumento do desemprego e um Estado administrado segundo a lógica neoliberal, com a diminuição dos espaços do conflito e, portanto, da política. A força discursiva “do direito a ter direitos”¹⁰, que havia sustentado o imaginário da transformação da sociedade brasileira, parecia esvaziada. Era um momento em que o discurso da participação transitava entre uma perspectiva de uma sociedade civil ativa, como base do discurso neoliberal, e a consolidação de espaços efetivos de participação. A questão da pobreza se deslocou do âmbito político para o exercício da solidariedade, e a conquista da cidadania significava a participação em algum curso ministrado por alguma ONG. A “ongnização” da sociedade trouxe um debate importante sobre o sentido da participação bem como sobre novas práticas e discursos em relação ao fazer no campo social e à relação entre sociedade civil e Estado.

Dagnino (2004) chamou de “confluência perversa” os duplos sentidos assumidos pelos discursos de participação. De um lado, os ideais de uma cultura democrática que buscava a ampliação dos espaços públicos de discussão e decisão, reivindicando uma participação efetiva nas políticas estatais e garantia dos direitos; de outro, o discurso do Estado mínimo e a sua isenção das garantias sociais, responsabilizando a sociedade civil em uma relação instrumental e destituída de sentido político. Dessa forma, pode-se concluir que tanto um sistema quanto o outro requerem uma sociedade civil ativa, mas com objetivos antagônicos, o que acarreta uma indeterminação das diferenças, embora a igualdade seja apenas aparente.

As mesmas palavras assumem outros sentidos e todos parecem estar falando

¹⁰ Essa expressão é utilizada por vários autores que se debruçaram sobre os acontecimentos dos anos 70 e 80 nas classes populares e se refere à busca da cidadania pela elaboração do discurso dos direitos.

a mesma coisa. Os movimentos falam em cidadania e participação da mesma forma que grandes empresas e seus institutos de responsabilidade social. Nas palavras de Dagnino (2004):

A disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia. Nessa disputa, onde os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido, são as armas principais, o terreno da prática política se constitui num terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário (DAGNINO, 2004, p.97).

Essa indistinção colocou, inclusive, os atores que buscavam a efetiva constituição dos espaços de participação diante do paradoxo de estarem trabalhando para o lado oposto. Num mutirão habitacional da chamada primeira geração, a associação dos moradores recebeu um financiamento para o aumento de sua sede. O dinheiro veio de uma grande construtora, via sua fundação de responsabilidade social, ao contrário do que ocorria nos anos 90 quando todos os convênios firmados pela associação, como a creche e o centro de juventude, tinham parcerias com o poder público.

O fenômeno da confluência perversa, discutido por Dagnino (2004), pode ser retomado para reflexões sobre o momento atual em relação aos discursos e práticas que articulam a dimensão econômica e social, espaço em que se situam as iniciativas da economia solidária. A indistinção dos termos se reflete numa caracterização ambígua das experiências de economia solidária, colocando-as também próximas das iniciativas do chamado setor 2.5.

A financeirização da economia altera a correlação de forças do capital e do trabalho de forma intrínseca como já visto em relação aos fundos de pensão. No campo social, a gramática financeira também assume seu papel. Se antes a execução de projetos e ações sociais era financiada com dinheiro a fundo perdido, hoje o discurso das empresas sociais, negócios inclusivos e fundos de impacto social trazem à tona importantes mudanças no discurso e nas práticas acerca dos processos de enfrentamento das mazelas sociais:

As empresas sociais apresentam um novo paradigma para o capitalismo, em que as empresas privadas, organizações sem fins lucrativos e da sociedade civil criam um novo tipo de negócio com o objetivo principal de resolver problemas sociais com sustentabilidade

financeira e eficiência por meio de mecanismos de mercado (COMINI et al., 2012, p.385).

O modelo que está por trás do negócio social é uma grande chave para conseguir solucionar problemas como pobreza, falta de educação e poluição, porque utiliza mecanismos de mercado do segundo setor, alia eficiência e maior profissionalismo e, ao mesmo tempo, possui o intuito de trazer benefícios sociais e ambientais, o que é uma característica do terceiro setor”, fala da gestora do Instituto Quintessa (INSTITUTO VOTORANTIN, 2013)¹¹.

ONG's estão começando a migrar para o modelo de negócio social por ver que podem ter retorno e sustentabilidade nos negócios, fala da coordenadora de rede de empreendedores e atores de negócios de impacto no Brasil (CUNHA, 2012)¹².

Um grupo expressivo de pessoas em países desenvolvidos e emergentes começa a dar forma a uma nova concepção de captação de recursos para as camadas mais pobres da população, num modelo que se distancia das doações tradicionais e se apropria de regras da economia de mercado. Ao contrário da filantropia pura - o dar sem nada em troca -, nasce o "investimento de impacto" [...] Para uma nova geração que aposta nisso, nada mais condizente: você faz o bem e ainda ganha dinheiro com isso. [...] Os negócios de impacto permitiram uma quebra de paradigma até então impensável - juntar o bem e o lucro em uma mesma equação, trecho retirado de reportagem publicada no jornal Valor Econômico (BARROS, 2012)¹³.

Os fragmentos acima representam as diversas fontes que foram consultadas para essa discussão: portal de periódicos acadêmicos¹⁴, sites de instituições que atuam na temática e reportagens em jornais e revistas.

¹¹ INSTITUTO VOTORANTIM. “Impacto positivo e rentabilidade: o campo dos negócios sociais no Brasil”. Reportagem publicada no site do Instituto Votorantim. 14 de outubro de 2013. Disponível em: http://www.institutovotorantim.org.br/pt-br/fiqueDentro/noticias/Paginas/131014_impactoPositivoRentabilidadeCampoNegociosSociaisBrasil.aspx. Último acesso em 10 de janeiro de 2014.

¹² CUNHA, Simone. “Empresas 2.5 combinam foco em lucro com transformação social”. Reportagem publicada no site www.g1.globo.com. 25 de outubro de 2012. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2012/10/empresas-25-combinam-foco-em-lucro-com-transformacao-social.html>. Último acesso em 10 de janeiro de 2014.

¹³ BARROS, Bettina. “Boas ações com dividendos”. Reportagem publicada no jornal Valor Econômico. 06 de setembro de 2012. Disponível em <http://www.valor.com.br/cultura/2819594/boas-acoes-com-dividendos#ixzz2pRsVv2pu>. Último acesso em 16 de janeiro de 2014.

¹⁴ No Brasil, há muito pouca literatura acadêmica que discute o tema. Em pesquisa realizada no portal de periódicos *Scielo* foram encontrados apenas 3 textos que descreviam e diferenciavam as iniciativas já socialmente reconhecidas.

As iniciativas das empresas sociais, negócios inclusivos e sociais se definem por um mesmo princípio que também representa um novo setor – setor 2.5. É chamado setor 2.5 por suas iniciativas terem a característica comum de serem empresas com objetivos situados entre o segundo setor, que é o das empresas que visam ao lucro, e o terceiro setor, no qual se situam as instituições que possuem, tradicionalmente, objetivos sociais. A grande inovação, segundo seus defensores, é a utilização das ferramentas de mercado por instituições sociais no desenvolvimento de produtos que solucionem problemas sociais. Embutida nessa proposição está a venda de produtos à população mais pobre, principalmente, as chamadas classe C e D, que aumentaram seu potencial de compra, apesar de condições de vida ainda precárias. Muitas dessas iniciativas são resoluções para acesso a água, saneamento, serviços de saúde e educação, de modo a enfraquecer ainda mais a compreensão dessas necessidades como direitos, e retirar, portanto, sua dimensão política. Junto ao fenômeno das empresas sociais e negócios inclusivos há a criação dos chamados "fundos de impacto social" que seguem o formato de determinados fundos de investimento¹⁵ e apoiam essas novas iniciativas.

Vai-se do financiamento a fundo perdido para o financiamento com retorno financeiro. O elemento novo é o uso dos mecanismos de mercado e a eficiência financeira, ou seja, há a financeirização do discurso e da prática social. Em conversas com representantes da FINEP e do BNDES foi possível perceber a disseminação desse discurso nessas instituições públicas com consequências para a forma de financiamento dos projetos e ações no campo social das mesmas.

Nessa gramática do "social", diversos deslocamentos de sentido vão ocorrendo: de financiadores para investidores sociais; de sociedade civil para empreendedores sociais; de doações ou financiamento a fundo perdido para fundos de impacto.

O termo "empresas sociais" vem sendo utilizado, desde os anos 80, com maior predominância nos países europeus, Canadá e Estados Unidos. Ao comparar a disseminação do conceito nos Estados Unidos e no Canadá, Mendell (2009) aponta que as características culturais e o contexto econômico de cada país diferem

¹⁵ Os private equity, venture capital e capital semente têm como princípio básico a compra de participações em empresas e sua venda futuramente com o seu capital valorizado. Os private equity são fundos que investem em empresas já consolidadas, os venture capital investem nas de pequeno porte e os fundos sementes que investem em empresas em fase inicial, principalmente, nas áreas de inovação e tecnologia.

e delineiam diferentes perspectivas para essas práticas e conceitos. No Canadá em diálogo com as experiências europeias, essas iniciativas surgem no contexto de enfraquecimento do Estado-Providência e são caracterizadas como um novo arranjo entre Estado, sociedade civil e o mercado. Nesse contexto, para os pesquisadores, elas podem assumir tanto um caráter inovador, com a ampliação da participação da sociedade civil na relação com o Estado, como também podem representar o enfraquecimento da função do Estado. Para analisar o caso do estado canadense do Quebec, a autora considera a definição de "empresas sociais", difundida pelo *Chantier* da Economia Social, localizando essas iniciativas dentro do debate sobre economia social e solidária, tendo por base os valores da cooperação, trabalho coletivo e também do fortalecimento do Estado e do trabalho conjunto na elaboração de políticas públicas. Já nos EUA, há, historicamente, uma cultura mais liberal em relação à função do Estado, relegando a esse uma função pouco reguladora. Com esse contexto, as empresas sociais ficam mais próximas do debate sobre a função do terceiro setor, da filantropia e das ações sociais. Essa diferenciação entre a experiência europeia e canadense, e a americana também é marcada por Teodosio e Cormini (2012) que resumem a ênfase das primeiras no papel da sociedade civil com funções públicas, e a segunda ligada a organizações privadas com objetivo de resolver problemas sociais.

A primeira perspectiva trazida por Mendell (2009) estabelece um diálogo com o campo da economia solidária no Brasil e com seus princípios. Aqui, a articulação é entre a dimensão econômica, a social e a política. A dimensão social e a política se encontram no cerne da organização das iniciativas solidárias e não em seu objetivo final. O processo de constituição é coletivo e o processo de trabalho além de também coletivo, tem princípios democráticos e igualitários. Já na segunda perspectiva, o social se encontra apenas no objetivo final e não se propõe a mudanças nas relações de trabalho e produção. Em geral, são empresas individuais ou instituições sociais que passam a atuar dentro dessa lógica. Essa concepção se alinha aos chamados "negócios sociais" e reflete o discurso que vem sendo construído no Brasil. Tal discurso está mais próximo do debate economicista tradicional sobre ampliação de mercado e consumo, agora direcionado para a base da pirâmide. O conceito também se alinha à ideia do empreendedorismo individual e não está vinculado a uma proposta de desenvolvimento econômico alternativo e integrado. Esse novo discurso parece realizar de vez o deslocamento na noção

política de pobreza e transformação social para o discurso imperativo da inserção pelo consumo.

A aproximação com o fenômeno da confluência perversa se dá na forma como são caracterizadas as iniciativas de economia solidária ao aproximá-las da conceituação do chamado setor 2.5, desativando a sua dimensão política.

O Banco Palmas é uma das iniciativas reconhecida pela economia solidária ao mesmo tempo em que é considerada como um exemplo de negócios sociais, conforme aparece no site do "ProjetoBrasil27"¹⁶ que pretende conhecer e divulgar uma experiência exitosa em negócios sociais em cada estado brasileiro. Além disso, a instituição tem sido convidada a participar de diversos eventos por ser um caso de sucesso nessa temática. Entretanto, a experiência do Banco Palmas não se define pelos princípios dos negócios sociais, sua aproximação se dá apenas por, também, articular as dimensões econômicas e sociais. As ideias de apropriação, autonomia comunitária, tensão entre grupos antagônicos são desativadas por essa suposta semelhança.

Mais uma vez, os pobres são vistos como meros usuários e agora, mais do que nunca, consumidores de produtos e serviços sem que tenham a apropriação dos meios para produzi-los. Encontra-se aí uma importante distinção entre essas iniciativas e os ideais da economia solidária, que tem em sua base o princípio da autogestão e da produção coletiva, ou seja, da apropriação tanto do modo de produzir quanto o seu produto final.

Nessa zona nebulosa de práticas e significados, torna-se importante recuperar a possibilidade de simbolizar os processos e fenômenos. O economês está na lógica, mas também se sustenta nas palavras que constroem os sentidos para a prática social. O encobrimento das palavras faz esquecer as ideias que as representavam, deixando que o vazio dos sentidos não nos permita voltar atrás.

¹⁶ Ver www.projetobrasil27.com.br

Capítulo II - Vozes dissonantes: a economia solidária e suas iniciativas

Em nossos dias, parece-nos mais fácil imaginar a deterioração total do planeta e da natureza do que o final do capitalismo tardio, talvez isso seja devido a uma certa debilidade de nossa imaginação.

(Fredric Jameson)

2.1 A economia solidária no Brasil: notas sobre seu histórico

Nos anos 70 e 80, surgiu um conjunto de organizações que, a partir de questões urbanas como moradia, infraestrutura e saúde, tornaram-se os chamados "novos movimentos sociais" (SADER, 1988). Junto a esses movimentos, fortaleceu-se o chamado "novo sindicalismo" com as greves do ABC paulista, região das grandes indústrias automobilísticas e metalúrgicas. Essas organizações, com o apoio de grupos mais progressistas da igreja católica, que atuavam a partir das comunidades eclesiais de base (CEB's), e de parte da intelectualidade e de militantes de esquerda, que se encontravam perseguidos pelo governo militar, tornaram-se uma força importante no processo de democratização da sociedade brasileira. Essas novas iniciativas tinham como contexto a grande metrópole: São Paulo. Se tomarmos esses movimentos nas demais regiões do país, observaremos apropriações diferenciadas e diversas práticas em função do contexto regional e local, mas que também representaram forças populares organizadas importantes. No Nordeste, como será discutido adiante, a igreja com a CEBs e os militantes dos partidos de esquerda como o PT e PC do B exerceram papel fundamental, entretanto, pelas diferenças no processo de industrialização, o sindicalismo não desempenhou um papel tão central quanto na região Sudeste.

Com a aprovação da Constituição Cidadã de 1988, que garantiu mudanças importantes na promoção dos direitos sociais da população, além da formalização dos espaços de participação da sociedade civil, como os conselhos e as conferências, um novo momento parecia estar se iniciando no país. Entretanto, toda essa mobilização e o novo contexto político não se refletiram na diminuição das desigualdades sociais e na melhoria das condições de vida da população mais

pobre do país. Com a crise da dívida externa dos anos 80, a alta da inflação e o baixo crescimento, articulados às políticas neoliberais, que começaram a serem implementadas neste período, dificultaram a consolidação de diversas conquistas com políticas de ajustes orçamentários e gastos estatais em alinhamento com a construção de um Estado mínimo.

Nesse contexto, diversas iniciativas de cunho popular e coletivo foram surgindo para dar conta da questão do desemprego e do aumento da informalidade e também como um contraponto às ações hegemônicas na inserção do Brasil no novo contexto global da financeirização da economia, que aprofundavam sobremaneira os problemas históricos do país, como as fortes desigualdades sociais e regionais.

Nesse período, surgem as empresas recuperadas, oriundas de massas falidas, que passam a ser geridas pelos próprios trabalhadores em uma ação conjunta com os sindicatos. Esses, por sua vez, iniciam uma discussão sobre sua atuação na manutenção de postos de trabalho que estivessem fora do ordenamento jurídico das conquistas históricas dos trabalhadores na relação patrão-empregado. É criada, em 1994, a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão (ANTEAG), entidade de representação dos trabalhadores associados, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a qual cria a Agência de Desenvolvimento Solidária (ADS) para realizar o fomento e o apoio técnico a diversas iniciativas. No campo social, entidades da Igreja Católica como a Cáritas¹⁷, com um histórico de atuação na organização popular, começam a atuar na construção de estratégias ligadas ao mundo do trabalho. As universidades também desempenham papel importante no reconhecimento dessas novas práticas e passam a organizar projetos e programas de extensão universitária com o objetivo de auxiliar na formação de grupos produtivos solidários.

Vê-se, assim, que a Economia Solidária é, antes de tudo, um campo de práticas com base na cooperação, autogestão e solidariedade e aponta para outro modelo de desenvolvimento e transformação das relações de produção e de trabalho. Suas iniciativas dão continuidade à luta dos trabalhadores por condições melhores de trabalho e à busca pela superação das desigualdades sociais. E apesar

¹⁷ Cáritas é uma instituição de utilidade pública que atua na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário e é ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Fonte: <http://caritas.org.br/>

de podermos falar em continuidade, novas práticas e discursos são elaborados, articulando saídas econômicas a uma atuação política.

Com a chegada do governo Lula, abriu-se uma nova perspectiva para o conjunto das organizações populares, tanto na efetivação das políticas e direitos sociais quanto na maior participação na construção das políticas públicas. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) foi um esforço de mobilização de diversos atores sociais na busca por um espaço institucional para as iniciativas que já vinham sendo desenvolvidas desde meados dos anos 90¹⁸. Na mesma época, foi criado também o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que agrega todas as iniciativas do campo da economia solidária.

Paul Singer, na abertura da III Plenária Nacional de Economia Solidária¹⁹, aponta os princípios de trabalho da nova secretaria e elucida o processo coletivo de sua formação.

Vocês são nossos parceiros nessa Secretaria, que foi criada anteontem. Nós precisamos das informações, do conhecimento que vocês têm e das demandas que vocês representam para construirmos juntos políticas públicas federais para o apoio, o fomento e o aperfeiçoamento da economia solidária no nosso país. Eu estou quase que pedindo a vocês que criem um Fórum Brasileiro de Economia Solidária representativo e vigoroso, para que nós, do governo federal, também possamos ter no Ministério do Trabalho uma base concreta de luta e juntos estarmos construindo as bases de uma nova sociedade, mais justa, mais igualitária, mais democrática do que aquela que temos hoje.

Um dos princípios da economia solidária é a participação democrática e, dessa forma, como nos mostra a fala de Paul Singer, a própria relação entre o Estado e as iniciativas de Ecosol devem também ter como prática o debate aberto e

¹⁸ Logo após as eleições de 2002, houve a criação de um grupo chamado GT brasileiro, que articulou os diversos atores ligados à economia solidária no Brasil e do qual faziam parte as seguintes entidades e redes: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABCRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Disponível em www.fbes.org.br. Último acesso em 16 de janeiro de 2014.

¹⁹ SINGER, Paul (secretário da recém-criada Secretaria Nacional de Economia Solidária). Discurso oral. Abertura da III Plenária de Economia Solidária. Junho de 2003.

conjunto. Está aí implícita uma concepção de que as políticas públicas são uma construção coletiva entre Estado e sociedade. Assim, desde o início da gestão da SENAES, o diálogo é tanto no sentido de construir um ambiente institucional e parcerias com ministérios, secretarias e órgãos governamentais, como também com as iniciativas de economia solidária, dando sustentação às suas demandas.

Ao longo dos últimos doze anos, além das estratégias econômicas, criou-se um novo campo político de disputa na busca pela diminuição das desigualdades, da emancipação dos trabalhadores e da efetivação dos direitos sociais. A economia solidária contribui para dar visibilidade a um contingente enorme de trabalhadores informais que passam a trabalhar coletivamente, além de impor a necessidade de novos arranjos jurídicos e políticos que permitam o reconhecimento legal dessas iniciativas. Criou-se, também, um conjunto de espaços de participação como os fóruns, o Conselho Nacional de Economia Solidária e os comitês técnicos dos projetos, que fortalecem a participação efetiva na elaboração, acompanhamento e execução de políticas.

Hoje, conta-se com mais de 130 fóruns municipais e estaduais e já foram realizadas 2 Conferências Nacionais e 5 Plenárias Nacionais.

Para finalizar, segundo um mapeamento nacional feito em 2007, existem mais de 22.000 empreendimentos econômicos solidários que associam mais 1,7 milhões de trabalhadores.

As finanças solidárias: breve nota

Segundo Singer (2009), no Brasil, há três partes que atuam na oferta de serviços financeiros: a parte capitalista, composta por instituições financeiras privadas; a parte estatal, em que se localizam os bancos públicos; e a terceira parte, composta por um conjunto de intermediários financeiros do qual fazem parte as iniciativas ligadas às finanças solidárias. Neste último grupo, encontram-se as experiências gestadas pelos movimentos sociais ao longo das últimas décadas na busca pela diminuição da pobreza e das desigualdades sociais. Nelas, encontram-se a experiência dos fundos rotativos solidários no Nordeste brasileiro, apoiada pelas entidades católicas de base e articulada à luta de convivência com o semi-árido (GUSSI, 2011), as cooperativas de crédito solidário, em sua maioria, localizadas nas áreas rurais e organizadas a partir de forte mobilização dos movimentos sindicais rurais (BÚRIGO, 2010), os bancos comunitários de desenvolvimento, surgidos das

organizações populares urbanas presentes nas regiões periféricas das grandes cidades (MELO NETO; MAGALHÃES, 2008) e as ONGs e OSCIPs de microcrédito²⁰ que, inspiradas nas experiências internacionais, buscam ampliar a oferta de crédito e serviços financeiros à população excluída do sistema formal.

O apoio a iniciativas alternativas de microfinanças se fortalece em função do contexto de resposta ao sistema financeiro formal com o estímulo ao processo de bancarização, e também como parte das ações para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social. Desde os anos 90, com a estabilização econômica e monetária trazida pelo Plano Real, o governo brasileiro em parceria com o Banco Central do Brasil vem desenvolvendo ações no sentido de ampliar o acesso da população pobre ao sistema financeiro formal, tanto no que se refere ao acesso ao crédito quanto aos serviços bancários. A partir de 2003, o governo assume como pauta prioritária a inclusão financeira e bancária, considerada essencial para a redução das desigualdades sociais e desenvolvimento econômico. Com esse objetivo, houve a criação da conta simplificada²¹, da destinação obrigatória de 2% dos depósitos à vista dos bancos para transações de microcrédito²² e da consolidação da legislação sobre os correspondentes²³ (FELTRIN; VENTURA; DODL, 2009). Essas ações tinham como objetivo incluir as grandes instituições bancárias e financeiras para o desafio da inclusão.

Se, por um lado, o processo de bancarização e as mudanças relativas ao sistema financeiro estiveram alinhados à pressão das instituições financeiras e à criação de estratégias minimalistas no campo das microfinanças, dando-se ênfase, primordialmente, ao aumento da oferta de microcrédito, houve sempre o discurso dissonante das finanças solidárias que entendiam as ferramentas microfinanceiras como um instrumento que deveria ser integrado a uma estratégia maior que levasse em conta o território e a sua dinâmica local, bem como os processos autônomos de organização. A SENAES se tornou, como órgão interno do governo, um porta-voz importante do discurso que propõe outra noção de desenvolvimento, pautado na democracia e na construção coletiva, além de se tornar um interlocutor importante

²⁰ Dentro do campo das experiências de microcrédito, há as iniciativas menores de caráter local e outras instituições maiores que trabalham com o modelo tradicional das microfinanças, restritas aos modelos e práticas das instituições internacionais que têm a compreensão do microcrédito apenas como uma metodologia para ampliação de acesso (SILVA, 2007).

²¹ Res. CMN 3.211/04.

²² Res. CMN 3109/2003.

²³ Res. CMN 3.156/03, 3.110/03.

para o próprio Estado em relação às pautas das iniciativas de economia solidária.

A SENAES também foi o interlocutor e apoiador direto das iniciativas. As principais ações, nos primeiros anos de governo Lula, foram um convênio de replicação da metodologia dos bancos comunitários. Em 2008, já existiam 37 Bancos Comunitários em funcionamento no Brasil, sendo 25 no Ceará, 04 no Espírito Santo, 03 no Piauí, 02 na Bahia e uma unidade em Mato Grosso do Sul, Paraíba e Maranhão. Houve também a criação do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários – PAPPS – para o financiamento de projetos de fundos rotativos solidários. De 2005 a 2008, foram investidos recursos em mais de 50 desses projetos.

Em 2010, foi criado o Programa Nacional de Finanças Solidárias pela SENAES, que destinou recursos para projetos de fortalecimento e implantação de bancos comunitários e fundos rotativos solidários em todo o Brasil. Hoje, são mais de 500 fundos rotativos apoiados e 103 bancos comunitários em funcionamento em 19 estados do país.

Com o apoio da SENAES, um ambiente favorável no governo para as ações consideradas “inclusivas” no campo das finanças e o próprio fortalecimento institucional das iniciativas possibilitaram a abertura para parcerias com os bancos públicos: BNDES, Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Cada um em sua especificidade apoiou as diversas iniciativas locais com fundos de empréstimos, apoio institucional e apoio a projetos. Em relação aos bancos comunitários, a parceria estabelecida, em 2007, entre o Banco Popular do Brasil e o Instituto Palmas ampliou a oferta de serviços do banco comunitário, que passou a oferecer o serviço do correspondente bancário com o pagamento de contas, abertura de conta corrente, saques e depósitos. Outra importante parceria se realizou com o BNDES com o acesso a um empréstimo de R\$ 3 milhões de reais e recursos a fundo perdido para o desenvolvimento insitucional dos bancos comunitários da Rede Brasileira.

Embora tenham tido avanços, diversos desafios ainda estão colocados para o campo das finanças solidárias. A criação de um sistema nacional de finanças solidárias, fundos de empréstimos para essas iniciativas são consideradas, pelos atores e instituições atuantes na temática, como imprescindíveis para o avanço e consolidação dessas experiências dentro do aparato estatal. Desde a I Conferência Nacional de Economia Solidária, em 2006, tem sido reforçada essa importância nos

documentos aprovados pelo fórum. Entretanto, ainda não houve mobilização suficiente das entidades, da SENAES e de outros órgãos governamentais para, de fato, construir esses instrumentos. O que há, hoje, são dois termos de cooperação técnica entre a SENAES e o Banco Central e entre a SENAES e a Caixa Econômica Federal que pode contribuir para fortalecer esse processo. Em termos de propostas reais, há o projeto de lei da Deputada Federal Luiza Erundina²⁴ que está em tramitação, desde 2004, e segue sendo discutido.

²⁴ Projeto de Lei Complementar 93/2007

2.2 Os dilemas das lutas atuais: os bancos comunitários de desenvolvimento

Como se encontra descrito no capítulo IV, o Banco Palmas surge da articulação realizada pela associação de moradores entre as diversas práticas e discursos que permeavam o mundo social não só nos anos 90, mas na tradição das lutas populares. Sylvia Leser de Mello (2009) não nos deixa esquecer da História:

É muito positivo verificar que a Economia Solidária não está inventando nada. Na sua acepção mais ampla, o movimento está dando uma formulação político-econômica a formas de ação que vêm se desenvolvendo há séculos e que foram sendo criadas pela população mais pobre do país (MELLO, 2009, p18).

Olhando para a história recente, no contexto de surgimento do Banco Palmas, havia o discurso do microcrédito atrelado à crise dos anos 70, a cooperação internacional, que atuava com o aval do governo estadual em ações participativas locais, e a economia solidária como possível rearticulação da luta pela democracia agora articulada à dimensão econômica. O cooperativismo de crédito e as experiências com moedas sociais (BÚRIGO, 2010; LIETAER; PRIMAVERA, 2013) também foram e são fontes de inspiração para o desenvolvimento das iniciativas atuais de finanças solidárias. Ao refletir sobre as características dos bancos comunitários vê-se que essas experiências estão presentes no arranjo criado pelo Banco Palmas. Apesar de significativas e com resultados efetivos, não será feita uma descrição dessas iniciativas neste trabalho. Parte-se, portanto, do arranjo construído, nos anos 90, no Conjunto Palmeiras com a inspiração das experiências anteriores de forma a continuar tecendo o fio dessa história.

Segundo a definição da Rede (2006), os bancos comunitários de desenvolvimento são serviços financeiros solidários em rede de natureza associativa e comunitária, voltados à geração de trabalho e renda na perspectiva da reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Eles têm como objetivo dinamizar as economias locais, promover o desenvolvimento do território e fortalecer a organização comunitária a partir da oferta de serviços financeiros.

O termo “solidário”, nesse contexto, significa a subversão da lógica utilitarista de uma economia regida pela maximização dos lucros e otimização dos custos para a lógica da confiança e da cooperação (SINGER, 2003; FRANÇA FILHO, 2008).

Esses valores também estão presentes na concepção de uma ação realizada em rede. Ao conceber de forma conjunta o estímulo à produção e ao consumo no território – rede local de consumidores e produtores –, rompe-se com a lógica de mercado pela qual produtores competem e consumidores são disputados, para a busca por uma economia associada. O conceito de rede, então, afirma uma ação que não tem um único sentido: ela se desdobra em um território ampliado que é a comunidade. Ou seja, a ação não pretende ter um fim localizado – um cliente – mas sim articular moradores, instituições locais e comerciantes.

As metodologias de oferta de serviços financeiros para a população pobre, em geral microcrédito, vêm sendo difundidas desde os anos 70. O fortalecimento dessas iniciativas se deu num contexto de crise dos países desenvolvidos e de enfraquecimento das regulações das leis trabalhistas, significando o estabelecimento de uma nova regulação entre Estado-capital-trabalho. A crença de que o crescimento econômico daria conta da absorção da população pelo assalariamento passa a dar lugar a um contingente cada vez maior de trabalhadores que vivem na precariedade e com relações instáveis de trabalho. Nos anos 80, o Banco Mundial investiu em ações voltadas ao oferecimento de crédito para a população pobre, fortalecendo a ideia de que a pobreza poderia ser superada a partir do incentivo à capacidade empreendedora dessa população (KRAYCHETE, 2005). Além disso, na Ásia, experiências como a do Grameen Bank e BRAC reforçaram a importância desse tipo de ação. Ao mesmo tempo em que essas iniciativas apresentaram as diversas táticas de sobrevivência construídas pela população pobre ao viver na precariedade, também assumiram como condição natural essa forma de vida.

Em 1995, foi criado o CGAP – *Consultative Group to Assist the Poor* –, formado por 28 agências de desenvolvimento, públicas e privadas, entre elas o Banco Mundial, a ONU e a Usaid (SILVA, 2007). Em 2004, esse grupo difundiu alguns princípios que deveriam nortear as ações de microcrédito tais como o papel do Estado de não ser provedor desse tipo de serviços financeiros, mas permitir as regulações necessárias para que as instituições o fizessem, além da defesa de que as instituições devem ser autosustentáveis para atingir seu público e ganhar escala (SILVA, 2007). Foram feitos grandes investimentos em instituições para a oferta de serviços microfinanceiros em países pobres, criando-se uma verdadeira indústria do microcrédito. Assim, grandes instituições internacionais têm atuação em diversos países utilizando a mesma metodologia e princípios de funcionamento e seguindo a

lógica da eficiência econômica. Ou seja, são instituições sem enraizamento local e com uma atuação vinculada, principalmente, à ampliação de acesso.

Essa é uma das diferenças importantes entre as iniciativas de microfinanças tradicionais e as finanças solidárias, sendo as primeiras mais ligadas a uma visão minimalista, que objetiva apenas a oferta de serviços para a população de baixa renda, em geral microcrédito, e as segundas que apontam para a criação de ferramentas financeiras que promovam o desenvolvimento integrado dos territórios (UNIVERSIDAD NACIONAL DE GENERAL SARMIENTO, 2007).

Diversos estudos têm mostrado o impacto negativo das ações de microcrédito em determinados territórios e países. David Stoll (2013) realizou um estudo em uma comunidade na Nicarágua, na qual o acesso ao microcrédito aumentou substancialmente a imigração para os Estados Unidos e inflacionou o valor das terras naquela localidade. Hoje, o índice de endividamento dessa comunidade é enorme e houve um enfraquecimento dos laços sociais locais. Países como México e Peru são tidos como exemplos de sucesso, sendo este medido muito mais pela eficiência das instituições do que por resultados efetivos para seus beneficiários. Uma das iniciativas tidas como de sucesso no México abriu capital na bolsa de valores e tem garantido dividendos altos a seus acionistas, enquanto não há mudanças significativas nos níveis de pobreza de seus clientes.

Bateman e Chang (2012) mostram a diluição de laços comunitários em determinadas comunidades da Ásia, Índia e África em função da criação de um mercado competitivo entre os novos empreendedores. Os autores levantam diversas linhas de análise: do ponto de vista econômico, há controvérsias entre os estudos que apontam a melhora na renda da população que acessa microcrédito como incentivo à produção, já que desenvolvem negócios muito pequenos, informais e criados como tática de sobrevivência; do ponto de vista das políticas de desenvolvimento internacional, a lógica da acumulação continua ativa e não há de fato incentivo a ações que permitam maior autonomia das comunidades empobrecidas no acesso aos instrumentos para a produção dessas iniciativas, mantendo o seu papel de meros beneficiários.

A lógica financeira dominou todos os espaços da esfera social, modificando a forma de inserção econômica da sociedade. Nos últimos anos, apresentaram-se uma leitura ufanista das mudanças ocorridas na estrutura social brasileira com a formação de uma nova classe média e uma leitura crítica do modo de inserção do

que, para Pochmann (2011), continua sendo a classe trabalhadora agora inserida pelo consumo e pelo crédito. O aumento do assalariamento na parcela da população com baixa escolaridade representa uma entrada precária no mercado de trabalho e uma inserção social restrita ao mundo do consumo.

Diante da crítica às diversas iniciativas de microfinanças, a oferta de serviços financeiros à população pobre não faz sentido se não vier guiada por princípios como o fortalecimento comunitário, o planejamento e a dinamização dos recursos locais, tanto econômicos quanto sociais, na promoção do desenvolvimento integrado dos territórios e baseada em princípios de cooperação e de democracia (SINGER, 2007; FRANÇA FILHO, 2008). O desenvolvimento aqui almejado é o desenvolvimento solidário, ou seja, da comunidade como um todo e não de alguns de seus membros (SINGER, 2007). Nesse sentido, não são as ferramentas financeiras que produzem as transformações, mas a forma de seu uso que refaz o sentido da economia como o modo de organização da vida e não como um sistema natural de competição por recursos, consumidores, nichos de mercado e maximização dos lucros.

Outro diferencial é o fato de a instituição gestora ter um caráter local e comunitário. Essa característica é fundamental para as iniciativas no campo da economia solidária, que tem como condição necessária a construção coletiva por aqueles que dela participam. Como afirma Singer (2007, p.58) “o investimento necessário ao desenvolvimento tem que ser feito pela e para a comunidade toda, de modo que todos possam ser donos da nova riqueza produzida e beneficiar-se dela”.

A natureza associativa e comunitária dos BCDs, assim, pode ser pensada em sua dimensão institucional: a forma de organização e o seu surgimento, a partir da história da comunidade, das necessidades e das articulações locais; e também, a partir de sua finalidade, com o enraizamento de suas ações nas relações sociais locais e com o fortalecimento da organização e participação comunitária.

Ao ser enraizada nas dinâmicas comunitárias locais, fica implícita a ideia de que o modelo dos BCDs não deve ser entendido como uma metodologia fechada, mas, pelo contrário, como um método que comporta a necessidade de estar articulado e potencializar a criação de ações para atender à demanda e às necessidades da comunidade e do território onde está situado. Ao longo dos anos, as ações vão se alterando em função das mudanças do contexto local, da economia e das parcerias estabelecidas; além disso, mudam também em função da

organização da própria comunidade.

A moeda social também afirma o caráter territorial das ações dos BCDs. Além da moeda social estimular o consumo na própria comunidade e contribuir para manter os recursos gerados circulando internamente, ela simboliza o processo de construção da identidade comunitária em torno de uma proposta de desenvolvimento endógeno. Possui também um caráter educativo, pois seu uso permite repensar o papel do dinheiro e da moeda e, por ser aceita apenas no comércio local, ela perde o sentido de acumulação e retoma o seu sentido de facilitadora de trocas de produtos e serviços.

Dentre as diversas explicações e motivações para o surgimento da moeda, pode-se mencionar a necessidade de facilitação das trocas de produtos e serviços nos mercados e feiras. Antes, as trocas eram feitas diretamente entre produtos para suprir as necessidades de reprodução da vida. Aos poucos, com a ampliação dos mercados, a descentralização e a necessidade de maior dinamismo das trocas, foram sendo desenvolvidos instrumentos financeiros para dar maior velocidade a elas. Moeda é confiança. Aceitamos receber um papel que vale determinada quantia, pois confiamos que um terceiro também irá recebê-lo pelo mesmo valor na troca de algum produto ou serviço e que esse valor se manterá no tempo.

Há um debate entre os economistas e os antropólogos e sociólogos econômicos sobre a função e os motivos para o surgimento da moeda. Para os economistas, ela possui 3 funções: meio de troca, reserva de valor e unidade contábil. Já para seus críticos, seria um reducionismo considerá-la apenas do ponto de vista econômico, retirando o caráter simbólico, social e cultural que desempenham as trocas em uma determinada cultura (FRANÇA FILHO, 2011; ZELIZER, 2009). Esse debate se torna profícuo ao refletirmos sobre a moeda social na estratégia dos bancos comunitários. O processo de criação da moeda social de forma coletiva com a definição do nome e dos desenhos que estarão estampados nas cédulas, já redefine a função e o sentido que a moeda pode assumir nesse contexto.

Do ponto de vista econômico, a moeda social é considerada uma moeda complementar, ou seja, não concorre com a moeda oficial. Ela funciona como um bônus, um ticket-refeição. Nos bancos comunitários, ela tem a função de contribuir para dinamizar a economia local, tentando dar maior liquidez a um território com escassez de moeda. Ao injetar um determinado número de moedas sociais,

aumenta-se a possibilidade de realização de trocas de bens e produtos nesse território. Além disso, por ter seu uso restrito – pode ser utilizada apenas nos comércios locais – estimula que os recursos monetários (dinheiro) produzidos na comunidade fiquem circulando internamente e não sejam utilizados para compras fora do bairro. A moeda social pode ser adquirida a partir do empréstimo de consumo, pela troca direta de real por moeda social ou como troco dado pelos comércios locais.

Do ponto de vista social, a moeda social pode assumir diversas funções. Ir ao banco e solicitar um empréstimo em moeda social não significa apenas maior quantidade de moeda injetada na comunidade, aumento do consumo no comércio local e segurança na compra de itens de primeira necessidade; vai além: significa, por exemplo, não depender mais de favor de familiares e vizinhos, conhecer um novo comércio onde não se costumava comprar, ampliar as redes sociais e estabelecer uma nova relação com o bairro.

Se por um lado, seu uso desmistifica um sentido instrumental e neutro defendido pelos economistas clássicos quando apontam seu sentido social, por outro lado, sua função econômica se realiza de forma indireta, já que os bancos comunitários têm dificuldades para fortalecer sua disseminação.

Outra importante característica dos BCDs é a forma de concessão de crédito. Por estarem enraizados na comunidade e terem como vocação atender à população que não têm como oferecer garantias reais, é na própria comunidade que se buscam as informações sobre os possíveis tomadores de crédito. Esse é um processo importante e central para a compreensão dos possíveis efeitos do banco e a trama que ele vai ajudando a tecer ao articular vida econômica e vida social. É aqui que chegamos mais perto das práticas cotidianas e de como elas traduzem os objetivos do banco comunitário e produzem novos sentidos, práticas, vivências.

Há alguns princípios que são gerais a todos os bancos comunitários e norteiam suas ações: oferta de crédito de consumo em moeda social e crédito produtivo em real; existência de um comitê de análise de crédito formado por pessoas da comunidade, trabalhadores do banco e analistas de crédito; critérios de concessão flexíveis; a não necessidade de garantias e de “nome limpo” para acesso ao crédito; análise baseada em critérios econômicos, mas sobretudo sociais como consulta a vizinhança e comércios locais; cobrança que se utiliza do controle social e flexibilidade na negociação para o pagamento das parcelas.

Essas diretrizes devem ser analisadas de maneira articulada e enquanto processo. Não representam um conjunto de procedimentos estáticos dentro de uma lógica racional e produtivista que busca apenas o controle. Ao contrário, devem ser entendidas como um processo com nuances, micronegociações e deslocamentos.

Nos últimos anos, os bancos públicos têm tentado criar condições para aumentar o acesso da população aos serviços financeiros e bancários, porém não conseguem atingir aqueles que se encontram em situação mais vulnerável. Como essas instituições estão distantes dos territórios de atuação e de seus clientes, necessitam de formatos de análise que tentem minimizar a chamada assimetria de informação entre a instituição financeira e o tomador do crédito, como revela a fala de um gerente da Caixa Econômica Federal em uma reunião na cidade de Várzea Paulista: *“Nosso sistema é o que há de mais avançado no setor de microcrédito com 44.000 variáveis e com aprovação automática”*²⁵. Esse sistema é avançado e eficiente para proteger o banco, já que o mesmo sistema foi implantado no Banco Palmas e, em quatro meses de funcionamento, não tinha conseguido aprovar um crédito. Dessa forma, diante da instabilidade e das diversas estratégias produtivas da população pobre, é necessário que haja flexibilidade e autonomia para que as instituições possam ter liberdade de atender às reais necessidades da população.

É importante frisar que os bancos comunitários também precisam de informação e de garantia, entretanto, elas se encontram ali bem perto, nas relações entre as pessoas e entre as pessoas e o território. Essas informações são colhidas nas conversas com o vizinho e com os comerciantes locais, na visita à casa do morador solicitante e na própria participação do morador nas atividades do banco e da comunidade. Há uma articulação direta entre as relações econômicas e sociais na comunidade e a concessão do crédito. Diversos estudos (ABRAMOVAY; JUNQUEIRA, 2005; BÚRIGO, 2010; MAGALHÃES, 2007; RIBEIRO, 2006) mostram que as instituições financeiras solidárias conseguem diminuir os custos das suas transações e terem altas taxas de retorno por estarem inseridas nas dinâmicas locais e conseguirem, a partir disso, as informações que sustentam a confiança das instituições nos tomadores de crédito. Essas formas de concessão, que utilizam as redes sociais e comunitárias como forma de obter informações sobre seus clientes,

²⁵ Registro Oral. Fala de representante da Caixa Econômica Federal em uma reunião junto à Prefeitura Municipal de Várzea Paulista. Secretaria do Desenvolvimento Social. Junho de 2011. Participação da autora desta tese como representante do NESOL/USP.

para alguns autores, caracterizam as chamadas finanças de proximidade (ABRAMOVAY, 2004; ABRAMOVAY; JUNQUEIRA, 2005). Esse processo não ocorre sem interferências e podemos considerá-lo como um processo constante de negociações (SATO, 1999).

O caráter educativo é da natureza do banco comunitário. O banco, a partir de suas ações e ferramentas, contribui para que o debate sobre economia seja desmistificado e para que esse conhecimento possa ser apropriado a partir das práticas. Os trabalhadores do banco, os tomadores de crédito, os comerciantes, ou seja, a comunidade como um todo, ao conhecer mais sobre os conceitos econômicos e os mecanismos financeiros, contribui para o fortalecimento e para a qualificação da participação dos moradores no debate sobre o desenvolvimento do bairro e, como resultado, potencializa as ações do banco.

Todo o processo de formação e desenvolvimento do banco só é possível se for feito coletivamente e entendido como uma ferramenta de participação. Assim, o modo da oferta, as práticas cotidianas de concessão do crédito e os projetos de formação definem um ambiente de participação. Todos os que utilizam os serviços do banco participam desse sistema de desenvolvimento comunitário. Além dessa participação, que se dá de forma difusa, há a constituição de espaços de discussão coletivos e públicos que são os fóruns de desenvolvimento. No Banco Bem, chama-se Fórum Bem Maior, no Banco Palmas, é o Fórum Socioeconômico Local – FECOL – e no Banco dos Cocais, no Piauí, é o Fórum Monetário Local.

Esses espaços se tornam importantes, pois garantem uma dimensão pública e aberta de fala onde se constroem não só a articulação entre os diversos atores presentes no território, como também o lugar onde o sentido coletivo das ações se dá. E é, também, o lugar do surgimento do novo e dos sonhos individuais que podem tomar a forma coletiva.

2.3 A busca por outro desenvolvimento: aproximações com a economia popular

Ao tentar compreender a atuação dos bancos comunitários de desenvolvimento, torna-se importante compreender o contexto de sua atuação. Os bancos comunitários estão instalados tanto em bairros periféricos das grandes cidades como em pequenas cidades do interior e atuam tentando fortalecer as dinâmicas econômicas locais. Conhecer a demanda por crédito em um banco comunitário é entender um pouco a economia que se desenvolve nos bairros periféricos e assume as características do que Milton Santos chamou, nos anos 70, do "circuito inferior da economia" (SANTOS, 2004).

A conformação desse conceito surgiu em meio aos debates sobre a modernização e a urbanização dos países de terceiro mundo, periféricos ou, na época, chamados de subdesenvolvidos. A tentativa era compreender o que Francisco de Oliveira (2003) caracterizou como o "ornitorrinco" ao definir o desenvolvimento econômico brasileiro: industrial e moderno por um lado, e pobre e desigual por outro. Se, nos países centrais, o sistema conseguiu absorver a grande massa de trabalhadores e garantiu, por meio dos direitos sociais, a amortização dos seus efeitos danosos, nos países periféricos, a condição de pobreza e desigualdade constituiu nosso padrão de desenvolvimento (KRAYCHETE, 2008).

Os debates sobre o desenvolvimento, tanto dos países periféricos como dos países centrais, foram estabelecidos entre diversas disciplinas e, portanto, partiram de diferentes ângulos de análise. A escolha por retomar a teoria de Santos (2004) sobre os circuitos econômicos se deu em razão de ser possível a partir dela compreender os fenômenos estruturais, suas incidências no espaço e, além de tudo, as suas formas de apropriação, sendo possível, assim, um diálogo com o campo da psicologia social.

O autor, ao definir dois circuitos da economia, elaborou uma leitura do desenvolvimento das cidades nos países periféricos através de um paradigma que não tinha como referência o processo de desenvolvimento econômico urbano dos países desenvolvidos e assumia a urbanização dos países de terceiro mundo como resultado da modernização tecnológica:

Não se poderia caracterizar os dois circuitos da economia urbana através de variáveis isoladas. Antes, é necessário considerar o conjunto dessas atividades. Mas pode-se dizer desde já que a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e superior está baseada nas diferenças de tecnologia e de organização (SANTOS, 2004, p.45).

A definição dos circuitos da economia se dava em relação à apropriação dos sistemas informacionais e comunicacionais, ao acesso ao capital financeiro e à lógica interna de maximização dos lucros.

O circuito superior era constituído pelos monopólios, pelas grandes redes varejistas com grandes volumes de mercadorias, pelas redes de distribuição, em geral com a produção voltada para o mercado exterior, pelas organizações mais burocráticas, pela relação forte com o Estado e pelo alto acesso a crédito através dos bancos e do alto capital investido. Em contrapartida, o circuito inferior era representado pelos pequenos comércios, pelas fábricas com uso baixo ou quase nulo das tecnologias, pelo baixo volume de transações e de circulação de mercadorias, pelas relações de trabalho informais, pela baixa relação com o Estado e pelo pouco acesso ao crédito.

Ao descrever as diferenças entre os dois circuitos, conforma-se um quadro próximo ao dos bairros onde se localizam os bancos comunitários: forma de organização superior burocrática e inferior primitiva; preço fixo em um e variável e dependente da relação entre vendedor e comprador no outro; publicidade necessária no primeiro e nula no segundo; crédito bancário para as empresas do circuito superior e pessoal no inferior. O circuito inferior são os pequenos empreendimentos e negócios com baixa produtividade, capital baixo, preços variáveis, publicidade nula, crédito pessoal e informal entre comerciantes e fornecedores (fiado e caderneta) e relações informais de trabalho (SANTOS, 2004).

Hoje o contexto se modificou, e parece ter se ampliado o abismo entre a economia dos grandes números do mercado financeiro e dos conglomerados transnacionais e a economia dos bairros periféricos. Contudo, é possível falar também em maior integração entre os circuitos, não mais pelo viés do trabalho e da relação de assalariamento, mas pelo viés do consumo com as grandes redes de supermercados, lojas de departamentos e shoppings que disputam o chamado mercado popular. Essa integração se dá também com o circuito superior instituindo práticas de venda características desse mercado como, por exemplo, a venda nos

faróis de chips de telefonia celular. Nesse sentido, Santos (2001, 2006) avança em suas conceituações sobre o meio-técnico-informacional e passa a operar com o par horizontalidades/verticalidades para melhor compreender os fenômenos da globalização dos mercados e a transnacionalização da economia.

Assim, apesar de datada, a retomada da teoria dos circuitos econômicos contribui sobremaneira para a compreensão histórica das dinâmicas locais de bairros periféricos. Ela permite historicizar essas dinâmicas econômicas em países como o Brasil e na formação de nossas periferias urbanas, já que nos anos 90 assistimos ao agravamento da desigualdade seguido de um aprofundamento do desemprego estrutural e da precarização das relações de trabalho.

Como coloca Kraychete (2008):

Por sua magnitude e caráter estrutural, o crescimento dessas formas de trabalho já não pode ser explicado como um fenômeno residual, transitório ou conjuntural. Em outras palavras, parece que não se trata de um contingente que, algum dia, será engatado ao processo de crescimento proporcionado pelos investimentos no “circuito superior” da economia, mas da presença de um futuro a ser recriado em escala ampliada (KRAYCHETE, 2008, p. 03).

Esse não é um contexto apenas nos países periféricos, mas tomou corpo em todo o mundo. Kraychete (2006) aponta que, desde os anos 90, surge por parte das agências de cooperação internacional e dos próprios Estados o discurso da construção de ações para o enfrentamento da pobreza de modo mais focalizado, com a defesa de que o crescimento econômico não daria conta da absorção pelo assalariamento. Assim, a economia popular, que era tratada como residual e marginal, torna-se a saída para a situação de pobreza. Junto às mudanças concretas do mundo do trabalho, construiu-se um discurso positivo dessas atividades através do empreendedorismo e de seu sucesso baseado na qualificação. Esses discursos camuflam o caráter estrutural das mudanças e individualizam sua saída, além de deslocarem o sucesso também para a dimensão individual, pressupondo que atingi-lo ou não também depende apenas do esforço de cada um e da aquisição de diferentes ferramentas e habilidades. Como já enfatizado, ao longo dos últimos 30 anos, criou-se uma indústria com instituições internacionais que atuam em diversos países da Ásia e da África em nome do desenvolvimento social e econômico e do estímulo ao empreendedorismo popular.

É também na década de 90 que surgem as iniciativas de economia solidária, como as fábricas recuperadas, e a organização de cooperativas de trabalho como exemplos de uma possível reação a esse processo. Retomando os ideais cooperativistas e o princípio da autogestão, essas iniciativas tentavam impor em meio a lógica da exclusão e da livre concorrência dos mercados, princípios antagônicos para a organização do trabalho e da produção, como cooperação, solidariedade e igualdade. Se, num primeiro momento, essas medidas foram reconhecidas pela formação de empreendimentos econômicos, como as cooperativas, e por um objetivo primordial de manutenção de postos de trabalho, aos poucos foi tomando corpo um conjunto de iniciativas que transcendiam o contexto laboral, como as iniciativas de comércio justo, desenvolvimento local e redes de comercialização – outro modelo de desenvolvimento baseado na cooperação e na democracia.

Se o termo solidário pode, num primeiro momento, trazer uma relação com a caridade e a filantropia ou com ações ligadas ao terceiro setor, ao nos aproximarmos mais da temática, poderemos perceber que trata-se de uma proposição eminentemente política. O solidário aponta para a constituição de relações sociais baseadas na construção coletiva e igualitária referenciadas pelo bem comum. Assim, o princípio da autogestão é a base constituinte dessas iniciativas. O político deve ser considerado de forma abrangente como não só a construção de uma cultura democrática, mas também a disputa por um projeto de sociedade.

Nos debates sobre essa nova proposta de uma economia gerida coletivamente a partir de princípios de solidariedade e não competição, alguns autores tentam encontrar um lugar para a chamada economia popular. Kraychete (2000, 2008), ao analisar o que chama "economia dos setores populares", considera que as iniciativas que dela fazem parte têm como principal função a geração de recursos para a manutenção da vida e que não seguem uma racionalidade econômica segundo as teorias tradicionais, mas são regidas principalmente pelo princípio da inclusão de seus membros. O autor retoma a característica apresentada por Santos (2004) para o circuito inferior de que o centro dessas atividades não é o capital, mas o trabalho, o que permite distingui-las da produção capitalista:

A eficiência dessa economia dos setores populares não pode ser aferida pela capacidade de seus integrantes transformarem-se em

pequenos empresários, mas por sua capacidade de assegurar postos de trabalho e gerar alguma renda para um grande número de pessoas (KRAYCHETE, 2008, p.5).

Nesse sentido, essa proposta se aproximaria do objetivo trazido por Singer para a economia solidária, contudo, não tem como ponto central a autogestão. Já França Filho (2004) considera que a adjetivação da economia popular como "solidária" é possível com o surgimento das novas iniciativas de caráter comunitário e coletivo que tentam suprir demandas surgidas da própria comunidade. As iniciativas com sentido apenas de simples reprodução para a sobrevivência seriam, para o autor, a economia informal e se distanciariam do projeto da economia solidária.

Do ponto de vista teórico, tomando como referência a conceituação trazida por Singer (2004, 2005) do princípio da autogestão e da construção coletiva, torna-se difícil considerar a economia popular como solidária, pois essa forma de organização da produção não é premissa dessas iniciativas. Além disso, há diversos arranjos que se encontram localizados nessa definição: de ambulantes que trabalham no centro da cidade ao vendedor de picolé de um bairro periférico, passando pelos assalariados em pequenos comércios e indústrias locais.

Contudo, ao pensar no desenvolvimento do território a partir dos princípios da economia solidária, a economia popular pode ser colocada em contexto e em determinada dinâmica construída localmente. Se as iniciativas do território não foram definidas a partir apenas da demanda popular, como sugere França Filho (2004), o seu arranjo e o modo como essas iniciativas estão inseridas no tecido social local podem constituir material importante para estabelecer uma dinâmica territorial solidária. Santos (2004) apresenta diversas estratégias encontradas pela população para dar conta da falta de crédito bancário, como os créditos de ajuda mútua, e que foram sendo definidas a partir das relações que se estabeleciam naquela localidade.

Assim, as indagações trazidas por Kraychete (2008) se tornam possíveis de serem pensadas quando enraizadas numa realidade local:

Face às tendências do capital e do trabalho “nestes tempos de globalização”, o que se pode projetar, entre a realidade e a utopia, sobre os limites e possibilidades dessa *economia dos setores populares*? Seria possível, não apenas potencializar essa *economia dos setores populares*, mas também fortalecer as relações

assentadas em valores éticos de solidariedade, cooperação e justiça? (KRAYCHETE, 2008)

França Filho (2008), por sua vez, distingue o desenvolvimento local a partir de duas vertentes: a via competitiva e a via sustentável solidária. A primeira seria regida por uma inserção no econômico baseada na superação do desemprego pela via do mercado formal de trabalho ou pela via do empreendedorismo individual. Já a via sustentável solidária partiria da premissa de que as saídas não são individuais e devem ser construídas a partir dos territórios. O autor propõe a reorganização das economias locais a partir da constituição de redes que permitam a sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária e fortaleçam o potencial endógeno do território na promoção do seu próprio desenvolvimento. Singer (2007, p.59), ao discutir a possibilidade do desenvolvimento de comunidades pobres, afirma que “o desenvolvimento comunitário significa o desenvolvimento de todos os membros conjuntamente, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição”. Mais uma vez, a autogestão aparece como central para que seja possível um desenvolvimento com base nos princípios da economia solidária. Entretanto, o autor considera possível a existência dos empreendimentos familiares e autônomos:

Conforme a preferência dos membros, muitos ou todos podem preservar a autonomia de produtores individuais ou familiares. Mas, os grandes meios de produção [...] têm de ser coletivos, pois se forem privados, a comunidade se dividirá em classes sociais distintas e a proprietária explorará a não proprietária (SINGER, 2007, p.59).

Dessa forma, Singer (2007) concebe a articulação entre empreendimentos diversos para a realização de um processo de desenvolvimento coletivo e integrado.

Os bancos comunitários, neste contexto, aparecem como ferramenta na construção desse desenvolvimento e como potencializador de articulação das iniciativas de economia popular. A oferta de crédito articulada a outras ações refazem o sentido da economia, como a organização da vida, e podem modificar o lugar que essas iniciativas são percebidas, além dos espaços de debate coletivo sobre o bairro que podem também afirmar outro sentido para as práticas desses empreendimentos.

Capítulo III - O campo

Adorno chamou corretamente a atenção para o fato de que, ao tentar tornar nossos modelos teóricos consistentes, harmoniosos, eindeutig (insofismáveis), “puros” e logicamente elegantes (como tendemos a fazer, e não podemos deixar de fazer, sempre que teorizamos), sem querer imputamos à realidade mais racionalidade do que ela possui e nem sequer poderia adquirir.

(Bauman)

Virar as costas para o cotidiano é abrir mão da possibilidade de uma inserção mais caótica no mundo das ações sociais; uma inserção ordinária e corriqueira – diferente daquela do especialista e do observador imparcial.

(Peter Spink)

3.1 Encontros, reuniões, debates, desencontros, conversas, bate-papo, passeio pela rua, hospedagem...

Por estar envolvida diretamente na temática dos bancos comunitários desde 2008, este trabalho não poderia seguir um processo metodológico afastado e distante da minha vivência e participação em diversos espaços de debates, reuniões, conferências, eventos e mesmo em conversas informais de trabalho. Nesses espaços, adquiri informação, refleti sobre diversos assuntos, defendi pontos de vista e discuti muitas das ideias que estão expostas nesta tese.

Eu já havia assumido essa forma de fazer pesquisa desde o mestrado. Naquela ocasião, o atuar e o pesquisar também se deram de forma intrínseca. As discussões presentes na minha dissertação relacionavam-se aos impasses vividos na atuação como técnica social de uma assessoria técnica na prática diária com as famílias mutirantes:

As minhas concepções prévias acerca do que seria uma dinâmica democrática eram sempre confrontadas com outra forma de

compreender e atuar naquele grupo. A experiência do movimento estudantil foi fundamental quando das conversas que tínhamos sobre as assembleias, o falar em público e a tomada de decisão. Realizávamos uma busca conjunta pela superação de determinados impasses e conflitos que a vivência autogestionária nos impunha. E se impunha para todos, pois a experiência na ITCP já havia gerado muitas questões com relação a estes processos no que dizia respeito a mim (BRAZ, 2008, p.65).

Essa posição desativa a visão clássica do pesquisador como aquele que está em busca de revelações e assume uma posição neutra com relação ao seu “objeto de pesquisa”. Como afirmei na época e afirmo novamente aqui, as análises implicam falar de um funcionamento de cuja engrenagem também fui parte (BRAZ, 2008).

Essa posição de pesquisadora assumida nos dois trabalhos se aproxima das ideias discutidas por Spink (2003, 2008) sobre a pesquisa em psicologia social. Primeiro ao ampliar a noção de campo, considerando-o não como um lugar específico, mas como a implicação do pesquisador num determinado tema, daí a noção de campo-tema:

Não é um universo 'distante', 'separado', 'não relacionado', 'um universo empírico' ou um 'lugar para fazer observações' [...] Campo, portanto, é o argumento no qual estamos inseridos; argumento este que têm múltiplas faces e materialidades, que acontecem em muitos lugares diferentes (SPINK, 2003, p.28).

[...]

Campo é o campo do tema, o campo-tema; não é o lugar onde o tema pode ser visto – como se fosse um animal no zoológico – mas são as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. Não se trata de uma arena gentil onde cada um fala por vez; ao contrário, é um tumulto conflituoso de argumentos parciais, de artefatos e materialidades (SPINK, 2003, p. 36).

Essa mudança na concepção de campo implica uma mudança importante do lugar e do papel do pesquisador, tornando o trabalho de pesquisa “um confronto de saberes uma negociação de sentidos numa busca de ampliar possibilidades de transformar práticas” (SPINK, 2003, p.37) e o pesquisador “como simplesmente um entre muitos membros competentes de uma comunidade moral, que busca arguir e agir para melhorias, tal como também fazem muitos outros” (SPINK, 2008, p.71).

Essa comunidade moral assume, em algumas pesquisas, duas dimensões. Uma que se caracteriza pelo encontro com as pessoas do grupo, da comunidade ou

da organização que se pretende estudar. A vivência cotidiana, as experiências, as lembranças e as marcas que deixam no pesquisador as histórias pessoais são diferentes de conversas com outros participantes do chamado campo-tema. A outra estaria ligada aos encontros com os diversos discursos e práticas, nos quais se inserem a pesquisa. Assim, as relações de primeiro tipo contêm elementos diferentes que dão qualidade não só às conversas e debates, mas à relação em si. Ela torna-se um efetivo e profundo encontro, e em alguns casos, se traduz em amizade e parceria.

Essa distinção não busca hierarquizar as dimensões ou diferenciar os interlocutores que compõem uma ou outra dimensão, mas sim indicar uma possível diferença qualitativa de relação. Mello (1988), ao descrever o processo de pesquisa com as mulheres da Vila Helena, revela a transformação e o aprofundamento dessa relação entre pesquisador e pesquisados:

Nossas conversas, ou entrevistas, partem então de curiosidades recíprocas: a minha, voltada pra a vida e para o trabalho das mulheres da Vila, a de Maria, voltada para o meu trabalho de pesquisa, que já a interessava tão de perto. Hesito, por isso, em chamar de entrevistas aquilo que foi se transformando em conversas, uma interação de amizade e de aprendizagem para ambas. Pesquisadora e pesquisada falam e escutam, invertem posturas e situações, passam a compor juntas um mesmo trabalho. [...] Elas impõe outra ordem, outras direções, discutem o que lhes é familiar, o que as toca muito de perto, o que para elas, tem significado. O gravador está ligado e todas falam. É tarefa minha reproduzir o que falaram e devolver-lhes (MELLO, 1988, p. 21).

Mello fala não só o encontro e a construção coletiva que se tornou a pesquisa, mas afirma a importância de sua própria voz na produção de significados. Esse deslocamento de posição não pode prescindir a diferença de lugares ocupados e que representam as formas de dar sentido à experiência compartilhada. Ao negar essa diferença, corre-se o risco de impedir a relação, como nos alerta Patto (2010), "nem românticos, nem iluministas, afirmamos os saberes de ambos os interlocutores: os depoentes sabem coisas que os pesquisadores não sabem e estes detêm um saber a que os depoentes não tiveram acesso" (PATTO, 2010, p.19).

Como descrito de forma sucinta no Capítulo II, a Economia Solidária é, antes de tudo, um campo de práticas, no qual tem se articulado o discurso acadêmico a partir de um conjunto de pesquisas e de conceituações que podem contribuir para

fortalecê-las. Os pesquisadores, em sua maioria, escolhem a Economia Solidária como campo de estudos por nela atuarem, por buscarem no seu cotidiano construí-la. Essa motivação também está contida nesta tese.

Dentro dessa perspectiva, o lugar da pesquisa e do pesquisador são reorientados, reafirmando a relação entre o mundo da vida e a construção teórica.

Lefebvre (1973), partindo de outra base teórica, afirma a articulação da conceituação ao mundo prático.

O conceito emerge com o objeto, que não se constrói, mas nasce numa prática multidimensional, apesar das tentativas de redução. Isso se passa, isso se produz à volta de nós (vós, eles, elas). Nada vem daquele que escreve a respeito deste objeto nascente. Com ele, nada começa e acaba. A sua ação? Ela consiste em reunir, depois de os ter feito passar no crivo da crítica (teórico e política), os dados, fatos e conceitos que outros separam. Para conceber e compreender o que se descobre, basta não se deixar cegar (LEFEBVRE, 1973, p. 231).

A minha primeira visita ao Banco Palmas foi em janeiro de 2008. Tinha como objetivo discutir sobre a parceria do Instituto Palmas com a ITCP/USP para a implantação de cinco bancos comunitários na cidade de São Paulo. Na época, eu era coordenadora do projeto, de forma que as primeiras impressões da instituição vieram a partir de um olhar sem nenhuma pretensão “científica”. Ao longo desse projeto, consolidou-se uma parceria de trabalho tanto institucional como pessoal. Foram diversos cursos, reuniões, oficinas, almoços, horas de conversa que constituíram os primeiros traços do meu entendimento sobre a experiência do Banco Palmas e das lutas da associação de moradores no Conjunto Palmeiras. Essas primeiras impressões vieram, principalmente, do convívio com duas pessoas de referência no trabalho do banco com quem estabeleci uma relação muito próxima. Suas histórias de vida entrelaçadas à história do bairro e do banco fizeram com que cada conversa sobre a prática diária de trabalho trouxesse à tona a trama imbricada da vida nos bairros populares e os indícios de um papel mediador que a instituição poderia assumir. Os comentários das duas trabalhadoras revelavam uma visão crítica das ações com as quais estavam envolvidas. A referência à ambiguidade do trabalho, à dificuldade da atuação no bairro, da vida naquela localidade e seus resultados nos modos de sociabilidade apontavam para a importância da experiência

nas atividades concretas do banco que lançavam os desafios e a substância para a construção de significados e de uma visão ampliada e crítica. Mais do que falas com chavões politicamente corretos, discorriam sobre suas vidas, lutas e os dilemas cotidianos da prática. Em uma das conversas, o tema era o processo de análise de crédito que, em várias situações, requer a visita à casa do solicitante. Na ocasião, contaram-me como era e ainda é difícil separar quem pode de quem precisa de crédito. Continuaram me contando como é paradoxal a situação de ir à casa de alguém que havia solicitado um crédito, mas que, em visita a casa, claramente não teria condições de pagar um crédito. Uma delas, num imenso esforço para compreender sua posição afirmou: *“Algumas pessoas não precisam de crédito, precisam de ajuda”*. Esta afirmação confirma, entre outros aspectos, o caráter excludente do crédito, o papel ambíguo do banco comunitário em seu compromisso com os mais pobres e a impotência da atuação diante da pobreza.

Ao longo de quatro anos de pesquisa, estive no Banco Palmas por motivos diversos e, ao todo, foram mais de dez visitas ao Conjunto Palmeiras. Como já assumido de antemão, participei de inúmeras atividades e reuniões com diversos atores que circulam na temática: Bancos Públicos, BNDES, Banco Central, SENAES, outros parceiros e trabalhadores de bancos comunitários, pesquisadores e professores. No quadro-resumo encontram-se os diversos espaços e atividades que contribuíram para as reflexões descritas neste trabalho.

Data e período	Local	Atividade
Fevereiro/2010 Período: 15 dias	Fortaleza/CE	Participação em grupo de trabalho sobre criação de indicadores com estudantes da Universidade de Columbia – Nova Iorque.
Março/2010 Período: 4 dias	Fortaleza/CE	Participação na I Conferência Temática de Finanças Solidárias com a participação de mais de 100 pessoas dentre governo, comunidades, entidades comunitárias e universidades.
Mai/2010 Período: 1 dia	Rio de Janeiro/RJ	Participação como ouvinte no seminário organizado pelo Banco Palmas no BNDES com o título: <i>“Bancos Comunitários - Indicadores, Tecnologias e Inovações para a superação da pobreza”</i> .
Ano de 2011/2012	Brasília/DF	Participação em reuniões do Comitê Gestor dos projetos de finanças solidárias da Secretaria Nacional de Economia Solidária com a participação de representantes das entidades executoras dos projetos regionais e nacional e técnicos da

		SENAES.
Ano de 2011/2012/2013	Brasília/DF	Participação em reuniões com técnicos do Banco Central do Brasil e Caixa Econômica Federal.
Janeiro/2012 Período: 15 dias	Fortaleza/CE	Acompanhamento das atividades cotidianas do Banco Palmas. Participação em grupo de trabalho sobre criação de indicadores e desenho da pesquisa quantitativa a ser realizada pelo NESOL no Conjunto Palmeiras.
Março/2012 Período: 15 dias	Fortaleza/CE	Acompanhamento das atividades cotidianas do Banco Palmas. Realização de entrevistas com participantes/usuários do Banco Palmas. Participação em grupo de trabalho sobre criação de indicadores e desenho da pesquisa quantitativa a ser realizada pelo NESOL no Conjunto Palmeiras.
Maió/2012 Período: 4 dias	Fortaleza/CE	Participação como palestrante na oficina de multiplicadores para gestores públicos, organizada pelo Banco Palmas. Participação no Festival de Culinária, Desfile das roupas da marca Palmas Fashion organizados pelo Banco Palmas.
Agosto/2012 Período: 21 dias	Fortaleza/CE	Acompanhamento das atividades cotidianas do Banco Palmas Participação na pesquisa de campo do NESOL
Novembro/2012 Período: 10 dias	Fortaleza/CE	Acompanhamento das atividades cotidianas do Banco Palmas.
Fevereiro/2013 Período: 1 dia	Fortaleza/CE	Participação na mesa redonda de lançamento do livro "Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando" na Universidade Federal do Ceará.
Março/2013 Período: 5 dias	Fortaleza/CE	Participação no 3º Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários com a participação de representantes dos 103 bancos comunitários
Abril/2013 Período: 5 dias	Fortaleza/CE	Acompanhamento das atividades cotidianas do Banco Palmas. Realização de entrevistas com participantes/usuários do Banco Palmas.

Tabela 1: descrição das atividades ligadas à temática da pesquisa no período de 2010-2013

Embora a participação nesses espaços diversos, não tenha sido uma escolha metodológica *a priori*, essa inserção contribuiu para compreender melhor o papel do Banco Palmas dentro e fora da comunidade e o movimento de articulação entre esses dois “polos”.

Minhas estadias compreenderam desde visitas em função do meu apoio a um projeto de pesquisa desenvolvido pelo NESOL em conjunto com a Universidade de Columbia, até a minha participação como palestrante em cursos para gestores públicos e visitas sem agenda prévia apenas para acompanhamento das atividades cotidianas. O período das estadias variava conforme a agenda programada e minha disponibilidade de maior permanência. As primeiras visitas, em 2008, tiveram um caráter mais pontual e foram mais curtas, com duração de cerca de 3 dias. Já em 2010, acompanhei uma equipe de pesquisadores da Universidade de Columbia por 15 dias, período em que pude conviver mais intensamente o cotidiano do banco e estabelecer uma relação mais próxima com os seus participantes e trabalhadores. A partir daí, os períodos de estadia variaram muito, sendo, em 2012 e 2013, as visitas mais prolongadas.

As relações de proximidade, intimidade e confiança foram sendo construídas, a partir desse convívio mais próximo, com toda a equipe de trabalho do banco e com diversos moradores do bairro que articipavam mais ativamente de alguma atividade promovida pelo banco.

Por ser um cotidiano muito dinâmico, apenas as idas ao banco não davam conta de me atualizar de tudo que vinha ocorrendo no bairro. Em função disso, uma das formas de acompanhar o cotidiano das atividades foi entrar sistematicamente na página do facebook do Banco Palmas²⁶ como também acompanhar as mensagens enviadas para as listas de emails do movimento de economia solidária. E a cada chegada, essas notícias e eventos assumiam forma própria com os relatos dos trabalhadores do banco e moradores conhecidos. Havia sempre uma novidade, novas histórias a serem contadas e novas dinâmicas estabelecidas.

Ao longo dessas idas e vindas, tive a oportunidade de ficar hospedada tanto em hotéis turísticos à beira mar quanto na PalmaTur, pousada criada para receber visitantes do banco. A estadia à beira mar me permitia conhecer e entender a dinâmica de segregação da cidade com um deslocamento de, pelo menos, 1 hora para o bairro do Conjunto Palmeiras.

Durante o percurso de chegada os indícios do que vinha acontecendo no bairro iam aparecendo. Eram faixas e cartazes das atividades, novas lojas e, principalmente, obras de infraestrutura urbana por conta da realização da Copa do

²⁶ Por eu não estar cadastrada no site de relacionamento *Facebook*, o acompanhamento foi feito com entradas sistemáticas na página e não como uma seguidora do Banco Palmas.

Mundo. A chegada sempre parecia um ritual: taxi com motorista do bairro e mala em punho em frente à entrada do banco.

Ao entrar no Banco Palmas, tem-se a sensação de estar entrando em um banco convencional. Essa sensação se dá mais por conta das filas e dos caixas eletrônicos disponíveis do que pela disposição espacial e pela dinâmica interna. Logo na entrada, há uma diferença: não há portas giratórias que precisam ser transpostas; as únicas restrições estão presentes em um aviso impresso em papel sulfite já surrado pelo tempo – entrar descalço, sem camisa e de capacete. O espaço físico do banco pode ser descrito como um grande saguão com duas mesas para pedidos de crédito e uma mesa central para abertura de contas e informações. Há cadeiras para a espera na fila do caixa e do crédito. Passando o saguão, há outra área interna onde ocorrem as formações: duas oficinas de costuras com mais de 20 máquinas cada uma e 3 salas para o trabalho administrativo, projetos e gestão.

Apesar da separação em áreas, o movimento de entrada e saída do banco é constante em razão de chamados de alguns clientes para falar com as pessoas de referência da instituição. Além disso, há a circulação das mulheres do curso de costura, das pessoas que utilizam o banheiro, das que vão à cozinha beber um copo de água etc. Há também no saguão uma sala onde fica a associação de moradores que se mantém forte depois de 30 anos de luta. Difícil imaginar que tudo isso ocorre dentro de um mesmo banco. Na descrição espacial e na dinâmica diária, já é possível entender a adjetivação "comunitário". O comunitário aqui não pretende apenas adjetivar o modo de funcionamento, a gestão participativa, mas sim a tentativa de resistência a uma lógica excludente: é a imposição de outro modo de fazer. Milton Santos (2006) fala da ordem global que diz respeito à razão técnica, e da ordem local que diz respeito à co-presença, à vizinhança, à intimidade, à emoção, à cooperação e à socialização com base na contiguidade. Como, praticamente todos os trabalhadores são moradores do bairro, o encontro para a prestação de serviços se dá sempre em meio a uma conversa cotidiana, a um pedido de informação ou a uma ajuda a um vizinho.

Essa dinâmica não está presente apenas no cotidiano do saguão do banco, mas em todo o seu funcionamento: do pagamento das contas, à solicitação do crédito, à análise, à liberação e forma de pagamento.

A dona da lanchonete localizada na rua do banco foi parada obrigatória e ponto de referência para saber das novidades vindas da rua. As longas conversas com café e bolo traziam o descompasso da vida, a violência, a formalidade na instabilidade, a surpresa e alegria pelos eventos realizados. O banco saía à rua e a vida adentrava o banco.

Outro ponto de parada era a mesa do crédito: o que tanto acontecia naquele encontro fugaz e pretensamente instrumental?

As conversas com as analistas de crédito e o tempo compartilhado com elas durante os atendimentos ajudaram a refletir não só sobre a forma de atuação do banco, mas também sobre o sentido do trabalho e as formas das pessoas se darem conta dos conflitos em relação ao trabalho que realizavam. Elas estão no *front* da decisão sobre a necessidade e a condição de pagamento para a liberação do crédito.

Os clientes, em geral, são mulheres. Algumas jovens com os filhos a tira colo, idosas sozinhas ou com netos, pessoas sofridas e cansadas, muitas sorridentes e falantes, outras alegres e algumas nervosas. Os panos nas mãos e pendurados no pescoço para enxugar o calor davam um tom de bate papo em frente a casa para o ambiente. Os pequenos detalhes do dia a dia iam puxando o fio que permitia identificar o papel de mediador assumido pelo banco e as tensões e negociações que construíam sua base de sustentação.

As analistas de crédito recebem todas as solicitações, sendo que, até R\$ 500,00, podem liberar na hora, caso o solicitante não tenha o "nome sujo" em algum sistema de proteção de crédito.

Apesar do banco comunitário ser aberto e flexível para dar conta das necessidades da população, o momento da concessão é sempre uma negociação. Durante o tempo em que fiquei acompanhando o trabalho das analistas, veio-me à cabeça a possibilidade desse momento ser usado de forma mais potente, problematizando um pouco mais o pedido do crédito, as suas reais necessidades e algumas informações relacionadas ao funcionamento das atividades bancárias. Porém, aos poucos fui percebendo que havia ali uma tensão que se fazia e se desfazia a cada cliente.

Se, nos bancos convencionais, o número de variáveis e a lógica do sistema de fato impedem o acesso da população pobre ao crédito, no banco comunitário esses fatores são usados como estratégia pelas agentes para estabelecer um

controle sobre os valores iniciais que serão concedidos àqueles que não apresentam informações seguras de seus gastos. Quando há a apresentação de recibos de vendas ou compra de material, as atendentes se sentem mais seguras, apesar de saberem que há formas de “burlar” esse possível controle exercido pelo banco. Entretanto não está em jogo controlar o uso do crédito, já que a maioria dos créditos é de pequena monta e movimentam o circuito econômico local, seja no uso para a produção ou para o consumo.

Segue a descrição de uma situação vivenciada ao acompanhar o trabalho das analistas de crédito:

O que é uma conta corrente?

A primeira concessão que pude acompanhar foi a de uma mulher de mais ou menos 27 anos com uma criança no colo com idade de 2 ou 3 anos. Ao entrar no banco, ela havia parado e perguntado para a analista se poderia pegar outro crédito antes de terminar o pagamento do primeiro. A analista respondeu que não, e que só era possível a renovação após o pagamento total das parcelas. Ela se mostrou surpresa com a resposta e perguntou novamente. Após nova negativa, se dirigiu ao caixa. E 5 minutos depois, voltou e disse que gostaria de tomar um novo crédito, apresentando o boleto completamente pago. Eu conferi quantos pagamentos estavam em aberto: eram 2 de R\$ 30,00. Ou seja, ela tinha pago R\$ 60,00 no caixa para conseguir pegar outro crédito de R\$ 130.

Para a analista, isso não se apresentou como um problema e, para mim, era um indício interessante de como a população maneja suas economias e se utiliza das ferramentas disponíveis. A analista seguiu fazendo as perguntas sobre local de moradia, renda familiar e anos de moradia no bairro. As perguntas pareciam cumprir muito mais um ritual de preenchimento do que um valor como informação. Quando a analista perguntou sobre a renda familiar, a cliente ficou sem graça, perdeu bastante tempo pensando e falou um valor que parecia maior do que a realidade. A analista seguiu perguntando sobre os gastos da casa, e aí foi mais um longo tempo em que a cliente pensou. Ela disse que não sabia muito bem, e a analista manteve a pergunta sobre os gastos. Em nenhum momento, a analista ajudou o pensamento da cliente dando um valor ou alguma outra dica para que ela pudesse fazer a conta. Aos poucos, a cliente foi dizendo valores em relação ao gasto com aluguel, água, luz e alimentação. Ao final, o valor que disse ter como renda e o valor despendido com gastos acabaram fazendo sentido.

A analista perguntou sobre a possibilidade mensal de pagamento. A resposta demorou um tempo a chegar: R\$ 20,00. O valor possível estava abaixo do valor da parcela necessária mediante o valor do crédito pedido. Assim, a analista apresentou para o pagamento mensal R\$ 10,00 a mais e a cliente acabou aceitando.

Ao final do atendimento, a cliente perguntou se possui uma conta corrente e como funcionava. A analista respondeu afirmativamente que a cliente possui uma conta corrente e que, por isso, poderia

utilizar o cartão de débito para fazer compras no mercado, caso tivesse dinheiro em conta. Ela se assustou, sorriu e disse não ter entendido. “Como assim pagar sem dinheiro?” Continuou dizendo à atendente: “Como é, pagar só com esse cartão aqui?” A analista disse que ela só conseguiria pagar com o cartão se tivesse dinheiro na conta do banco. Ela sorriu novamente, disse que era confuso e que preferia tirar o dinheiro no caixa. Saiu sorrindo com a estranha descoberta²⁷.

Em uma das minhas visitas a Fortaleza, fui surpreendida no aeroporto por um novo estande de informações do governo do estado do Ceará visando à Copa das Confederações realizada em junho de 2013²⁸. Fui, despretensiosamente, olhar os materiais de divulgação e informação disponíveis no estande e saí de lá com um mapa de Fortaleza. Qual não foi minha surpresa ao descobrir que o mapa se restringia a apenas à área do aeroporto em direção à beira-mar, sendo que os bairros mais periféricos não estavam representados. Ao chegar ao Banco Palmas, mostrei o mapa para a maioria dos trabalhadores e todos logo indicaram: *“É um mapa para turista ver, nós nem aparecemos”*.

Essa fala não tinha um tom de vitimização, mas de crítica, já que durante a Copa das Confederações, o Banco Palmas alugou um box no saguão do aeroporto para divulgação da moeda social Palmas e das atividades no Conjunto Palmeiras. A conversa com a dona da lanchonete também apontou indícios de uma participação diferenciada dos moradores nos debates mais amplos da sociedade. Ela contou a discussão que houve sobre as atividades ligadas a Copa das Confederações e sobre a interdição da FIFA aos pequenos comércios locais em dias de jogo. Ao mesmo tempo, falou da apreensão em estimular a ida de turistas ao bairro devido à violência. Todos continuavam descrentes a possíveis mudanças por conta do evento, entretanto, se reconheciam como parte desse processo.

Sob essa mesma perspectiva, é possível analisar diversos exemplos de um movimento voltado para dentro e para fora, do ponto de vista prático, com atividades e ações que proporcionaram posteriormente uma conversa informada e refletida sobre a realidade social. O banco comunitário, por si só, já assume esse papel uma vez que leva o mundo financeiro e bancário para dentro da comunidade, com a

²⁷ Descrição feita a partir do acompanhamento das atividades do banco comunitário no dia 19/03/2012.

²⁸ Evento anterior a Copa do Mundo de 2014.

possibilidade de subvertê-lo. Além disso, há uma visibilidade externa em rádios, revistas, TVs, visitas nacionais e internacionais que fortalecem a instituição em suas ações locais.

Ao final de 2012, depois de um longo trabalho na comunidade, tive a oportunidade de organizar um livro em homenagem aos 15 anos do Banco Palmas. Estimulada pela riqueza do processo de construção coletiva entre a universidade e uma organização comunitária, processo tão defendido e analisado dentro da chave da extensão universitária, tive a oportunidade de escrever uma pequena nota sobre a publicação. Reproduzo-a aqui, pois, ela resume a trajetória da minha relação com as pessoas do Banco Palmas e reflete os afetos que também permeiam esse trabalho:

Parceria e encontro são as palavras que definem esta publicação.

No início de 2009, fui ao Banco Palmas pela primeira vez. Pela participação no movimento de economia solidária, já o tinha como uma grande referência, mas ao entrar naquele saguão senti o braço arrear. Nos passeios pelas salas, pelo quintal de areia, o pensamento latente era ficar mais tempo por lá, conhecer melhor o dia a dia e, mais do que isso, poder dele participar. Aos poucos fui me achegando com uma primeira estada de três dias, depois de uma semana, 15 dias e, a mais recente, em agosto último, chegou aos 20 dias. Das primeiras reuniões, passei ao bate papo e ao cafezinho no saguão, além de conversas à noite já no fim do expediente. Rostos antes sem nomes, aqueles que dia a dia constroem o Banco Palmas, passaram a ser queridos conhecidos.

Esse encontro não se deu por acaso, mas por meio de uma parceria.

O Prêmio FINEP de Tecnologia Social, vencido pelo Instituto Palmas, em 2008, demorou a chegar. Entretanto, foi ele que propiciou as descobertas, desafios e as diversas conquistas de um trabalho conjunto entre o NESOL/USP e o Instituto Palmas. E este livro e a pesquisa que nele será apresentada são parte desse resultado.

Se no primeiro dia “ser parte” era só um desejo, hoje a sensação é de satisfação e privilégio por contribuir para que essa história continue sendo escrita e possa ainda, muitas vezes, ser contada.

Os artigos que compõem este livro com olhares próximos e distantes vão tecendo a trama de uma história enraizada no Conjunto Palmeira e que se entrelaça às lutas e conquistas por um Brasil melhor e menos desigual.

Comemoremos os bons encontros. E parabéns às moradoras e aos moradores do Conjunto Palmeira que cotidianamente constroem, em companhia, suas vidas (BRAZ, 2013, p.11).

O uso das fotografias, ao longo do texto, foi motivado pela sensação pessoal que tive ao entrar no Banco Palmas e as diferenças marcantes com a experiência em um banco convencional. A disposição do espaço constrói as formas de sociabilidade ou as representa. Assim, dar visibilidade e cores às minhas descrições tornou-se necessário. Essa motivação foi sustentada pela reflexão de Sato sobre o uso da fotografia na pesquisa social: “Como documento, como uma citação, como dado que possibilita esquadrihar uma situação de trabalho, como uma das visadas possíveis sobre os acontecimentos e como fonte de inspiração para os relatos apresentados” (SATO, 2009, p.221).

3.2 Diálogos entre pesquisas

Durante o processo de desenvolvimento deste trabalho, tive a oportunidade de acompanhar de perto uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Economia Solidária sobre efeitos e resultados do Banco Palmas em seu território de atuação. A pesquisa fez parte de um projeto maior, financiado pela FINEP, através do recebimento, por parte do Instituto Palmas, do Prêmio de Inovação e Tecnologia Social - categoria Nacional da FINEP, em 2008. O projeto tinha como objetivo a melhoria de infraestrutura e desenvolvimento institucional do Instituto Palmas, no qual foi previsto, além de outras metas, a construção de indicadores de monitoramento e avaliação tanto para o Banco Palmas como para os bancos comunitários em geral.

Estive bem próxima desse processo de trabalho que durou mais de 2 anos com a construção final de um conjunto de indicadores para os bancos comunitários. Foi um período de intensos diálogos com os trabalhadores, técnicos e a coordenação do Banco Palmas, além de contato com pesquisadores da Universidade de Columbia de Nova Iorque que contribuíram para uma parte da revisão dos indicadores.

Todas as leituras, reflexões, sistematizações e a própria pesquisa de campo forjaram um movimento de distanciamento e aproximação do meu tema de pesquisa. Como já descrito, no início, as dimensões econômica e financeira do banco comunitário assumiram centralidade nos estudos e reflexões. Nesse período, eu tomei contato com os textos sobre o sistema financeiro, os processos atuais de acumulação do capital e a possibilidade da produção de territórios autônomos. Milton Santos foi fonte inspiradora com a qual estabeleci importantes ligações, tanto com a economia solidária como com alguns conceitos caros à psicologia social.

Durante a discussão sobre a escolha de indicadores para análise dos efeitos do banco comunitário nas suas dimensões social e política, fui me aproximando novamente do campo de questões e fenômenos psicossociais. O acompanhamento das atividades cotidianas do Banco Palmas para o desenvolvimento dessa pesquisa, e a conseqüente relação mais próxima com diversos trabalhadores do banco deram elementos para enriquecer o debate. A configuração das questões referentes às relações familiares e ao crédito, bem como as bases para a legitimidade social do banco, construída a partir da história de lutas do bairro e das ações sociais, surgiram nesse momento de reflexão.

Houve, portanto, uma complementação das leituras e achados dos dois processos de pesquisa. Os achados para a tese contribuíram para o desenho da pesquisa do NESOL, bem como a participação na etapa das entrevistas e a análise dos resultados da pesquisa do NESOL deram suporte para as discussões descritas neste trabalho.

Por ter lançado mão dos resultados da pesquisa realizada pelo NESOL para realizar algumas reflexões nesta tese, considerou-se necessária uma contextualização do processo de pesquisa com uma descrição sucinta do perfil da amostra de entrevistados, a abrangência territorial da pesquisa bem como as principais dimensões abordadas.

A pesquisa consistiu em entrevistas quantitativas com usuários do Banco Palmas tanto do serviço de crédito como do serviço do correspondente bancário. A amostra da pesquisa foi dividida em dois subgrupos: 1) **clientes de crédito**: amostra aleatória de clientes de crédito com entrevistas realizadas nos domicílios; 2) **clientes de serviços de correspondente bancário**: amostra aleatória de clientes do correspondente bancário realizada no saguão do Banco Palmas.

A escolha da amostra domiciliar contou com a base de dados de clientes do Banco Palmas que tomaram crédito entre julho de 2011 e junho de 2012. A partir disso, foram estabelecidas faixas de crédito dos clientes conforme o volume médio dos créditos concedidos individualmente no período estabelecido. Com relação à amostra de clientes de correspondente bancário, não houve a possibilidade de definir previamente o seu total. Assim, foram realizadas 100 entrevistas no saguão do Banco Palmas com clientes de serviços bancários que nunca tivessem utilizado o serviço de crédito, como forma de evitar a sobreposição da amostra de crédito anteriormente descrita. No total foram realizadas 301 entrevistas com visitas aos domicílios e conversas no saguão do banco comunitário.

Em geral, a pesquisa pode trazer elementos importantes sobre a função do Banco Palmas como agente formal de crédito no atendimento ao público de menor renda. O banco também aparece como uma instituição importante na oferta de serviços financeiros que contribuem para a estabilização provisória do consumo. O crédito ofertado pelo Banco Palmas, atrelado ao recebimento do benefício Bolsa Família, produz certa entrada frequente e estável de renda, o que possibilita à população um aumento de liquidez e capitalização de recursos. Os aspectos psicossociais da pobreza, como o sentimento de imprevisibilidade da vida e de

insegurança financeira, também apareceram como dimensão importante em relação ao suporte dado pelo banco comunitário. Além disso, o Banco Palmas tem efeitos no desenvolvimento local, dinamizando as economias locais e promovendo uma maior participação dos moradores em ações comunitárias.

Capítulo IV - Banco Palmas: apropriação e busca por outros possíveis

Afinal de contas, a questão é a seguinte: o futuro está determinado ou ele é contingente? Isto é, dependente de nossas decisões. De fato, ele não está determinado. O que não quer dizer que não existam determinações. Há determinações, mas não determinismo. É preciso considerar que a história continua.

(Henri Lefebvre)

O vivido é a fonte de contradições que invadem a cotidianidade de tempos em tempos, nos momentos da criação.

(José de Souza Martins)

4.1 O cordel da história: a voz dos moradores

<i>Ó estrela da poesia</i>	<i>Juraram que o novo lar</i>
<i>Ilumine nossas almas</i>	<i>Ganhava do Himalaia</i>
<i>Que a nave do pensamento</i>	<i>A alegria durou pouco</i>
<i>Navegue por ondas calmas</i>	<i>Era tudo uma tocaia</i>
<i>Pra contarmos os dez 10 anos</i>	
<i>De história do Banco Palmas</i>	<i>No meio da mata verde</i>
	<i>Entre palmeiras e flores</i>
<i>Antes de falar do Banco</i>	<i>Numa estrada de piçarra</i>
<i>Vamos falar do Palmeira</i>	<i>Um barulho de motores</i>
<i>Um bairro de Fortaleza</i>	<i>Eram caçambas trazendo</i>
<i>Com histórias de primeira</i>	<i>Os primeiros moradores</i>
<i>No ano setenta e cinco</i>	
<i>Começou essa doideira</i>	<i>Todos de área de risco</i>
	<i>Verdes Mares, Lagamar</i>
<i>Pela prefeitura expulsos</i>	<i>Centro, Alto da Balança</i>
<i>De seus barracos na praia</i>	<i>Moura Brasil, Beira Mar</i>

*Urubu, Poço da Draga
 Aqui vieram morar
 Fizeram suas moradas
 Lona, plástico, papelão
 Água vinha d'um riacho
 E a luz de lampião
 Transporte? Pau-de-arara
 Pense numa confusão*

*Veio um dia uma doutora
 Bem vestida em alto luxo
 De repente passou mal
 Com desarranjo no bucho
 Como não tinha banheiro
 Salvou-se atrás d'um arbusto*

*No começo foi difícil
 Mas o tempo foi correndo
 Fizeram casas de taipa
 E o povo foi vivendo
 Em vez de se acomodar
 A turma foi se mexendo*

*Nas casas não tinha água
 Também não tinha energia
 Mas não ficaram parados
 Presos na monotonia
 Buscaram com união
 Melhorar a moradia*

*A água de um carro pipa
 Não dava pra todo mundo
 Luz elétrica não havia
 Era um escuro profundo*

*Se chovesse, "arriégua"
 Era um lamaçal imundo
 Largados no abandono
 Ali naquele lugar
 Viram que somente eles
 Podiam se ajudar
 Uniram as suas forças
 Sem se cansar de lutar*

*Transformaram uma Rural
 Na ambulância da área
 Ela depois de servir
 A saúde comunitária
 Transformou-se com o tempo
 No "Carro da Funerária"*

*Veio um magote de padres
 Que se juntou a peleja:
 Escola, Casa de parto
 O Chafariz, a Igreja
 Um caixão comunitário
 Eta luta bem fazeja*

*O conjunto foi crescendo
 Veio o grande desafio
 Água encanada e tratada
 Porque a água do rio
 Igual do carro pipa
 Fez o povo doentio*

*Duas grandes passeatas
 Foram bater na CAGECE
 Disseram para o governo
 Ou o senhor dá ou desce*

Ou o Palmeiras tem água
 Ou o desmantelo cresce
 A água de Fortaleza
 Pelo Palmeiras passava
 Se o povo explodisse o cano
 Toda a cidade secava
 O governo se rendia
 E o povo comemorava

O Palmeiras finalmente
 Tinha sido urbanizado
 Uma história de conquista
 De um povo organizado
 Mas não era o paraíso
 O povo tava liso
 Que mussum ensaboadado

Foi aí que a ideia
 De um banco começou
 Ideias que eram soltas
 A inteligência amarrou
 Esse nome Banco Palmas
 Foi Deus que abençoou

Agora neste momento
 Nós aqui vamos falar
 Da história desse banco
 Que nasceu no Ceará
 Dentro de uma favela
 Crescendo com seu lugar

No começo se ouvia:
 - É um bando de abestado
 Como se criar um banco

Se aqui só tem quebrado
 Mas começamos os trabalhos
 Com os dois mil emprestado

Noite de inauguração
 Grande feste e alegria
 Empréstimo a cinco clientes
 A imprensa noticia
 Só que o banco quebrou
 Logo no primeiro dia

Pede aqui, pede acolá
 Doação do estrangeiro
 Avaliaram o projeto
 Foi chegando algum dinheiro
 Só quem não acreditava
 Era o governo brasileiro

Grande foi a confusão
 Com a moeda social
 Deu policia, deu processo
 Briga com o Banco Central
 E a pobre da moeda
 Foi parar no tribunal

Ainda bem que o juiz
 Sábio e intelectual
 Inocentou a moeda
 Não viu nela nenhum mal
 Ainda disse em despacho:
 “Isso aqui não tem Lalau”

Aqui com a moeda Palmas
 Se compra em todo o lugar

Só não tem serventia
 Para ir ao shopping gastar
 A riqueza do Palmeira
 No Palmeira há de ficar!

A força do Banco Palmas
 Está no consumidor
 Que gasta os seus trocados
 Com o nosso produtor
 E assim se forma a rede
 Chamada Prossumidor

É filho desses 10 anos
 Nosso cartão PALMACARD
 Com ele você consome
 Tudo na comunidade
 Remédio, gás de cozinha
 Confiança e amizade

Mulheres se organizaram
 Produzindo artesanato
 O cliente pede a peça
 A PALMART faz no ato
 Estamparia e fuxico
 Bonito, bom e barato

PALMALIMP é a empresa
 Que produz desinfetante
 Detergente, cera líquida
 Excelente amaciante
 Nossa água sanitária
 Limpa tudo num instante

Pra gerar emprego e renda

Curtir a vida sem traumas
 Um novo empreendimento
 Vem alegrar nossas almas
 Produzindo arte e cultura
 Companhia Bate Palmas

Companhia Bate Palmas
 Reúne artistas locais
 Tem estúdio, faz CD's
 Instrumentos musicais
 Montagem de espetáculos
 E cada vez cresce mais

Engenhoca de pipoca
 Troca-se numa motoca
 Carne de fazer paçoca
 Por goma de tapioca
 É também desses 10 anos
 O clube de troca-troca

Vendo o povo produzindo
 Todo mundo se apaixona
 A associação abriu
 Uma loja bem bacana
 Temos produtos na loja
 E nas barracas de lona

A Feira do Banco Palmas
 Em frente à Associação
 Além de vender produtos
 Conta com a animação
 Hip-hop, batucada
 Quadrilhas de São João

PALMATEC é a escola

Da sócio-economia

Da história do Palmeiras

Das lutas do dia-a-dia

A mútua cooperação

É sua filosofia

É filha do Banco Palmas

A INCUBADORA FEMININA

Mulheres alimentadas

Trabalhando a auto-estima

Não se vê no Palmeiras

Moleque de perna fina

Outro filho dos 10 anos

Projeto PALMORICÓ

Hortas e ervas que curam

E galinhas carijó

Estão de volta aos quintais

As riquezas da vovó

Fizemos nestes 10 anos

Grandes compras no atacado

Essas COMPRAS COLETIVAS

Do comércio organizado

Fazem nossa cesta básica

Mais barata no mercado

Nosso bairro é mais humano

A nossa gente é mais gente

Produzindo o necessário

Arte, roupa, detergente...

Provando que é possível

Um sistema diferente

Uma união feliz

Fez o negócio bombar

Banco Palmas com SENAES

Mais o Banco Popular

Os bancos comunitários

Começaram a se espalhar

Serra, sertão, litoral,

No morro, na ladeira

Assentamento rural

Quilombola e quebradeiras

Tem banco em todo canto

É a Rede Brasileira

Tem que ter cabeça forte

Tem que ser Brasil total

Só mesmo a força do povo

Vence as barreiras do mal

Tem que ter uma vanguarda

De mudança cultural

10 anos de Banco Palmas

Não cabe num folhetim

Mas podemos afirmar

Foi mais ou menos assim

A história de um povo

Que pra vida disse "sim"!

(Criação coletiva do Fórum de Cultura do Conjunto Palmeiras, 2008, 43 versos).

4.2 A história recontada: o que dizem os livros, os documentos e as fotografias

A história do Conjunto Palmeiras e da criação do Banco Palmas se entrelaça aos movimentos de transformação da sociedade brasileira. Por um lado, é resultado da formação das grandes cidades, segundo a lógica segregadora da acumulação, com periferias inchadas e trabalhadores pobres relegados aos lugares mais distantes e invisíveis. Por outro, é a história da resistência, da possibilidade de um porvir que não se concretiza e se mascara com suas roupagens diversas.

Em São Paulo, parte dos bairros periféricos surgiu de uma política de Estado de “fechar os olhos” às ocupações de terrenos periféricos²⁹ como forma de resolver a questão habitacional. Já em Fortaleza, a ação deliberada do Estado promoveu a remoção das famílias pobres para regiões distantes e sem nenhuma infraestrutura³⁰. Da década de 40 aos anos 70, foram feitas mudanças urbanísticas na capital cearense com a valorização da orla da praia, que buscaram transformar a cidade em uma cidade litorânea de lazer e veraneio (PAULINO, 2008). Uma das regiões para onde foram removidas as famílias que deveriam “liberar” o crescimento da cidade e da especulação imobiliária é o grande Jangurussu, bairro que se encontra a 35 km da orla da praia e 18 km do centro da cidade.

Com diversas roupagens e ações, o padrão de segregação espacial demonstra as diversas facetas da exploração e da acumulação, a qual não está presente apenas na exploração da força de trabalho, mas também na distinção dos locais onde se encontram os bens e serviços e os bens culturais. Resta aos trabalhadores o não-lugar caracterizado pela falta de infraestrutura de serviços, bens públicos e equipamentos culturais (MARTINS, 2013).

Essa segregação mobiliza as forças individuais e coletivas para dar conta de

²⁹ Fechar os olhos ao surgimento desses loteamentos e depois esquecer sua existência fazia parte de uma estratégia dos órgãos públicos para arrefecer a crise habitacional que, no período do pós-guerra, assumia aspectos explosivos, além de beneficiar os interesses dos proprietários de terras e loteadores. Um recado do governador Ademar de Barros em 1947: "Podem construir suas casas sem planta que a prefeitura fecha os olhos". No momento em que a iniciativa privada deixou de investir em escala significativa na construção de moradias populares, o poder público – que passou a ser responsabilizado pelo suprimento desse tipo de necessidade social – pôde, graças à expansão do padrão periférico, deixar de canalizar recursos para a construção de moradias populares (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p.151 apud BRAZ, 2008, p.23).

³⁰ A expulsão dos pobres era, naquela época, uma exigência do poder público municipal com a perspectiva de reutilizar tais serviços para desenvolver processos urbanísticos e, assim, galgar o status de metrópole moderna, segregando a população favelada em áreas distantes do núcleo urbano (BRAGA apud PAULINO, 2008, p. 65).

tamanha precariedade. Se, em algum momento, a necessidade se transforma em luta política é devido a um conjunto de encontros, desencontros e recriação das representações da pobreza. Entretanto, inicialmente, a solidariedade e a organização surgem como necessidade³¹.

A história do Conjunto Palmeiras inicia-se no ano de 1975 com o deslocamento de 1.500 famílias em função da desapropriação de áreas de grande potencial especulativo nas proximidades da beira-mar e de áreas consideradas de risco. Segundo documentos produzidos pelos moradores³², a população despejada deveria assumir a construção de suas novas moradias, e as obras deveriam ocorrer dentro de um prazo de 30 dias para que a prefeitura não retirasse o material cedido para os despejados. Esse fato já apontava a relação desigual e autoritária estabelecida entre o Estado e a população naquele período, tempos ainda de governo militar.

Durante os primeiros 10 anos, os moradores se relacionaram com o controle estatal, o qual se apresentava mascarado sob a forma de assistência, duas faces da mesma moeda.

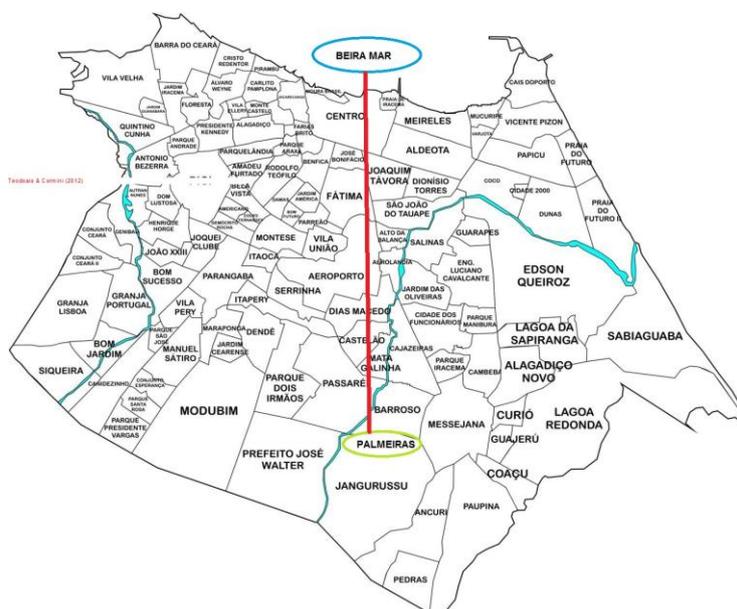


Figura 1: mapa da cidade de Fortaleza

³¹ Mello (1995, p.54) fala do risco de se naturalizar ou negar uma solidariedade nas populações pobres. Segundo a autora “aquela que existe não é de fácil descrição ou fixação conceitual. É nascida da experiência comum de necessidades vitais minimamente supridas. Não é sentimental, mas dura como a vida que levam. Não se manifesta com alarde, mas é calada, apegada à sobrevivência”.

³² A associação de moradores e o Instituto Palmas elaboraram diversas cartilhas e livros sobre a história do Conjunto Palmeiras como o livro Memórias de Nossas Lutas volumes 1 e 2, os livros Ponto a Ponto e o Poder do Circulante Local.



Fotos 1 e 2: Conjunto Palmeiras – anos 70

Em meio ao controle dissimulado de assistência e frente à precariedade, os moradores foram elaborando saídas para suas mazelas. Em 1977, criaram a emergência comunitária – caminhão que levava os doentes ao hospital – e, segundo relatos, carregava também os mortos que não aguentavam o caminho³³. Nesse período, dois padres recém-chegados uniram recursos para a melhoria do atendimento aos doentes com um médico e um carro para transporte.

É nesse momento que a igreja inicia seu importante papel no processo de mobilização da comunidade. Como já descrito em diversos trabalhos (Sader, 1988), as comunidades eclesiais de base foram suporte importante para a construção do discurso e da ação política das organizações comunitárias. As CEBs eram, antes de mais nada, um lugar de encontro. Entrecruzando a leitura religiosa e a luta pela justiça social foi possível dar significado à experiência da pobreza e da exploração e transformá-las em ação reivindicatória e também política (SADER, 1988).

Em um dos depoimentos presente no Livro "Memória de Nossas Lutas", o padre atuante na comunidade aponta para a importância das organizações comunitárias se aliarem ao movimento popular:

A igreja formada por moradores do Conjunto sempre esteve presente nas lutas do bairro. Isso se deu de forma mais organizada quando as comunidades articuladas ao movimento popular, buscaram soluções para problemas graves com a terra, a moradia e outros. Essa participação tem lógica e faz parte da identidade original da igreja. A comunidade se redescobre na sua identidade genuína quando tem consciência das causas que geram o problema da juventude, do trabalhador, da mulher, da criança e assim por diante (MELO NETO; BODINAUX; FILHO, 1988, p.24).

³³ Transporte que era feito anteriormente em carroças ou redes.

A fala descreve a apropriação da dimensão política por parte das organizações comunitárias. Nos dois relatos abaixo de Joaquim Melo³⁴, é o movimento popular que analisa a importância da igreja nos primeiros anos de formação do bairro:

Basicamente a história do Palmeiras é concomitante com a presença dos padres Eduardo e Jacó. Então, isso vai criar uma influência muito grande da Ceb no processo de organização. O impacto vai ser um pouco maior porque a sua origem, a origem física do bairro, quando chegaram os moradores, as casas começaram a ser construídas, a Igreja já era somente a Igreja que agia aqui dentro. Então vai influenciar muito a formação dos primeiros grupos mais independentes, no grupo de jovens, no grupo de creche, a presença foi muito constante (BARBOSA, 2002, p.106-107).

E depois aponta a independência das associações em relação ao trabalho das Ceb's a partir dos anos 80:

Em 1981 se forma a Associação de Moradores e a partir daí começa a ter uma outra fonte de organização, um outro processo de organização que mais só a Igreja, que não era só as Ceb's. E aí as Ceb's começaram a se esvaziar um pouco. Há uma tendência, nos últimos dez anos pra cá, de ir perdendo essa posição, esse impacto, essa influência nos moradores pelos fortalecimento das entidades. Hoje são 26 aqui. Então ela foi [a Ceb], até certo tempo, a entidade, a que fez o movimento, a que fez o processo, a que comandou a organização, porque ela era única. A partir do momento que começam a surgir outros, e eu faria o marco de 81 para cá, elas foram aos poucos se esvaizando [...] Hoje no Palmeiras você tem uma situação que é um pouco comum em Fortaleza: nós temos as Ceb's que estão se mantendo com várias pastorais, com a organização de Igreja ainda forte aqui no Palmeiras, e tem seus movimentos populares, também independentes e extremamente fortes. Aqui você tem uma presença de Igreja, um trabalho de Igreja forte e tem o movimento popular independente, completamente autônomo, extremamente forte (BARBOSA, 2002, pág 106-107).

Embora tenham assumido ao longo do tempo o caráter de movimentos políticos, eram, antes de tudo, movimentos reivindicatórios como sugere Mello (2009). A tentativa se encontrava na construção de identidades a partir da experiência das condições dadas. Thompson (2004), em seu livro sobre a formação

³⁴ Joaquim Melo é liderança importante até hoje no Conjunto Palmeira e Coordenador do Banco Palmas.

da classe operária inglesa, descreve a articulação entre encontros sociais, necessidades coletivas e sua transformação em agendas políticas: “Eis o entrecruzamento de temas políticos e econômicos – ‘a dureza dos tempos’ e a ‘Reforma Parlamentar’. Eis a função da reunião, tanto como ocasião social quanto centro para a atividade política” (THOMPSON, 2004, p.19).

Essas leituras afirmam a importância da significação dessas práticas pelos que delas participam, sendo esse o substrato para transformá-las em experiências do fazer histórico.

Voltando à história do Conjunto Palmeiras e à luta dos moradores, em 1978, foram criados a Casa de Parto, o Centro Social Urbano e a primeira escola de 1º grau (TOSCANO, 2008). Em 1981, funda-se a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras – ASMOCONP – e continua a luta por saneamento básico, água tratada e melhorias para o bairro.



Foto 3: 1ª Sede da Associação



Foto 4: Centro de Nutrição

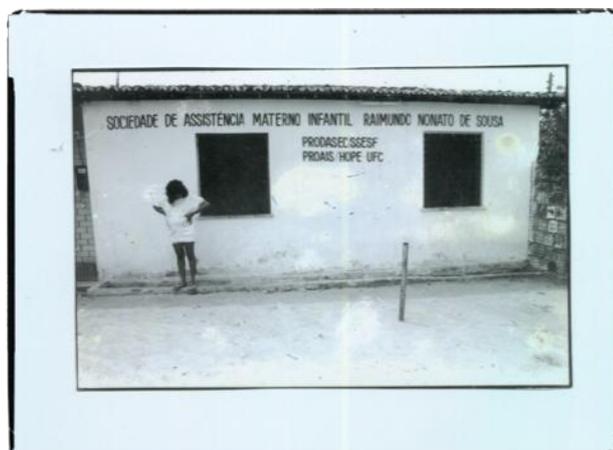


Foto 5: Casa de Parto

É nesse momento que se começou a refletir sobre a relação que os moradores vinham estabelecendo com o Estado e buscou-se a construção de uma prática mais independente para que, de fato, os moradores conseguissem se organizar: “O povo resolveu sair da submissão e se organizar depois de 10 anos de dependência e assistencialismo. As instituições atrapalharam ajudando na alienação” (MELO NETO; BODINAUX; FILHO, 1988, p.24). A independência com relação ao Estado se traduziu em autonomia com relação às ações da Fundação do Serviço Social de Fortaleza, que atuava diretamente na comunidade naquele período. Essa presença era marcada por assistentes sociais que exerciam um controle sobre o discurso e sobre as práticas da comunidade. A referência a essas técnicas é constante nos diversos relatos sobre a história do bairro.

No mesmo período de fundação da ASMOCONP, muitas outras organizações também se institucionalizaram, levando, em 1991, à criação da União das Associações do Conjunto Palmeiras – UNACOOOP – com a participação de 26 organizações populares existentes no bairro.

Em 1988, ocorreu um episódio histórico na luta pelo abastecimento de água: a ameaça, por parte dos moradores, da explosão da adutora de água que passava pelo Conjunto Palmeiras e que abastecia parte da cidade de Fortaleza. Segundo contam, os moradores deram à prefeitura 15 dias para que ela oferecesse uma solução para a distribuição de água do bairro ainda precária mesmo passados mais de 15 anos da remoção dessa população para a região. A história é contada como anedota, já que até hoje os moradores não sabem onde se encontra a adutora e, na época, não tinham explosivos para efetivar a promessa. Porém, a ameaça exerceu a função pretendida, com a criação de um fato político com direito a cerco policial e a posterior vitória comemorada da população (MELO NETO; MAGALHÃES, 2008).

Em 1991, dando seguimento às ações de mobilização na região, as associações do bairro organizaram o primeiro Seminário "Habitando o Inabitável", no qual realizaram um processo de planejamento para a urbanização em 10 anos do bairro. Nesse momento, foi assumida como prioridade a luta pela instalação da rede de água e esgoto.

Esse objetivo começa a ser alcançado quando, em 1995, a ASMOCONP estabeleceu parceria com o poder público, via projeto PROSANEAR, e a Sociedade Alemã de Apoio Técnico – GTZ – para a construção do canal de drenagem da

água. Nesse projeto, a parceria assumiu a obra civil e a sua gestão e, apesar da demora na finalização e as tensões que geraram entre os moradores e a associação, foram construídos 1.700 metros de canal em cinco anos (ASSOCIAÇÃO, 1998).



Foto 6 e 7: construção do Canal de Drenagem - 1995

Os resultados dessa experiência trouxeram elementos para que a ASMOCONP repensasse sua relação com o poder público, já que eram tempos de abertura política e de construção democrática.

O projeto do canal de drenagem foi uma das muitas iniciativas realizadas no início dos anos 90, momento em que os movimentos sociais organizados foram chamados a estabelecer uma relação diferenciada com o poder público. Essas parcerias tinham tanto um caráter progressista, alinhando-se à construção de efetivos espaços de construção conjunta e participação, como também significavam a cooptação dos movimentos populares e a transferência das responsabilidades do Estado na execução das políticas públicas para a população organizada. Nesse sentido, as duas falas de Joaquim Melo abaixo tratam desse período de mudança na relação com o Estado:

A questão da mudança política é um fato. Você tinha antes, bem claro, com essa história da ditadura: quem era inimigo de quem. Quem era do povo, quem era do governo. O governo batendo de um lado e você apanhando do outro. Hoje em dia quando você vai apanhar da polícia, seu amigo já vem lá de dentro do governo. Então houve essa mistura de identidade, essa crise de identidade do pessoal. De quem é que é nosso, e quem é do governo (MATOS, 2002, p. 24).

Nós enquanto União estamos sempre discutindo. Hoje tem projetos que ninguém aceita mais. Recentemente, a prefeitura quis lançar um projeto de limpeza pública alternativa, só que ela dizia o seguinte: a Prefeitura paga a associação e a associação paga aos agentes de limpeza. E quando os agentes adoecerem doutora? Quando os agentes forem para a justiça. Rejeitamos o projeto. A gente aceita o projeto desde que a prefeitura aceite fazer os pagamentos dos trabalhadores. Aí a gente entra com educação pro povo. Nós entramos com a divulgação, mas colocando que vocês assumam a execução. Isso é um avanço [...] porque você não pode estar rejeitando os projetos do governo, mas até ensinando o governo, aproveitando os técnicos bons que eles tem lá, trabalhando isso com eles (MATOS, 2002, p. 26).

A análise da experiência do canal de drenagem revelou também a importância que a cooperação internacional assumiu naquele período, dando apoio a projetos comunitários com financiamentos diretos às associações ou por meio de parcerias com o poder público. A institucionalização, nessas condições, também adquiriu um significado distinto: o da conexão entre novas práticas e novos desenhos institucionais.

Durante os anos 90, a mobilização comunitária se realizou também a partir de atividades culturais como o jornal comunitário "Desperta Palmeiras", a rádio comunitária "Santo Dias" e o grupo de teatro e suas peças populares com temas sobre saúde, educação e a história do bairro permeada pela análise crítica dos problemas e as precárias condições de vida dos moradores. Todas essas atividades eram formas de promover um processo de mobilização informado e refletido a partir das demandas locais.

Depois de todo o processo de mobilização para a urbanização do bairro, em 1996, segundo Joaquim Melo e Sandra Magalhães, a associação se encontrava na seguinte situação:

Contas a pagar. Um computador quebrado. Mesas e cadeiras surradas. Um velho fogão e uma geladeira. No centro de documentação, um rico acervo de lutas, memórias vivas e resgatadas – de uma comunidade que ao longo dos anos conquistou sua urbanização, passando de uma sofrida favela pra um bairro popular. Nesse cenário, alguns militantes e diretores se reuniam todas as quartas-feiras à noite, para pensar o futuro (MELO; MAGALHÃES, 2008, p.A-16).

Com os últimos recursos da entidade, a comunidade decide escrever o segundo volume do livro "Memória de Nossas Lutas" a fim de continuar o registro da história do bairro. Entretanto, sem poder avaliar de antemão, o processo de organização da publicação significou a primeira ferramenta da nova luta a ser travada.

Durante o processo de entrevistas para o livro, para surpresa de todos, ouviram-se de diversos moradores as histórias de saída do bairro de parentes e amigos para regiões mais distantes. Esse fato levantava o debate sobre a permanência das pessoas no bairro depois de todo o processo de urbanização e, conseqüentemente, sobre o aumento do custo de vida trazido pelas taxas e impostos. Diante dessa constatação, organizou-se uma pesquisa para saber a situação do bairro como um todo. Os resultados mostraram que 30% dos moradores estavam há menos de dois anos no bairro, ou seja, os antigos moradores que haviam construído o bairro haviam se mudado e o motivo era a falta de recursos para pagar as taxas de água, luz e esgoto (ASSOCIAÇÃO, 1998). Assim, no final dos anos 90, mesmo com a infraestrutura do bairro consolidada, um desafio se apresentava de forma latente – a pobreza.

Frente ao novo desafio, organizou-se, no início de 1997, o II Seminário "Habitando o Inabitável". O encontro foi o momento para o debate e a elaboração de novas estratégias para o desenvolvimento do bairro que permitissem às pessoas da comunidade morarem no bairro que construíram (MELO NETO; MAGALHÃES, 2008). Para isso, passaram a discutir a elaboração de um projeto de geração de trabalho e renda. Ao longo do ano de 97, foram realizadas 45 reuniões com a participação da comunidade, igreja, grupos de jovens, entidades comunitárias e parceiros externos. O resultado foi uma proposta de desenvolvimento comunitário que articulou diversos discursos e práticas que estavam sendo difundidos em diversos países e também no Brasil: microcrédito, desenvolvimento local, fortalecimento da economia popular e solidária, entre outros.

O microcrédito surgia como ferramenta para fazer frente aos altos índices de desemprego e pobreza. A própria noção de desenvolvimento social ia assegurando espaço como um discurso mais progressista frente às noções de desenvolvimento como crescimento econômico. Importante refletir sobre as concepções que vão sendo importadas pelos países da América Latina, tanto no campo de pesquisa como no campo político, e que assumem diferentes funções em nosso contexto de

país em desenvolvimento. Se a crise desenvolvimentista dos anos 70 nos países desenvolvidos geraram novos discursos sobre a produção material, no Brasil, por exemplo, esses discursos foram reapropriados e se tornaram importantes ferramentas na luta social. A concepção de desenvolvimento e gestão descentralizada fortaleceu as ações locais e as iniciativas comunitárias.

Dentro desse novo caldo de discursos e práticas, os moradores do Conjunto Palmeiras partiram das seguintes premissas: dificuldades dos moradores para iniciar um pequeno negócio em função das restrições e burocracias dos bancos comerciais e dificuldade dos comerciantes existentes para comercializar os seus produtos, já que a maioria das famílias fazia as compras fora do bairro com um preço menor e, às vezes, em parcelas. Além disso, nos encontros e debates com os moradores e comerciantes, concluiu-se que o problema inicial não era falta de crédito para os comerciantes já estabelecidos, mas dificuldades com a comercialização. Assim, precisava-se estimular o consumo local, como também a produção (MELO NETO; MAGALHÃES, 2008, p. D15-16).

Tendo por base essas constatações, apostou-se em uma estratégia de desenvolvimento local endógeno e passou-se a estimular o consumo e a produção local. A passagem a seguir ilustra um dos momentos dessa construção:

Em uma daquelas reuniões com os moradores, em agosto de 1997, foi descoberta a engenharia econômica que buscávamos. Como sempre na vida, emergem da vida as grandes estratégias de sobrevivência. E ninguém mais do que os pobres exercitam, no seu dia a dia, formas alternativas de se manterem vivos. Aí está o berço do conhecimento e da criatividade. Basta apenas estimularmos e estarmos atentos para não deixar escapar esta fonte de sabedoria: "Não poderíamos fazer assim...que nem tem por aí...a gente podia ter um cartão, a gente podia ter o nosso cartão aqui e a gente comprar aqui mesmo..." falou uma moradora do bairro! Eis a resposta! Quando terminou a reunião ficamos em estado de loucura (MELO NETO; MAGALHÃES, 2008, p. E-16).

Inaugurado em janeiro de 1998, com o apoio financeiro de R\$ 2.000,00³⁵, nascia, assim, o Banco Palmas: concessão de 5 empréstimos para produtores locais e liberação de 20 cartões de crédito PalmaCard para os moradores usarem nos 5 comércios cadastrados. Segundo Joaquim Melo, "o banco faliu no dia em que abriu".

³⁵ Valor doado pela ONG Cearah Periferia.



Foto 8: atendimento Banco Palmas – 2000



Foto 9: atendimento Banco Palmas - 2005

Apesar da grande atração que se tornou o projeto, as dificuldades no primeiro ano não foram poucas: impossibilidade da oferta de crédito e emissões de cartões na mesma proporção da demanda dos moradores, falta de recursos para empréstimos, problemas para lidar com as expectativas dos moradores na resolução, em curto prazo, dos problemas de trabalho e renda; baixa adesão dos comerciantes na aceitação do cartão de crédito por medo de perderem o capital de giro, entre outros (MELO NETO; MAGALHÃES, 2008).

Foram-se, aos poucos, criando novas ações que pudessem responder às dificuldades e aos desafios que iam aparecendo. Para estimular o consumo de produtos locais, criaram-se a Feira dos Produtores Locais, a Loja Solidária e, mais tarde, o Clube de Trocas. Foi fomentada e apoiada a formação de diversos empreendimentos econômicos coletivos como a PalmaLimpe, a PalmaFashion, a Palmaricó e a PalmaNatus.

PalmaCard, Palmares e Palmas: as diferentes formas para uma nova economia



Figura 2: cartão de crédito – Palmacard



Foto 10: indicação da entrada no bairro

Uma das ferramentas criadas juntamente com o crédito produtivo foi o cartão de crédito PalmaCard. Ele tinha como objetivo estimular o consumo local e possibilitar o acesso por parte das famílias aos itens de primeira necessidade. O cartão funcionava da seguinte maneira: após a solicitação do cliente, o banco realizava uma análise prévia; a liberação dependia fortemente do banco ter recursos disponíveis para garantir o pagamento de 30% do valor dos cartões em circulação, de forma que pudesse fazer frente às dívidas com os comerciantes locais, caso houvesse inadimplência por parte do cliente; com a liberação, por parte do banco, de valores entre R\$ 20,00 e R\$ 100,00, os clientes iam aos comércios cadastrados e os comerciantes anotavam no verso do cartão o valor gasto pelo cliente e, no controle do comerciante, os clientes assinavam o gasto referido; no dia 15 de cada mês, os comerciantes recebiam o valor das vendas realizadas e os clientes pagavam o valor total do cartão na data de vencimento. Aos poucos, entretanto, foi tornando-se difícil a operacionalização do sistema: baixa qualidade dos cartões, que eram de papel, poucos cartões em circulação, devido ao baixo valor da carteira de crédito, e a realização de todos os procedimentos de forma manual.

Outra iniciativa articulada às ações do banco e que também tinha o objetivo de incentivar as redes econômicas locais foi a criação de um clube de trocas. Ele foi formado em 2000 e contava com a participação de 30 a 40 pessoas que trocavam produtos e serviços a cada quinze dias com o uso das moedas sociais *Palmares e Palmarins*.

Durante os seus dois anos de funcionamento, o clube de troca foi importante para movimentar a economia local, proporcionar um espaço de encontro entre os

moradores e promover um espaço educativo no uso de uma moeda diferente e na discussão dos mecanismos econômicos. Ao longo do tempo, houve o enfraquecimento da organização pela falta de produtos de primeira necessidade, o que desestimulou a participação dos moradores. Ao mesmo tempo, a associação percebeu que havia diversos empreendimentos no bairro que não participavam da rede solidária criada pelo Banco Palmas e que poderiam fornecer os produtos e serviços dentro do sistema.

O incentivo final para a criação de moeda que circulasse no bairro como um todo veio através do Projeto Fomento implantado pela Strohalm (ONG holandesa). Com uma metodologia de incentivo ao uso de moedas locais, a organização articulou a construção de um espaço de formação no Banco Palmas, a PalmaTech, com R\$51.000,00 (cinquenta e um mil reais) de fundo, sendo esse valor “clonado em moeda social”, ou seja, o mesmo valor em reais foi emitido em moeda social. Os reais foram utilizados para a realização de empréstimos para os comerciantes locais, já a moeda social foi utilizada para o pagamento de 80% do material de construção e da mão de obra que trabalhou na construção. Assim, foram sendo injetados na dinâmica econômica local recursos em reais e em moeda social.

Criou-se, dessa forma, uma nova moeda social que ampliou a circulação para todo o bairro, incluindo os comerciantes locais – a Palmas. A moeda social recebeu a denominação de circulante local para se diferenciar do uso restrito no clube de trocas. Nos clubes de trocas, a moeda social é utilizada num espaço-tempo definido com os produtores e consumidores reunidos para trocar produtos e/ou serviços em determinado horário e local. Singer (2009) considera essa ampliação do uso da moeda social para uma abrangência territorial como uma das importantes inovações do Banco Palmas.

A moeda social Palmas foi criada para aumentar o consumo interno no bairro e manter um circuito monetário para a geração e manutenção da riqueza no território. A sua eficiência só se efetivou com um processo intenso de mobilização e formação para a compreensão do uso da moeda social. Houve grande mobilização no bairro com a adesão da associação comercial local, que concedia 2% de desconto na compra de produtos, e o sindicato das vans, que oferecia 9% de desconto no preço da passagem.



Figura 3: moeda social Palmas Fotos 11 e 12: comércios e serviços que aceitam a moeda social

O Banco Palmas cresceu e as demandas e a dinâmica local mudaram com uma diminuição do uso da moeda social por parte da população. Porém, pela moeda social funcionar também como um importante instrumento de mobilização e sensibilização, não apenas seu uso concreto promoveu o aumento de consumo no bairro, como o simbolismo embutido na moeda articulado a campanhas educativas mudaram os hábitos da comunidade e aumentaram o potencial de consumo realizado localmente.

Essa diminuição do uso não representar diminuição do consumo interno pode ser verificada pelos últimos dados sobre o uso da moeda social e consumo no bairro. Na última pesquisa realizada em 2012 (NEIVA et al., 2013), verificou-se que menos de 20% dos entrevistados indicaram usar a moeda social, sendo que desses, 98% realizavam suas compras no bairro. Ao comparar esses números com os dados dos mapeamentos de consumo e produção realizados pelo Banco Palmas em 1997, 2002, 2008 e 2009 (FRANÇA FILHO, 2012), é possível visualizar que, em relação a 1997, houve um aumento significativo do consumo local, já que, na época, apenas 20% da população indicava consumir no bairro. Já quando analisamos os dados de 2008 e 2009, que indicam 90% de consumo local, percebemos que houve uma estabilização desse consumo nos últimos anos que é confirmada pelos dados atuais, pelos quais 98% indicam realizar compras no bairro.

Fare, Freitas e Meyer (2013) apontam a importância da moeda social como um símbolo de pertencimento ao território e a construção de um projeto comum. Essa característica está clara não só nos dados acima discutidos, mas também nas outras ações que o Banco Palmas vem desenvolvendo dentro dessa perspectiva do valor simbólico da moeda. No mês de maio de 2013, houve o lançamento das “palminhas”, moeda social a ser utilizada num projeto com as crianças. Além do objetivo descrito pelo Banco Palmas, “mobilizar as crianças, criando a cultura da Economia Solidária a partir da valorização do consumo local”, há também uma

função social: servir como um fio condutor na transmissão da história do bairro para as novas gerações. A moeda social Palmas funciona, assim, como um instrumento histórico, ou seja, representa e faz a ligação entre o momento atual do bairro e toda a história de mobilização comunitária.

Legitimidade externa: o reconhecimento do Banco Central do Brasil

Em relação à legalidade do uso da moeda social, o Banco Central do Brasil (BCB) entende-a hoje como uma moeda complementar. Em 2007, o BCB aprovou um projeto de pesquisa para conhecer e avaliar as possibilidades, limitações e potencialidade das moedas sociais emitidas pelos bancos comunitários (FREIRE, 2013). Diferentemente do que ocorreu em 2004, quando o Banco Central acionou o Ministério Público por ter recebido uma denúncia sobre emissão de moedas e foi ao Banco Palmas realizar uma autuação, nos últimos três Fóruns de Inclusão Financeira do Banco Central, houve espaço para o debate e a aproximação da instituição com o tema. As moedas sociais e os bancos comunitários foram reconhecidos como importantes instrumentos para o desenvolvimento e a inclusão financeira e bancária. Embora haja essa abertura por parte do Banco Central, pouco se avançou no sentido de criar normas e legislações que favoreçam os bancos comunitários. O trabalho de Marusa Vasconcelos Freire (2011, 2013) tem dado uma importante contribuição para o campo legal.

Retomando o fio da história...

Em 2003, dando continuidade ao processo de construção coletiva de desenvolvimento do bairro, foi elaborado o PLIES – Plano Local Estratégico – com diretrizes, objetivos e ações para os próximos anos de consolidação do bairro. Alguns projetos estão sendo implantados nos últimos anos como a PalmaTur – projeto de turismo comunitário – que foi iniciado em 2011 com a inauguração de uma pousada no Conjunto Palmeiras para receber os visitantes.

Outros projetos foram sendo implantados ao longo dos 10 anos subsequentes ao plano. Dois públicos foram prioritários para as ações articuladas ao Banco Palmas: as mulheres e os jovens. O projeto "Incubadora Feminina", implantado em 2005, organizou ações com o objetivo de alcançar as mulheres que sofriam violência doméstica ou se encontravam em condições de vida de extrema precariedade. Para isso, ofertava cursos de capacitação e organização de grupos

produtivos segundo os princípios da economia solidária, como também visava ao fortalecimento de uma rede social de apoio que pudesse contribuir para que as mulheres conseguissem construir alternativas para sair do contexto de violência.

Em 2012, após a parceria com a Caixa Econômica Federal, o banco passou a ter contato mais direto com as mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família, o que fez com que o projeto "Incubadora Feminina" fosse repensado e transformado no Projeto ELAS. O ELAS tem um desenho abrangente e promove capacitação profissional com cursos de culinária em parceria com o Centro de Nutrição do bairro e cursos de costura realizados nas dependências do Banco Palmas; além disso, fomenta empreendimentos coletivos, promove uma maior participação política através da formação de um conselho gestor do projeto composto por 35 mulheres, além de oferecer oficinas de educação financeira.

Com o público jovem também foram desenvolvidos, ao longo dos últimos 10 anos, diversos projetos que articularam a temática da juventude às suas diversas demandas. Num primeiro momento, desenvolveu-se o projeto "Bairro Escola de Trabalho". Esse projeto tinha o objetivo de oferecer ao jovem uma experiência de trabalho junto aos comerciantes locais. Os jovens trabalhavam como aprendizes nesses estabelecimentos, recebendo uma bolsa, além de participarem de atividades de formação no banco. A possibilidade desse contato com os comerciantes locais, mediado por uma relação econômica, porém com um sentido comunitário, permitiu a desmistificação de uma identidade negativa dos jovens por parte da população. Ao mesmo tempo, o jovem teve a experiência de assumir um lugar ativo na vida econômica e social da comunidade. Na última edição do projeto, 30% dos participantes foram contratados pelos estabelecimentos.

O próprio banco se apresenta como uma possibilidade de inserção no mundo do trabalho articulada a uma experiência comunitária. O Banco Palmas desenvolve um curso, chamado "Consultores comunitários", o qual, através de aulas sobre a história do bairro, economia solidária, bancos comunitários, desenvolvimento territorial, além de participação nas atividades do banco, promove uma longa formação. Os jovens recebem uma bolsa mensal e, ao final, uma considerável parcela poderá permanecer como trabalhador no banco, caso seja do seu interesse. Hoje, no Banco Palmas, há duas gerações de jovens moradores que trabalham na instituição e que representam mais de 90% do total de trabalhadores.

O Banco Palmas promove tanto estratégias de geração de trabalho e renda quanto alguns projetos de ação comunitária. A iniciativa “1000 jovens 10 ideias”, desenvolvida em 2011 e 2012, teve o objetivo de discutir com os jovens o bairro em que vivem e colocá-los como coparticipantes em ações e projetos. Foi um processo longo de mobilização e debate para a escolha de 10 propostas de projetos factíveis a serem executados no bairro. No início, foi criado um coletivo jovem que realizou um processo de mobilização com oficinas nas escolas, igrejas e associações. Dessas oficinas resultou um conjunto de propostas (na última edição foram 2.500) que foram sistematizadas e colocadas para votação na internet e no próprio banco. Ao final, houve uma grande plenária para discussão dos resultados e escolha das propostas. As propostas, em geral, foram relacionadas à melhoria ou à construção de equipamentos de esporte, lazer e cultura. As sugestões se transformaram em compromissos que, ao longo do tempo, podem se transformar em projetos.

Os diversos projetos que foram sendo construídos ao longo dos anos são reeditados conforme as condições de financiamento, as demandas locais e as políticas públicas. Logo no início do Banco Palmas, houve o desenvolvimento de diversas ações que foram perdendo força pela amplitude e desafios. Os empreendimentos econômicos coletivos, aos poucos, foram se tornando mais uma ação articulada a outros projetos do que um negócio autônomo propriamente dito. Paulino (2008) descreve com detalhes a carreata que divulgou o uso da moeda social nas *topics*, a horta comunitária e o desfile da PalmaFashion no Dragão do Mar. A partir de 2009, quando passei a ter um contato maior com o Banco Palmas, a discussão sobre a moeda social já se encontrava em outro patamar e a PalmaFashion estava desativada. Aos poucos, porém, a PalmaFashion foi reativada a partir de um novo arranjo institucional com o projeto ELAS. A partir daí, foi retomada a marca e houve um desfile no bairro após alguns anos sem nenhuma edição do evento.

A manutenção ou não de determinados projetos que já foram realizados pela comunidade não aponta o sucesso ou o fracasso, mas uma gama de ferramentas que são acionadas para o desenvolvimento e o fortalecimento das ações territoriais do banco na comunidade, dependentes do contexto e das dinâmicas locais, além das parcerias, financiamentos e editais públicos que se encontram disponíveis. Há um movimento de ação, mas também de reação. Por um lado, o banco estabelece uma relação propositiva com o desenvolvimento e o financiamento de projetos

dentro do momento e do contexto do bairro. Por outro, há a reação aos editais e projetos que se articulam a políticas públicas já estabelecidas.

A capacidade de inovação do banco se faz presente na articulação constante das grandes pautas no país com a dinâmica local. Desde a escolha de Fortaleza, como uma das cidades sede da Copa do Mundo, o Banco Palmas tem desenvolvido um conjunto de ações diretamente ligadas a essa pauta tanto localmente quanto na parceria com o poder público. Conseguiu-se, pela participação em uma das instâncias decisórias da prefeitura, colocar o Banco Palmas como ponto turístico no guia de turismo de Fortaleza. Localmente, desenvolveram-se diversas atividades ao longo dos anos de 2012 e 2013, que mostraram o potencial culinário do bairro. Além disso, alugou-se um box no aeroporto de Fortaleza para ser realizada a troca de moedas estrangeiras por moeda social Palmas, de forma a incentivar a visita ao bairro. Houve também a visita ao Banco Palmas do jogador de futebol Ronaldo “Fenômeno” e do secretário-geral da FIFA, Jérôme Valcke³⁶. Essa visita resultou na doação, por parte da FIFA, de 200 ingressos para jogos da Copa das Confederações em Fortaleza a serem distribuídos para as participantes do projeto ELAS. Esses fatos vão movimentando a comunidade tanto na execução das atividades quanto na discussão sobre a relação do bairro com os mesmos.

A partir de 2003: da experiência enraizada à abstração do modelo

Com o sucesso da iniciativa do Banco Palmas e da moeda social, gestores públicos e outras comunidades passaram a solicitar o auxílio da associação para a criação de novos bancos comunitários. Assim, o Banco Palmas passou de uma experiência bem sucedida de desenvolvimento local endógeno para uma metodologia passível de replicação. Em 2003, essa demanda aumentou tanto que foi necessária a fundação de uma nova instituição – o Instituto Palmas – com o objetivo de replicar a iniciativa dos bancos comunitários em outras comunidades. A principal função do Instituto naquele momento era difundir e desenvolver a metodologia dos bancos comunitários. Em 2004, foi reproduzida pela primeira vez a experiência com a implantação do Banco PAR. Em 2005, assinou-se um convênio com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) para a ampliação dessas iniciativas no Brasil. Com esse projeto, foram abertos mais nove bancos comunitários no estado

³⁶ Visita realizada em 27 de janeiro de 2013.

do Ceará.

Em função da ampliação das experiências e do aparecimento de outras iniciativas com a mesma denominação³⁷, percebeu-se a necessidade de transformar a experiência do Banco Palmas, enraizada na história comunitária do Conjunto Palmeiras, em uma metodologia ou estratégia de desenvolvimento territorial. Para essa passagem do concreto da experiência para a abstração do conceito foram realizados diversos encontros com instituições e pessoas envolvidas com o tema e representantes dos novos bancos comunitários que surgiam. Desse debate de ideias resultou a inserção da palavra **desenvolvimento** na caracterização dos bancos comunitários e a formação, em 2006, da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Houve, também, o lançamento de uma cartilha com o marco conceitual e principais características de um banco comunitário, agora denominado **banco comunitário de desenvolvimento**.

Também em 2006, o Instituto Palmas assinou convênio com o Banco Popular do Brasil, ação que representou uma mudança importante no arranjo local do banco e também na relação com o sistema financeiro e bancário oficial. Com o convênio, passou-se a oferecer também o serviço do correspondente bancário: o banco comunitário já podia ser considerado um ponto de atendimento com serviços bancários como pagamento de contas, depósitos, saques e outras transações. Esse convênio e a posterior aprovação do Instituto Palmas no cadastro no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) foram resultados do tema da inclusão financeira na pauta do governo. Através da parceria com o Banco Popular do Brasil, o banco comunitário pôde acessar também uma carteira de crédito do PNMPO de R\$ 700.000,00.

No modelo do Banco Popular do Brasil, havia uma figura intermediária entre o ponto de atendimento e o Banco Popular – o chamado **gestor de rede**. Esse gestor ficava responsável por um conjunto de pontos de atendimento com o objetivo de controlar as operações e dar suporte técnico. O Instituto Palmas assumiu essa função e todos os bancos comunitários abertos e que tinham o serviço de correspondência bancária ficavam sob sua responsabilidade. Isso, por um lado, aumentou o trabalho desenvolvido pelos técnicos do Instituto, mas, por outro,

³⁷ Foram chamadas de **bancos comunitários** as iniciativas de microcrédito da Visão Mundial, instituição ligada à igreja, e do Banco do Nordeste do Brasil. Ambas as metodologias diferiam dos princípios dos bancos comunitários com inspiração na experiência do Banco Palmas.

facilitou que os bancos comunitários pudessem acessar uma carteira de crédito através do sistema do Banco Popular do Brasil.

Em 2008, houve a assinatura de um convênio com o governo do Ceará para a abertura de mais 10 bancos comunitários no estado, resultando na chamada “Caravana: Bancos Comunitários no Ceará” que percorreu, em quatro dias, os dez municípios em que foram inaugurados os novos bancos comunitários. Em 2009, numa parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, foram inaugurados 5 bancos comunitários na cidade de São Paulo. E, em 2010, assumiu como entidade gestora nacional o Projeto Nacional de Apoio às Finanças Solidárias, financiado pela SENAES.

Durante todo esse período, foi fortalecida a parceria com a Caixa Econômica Federal, que opera o correspondente de modo descentralizado, sem a figura do gestor de rede, diminuindo, assim, a carga de trabalho dos técnicos. O Instituto Palmas manteve a parceria com o Banco do Brasil, entretanto, apenas para a prestação de serviços no Banco Palmas. Também em 2008, o Instituto Palmas conseguiu acessar uma linha de crédito para instituições de microfinanças do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e obteve uma disponibilidade de R\$ 3 milhões para empréstimo, aumentando sua carteira de crédito.

Essas parcerias, assim, ampliaram a atuação para fora do Conjunto Palmeiras e afirmaram um novo campo de lutas com a bandeira da democracia econômica e da inclusão financeira. Hoje, o Instituto Palmas em conjunto com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários busca afirmar a necessidade de outro modelo econômico no debate com o poder público e com os bancos convencionais tanto públicos quanto privados.

Assim, de uma atuação ligada ao enraizamento comunitário, o Instituto Palmas transcendeu esse espaço e passou a ser mais um ator nas discussões sobre democracia econômica. Interessante notar que há um movimento que se retroalimenta: a partir das inovações locais, que se iniciaram com a criação do banco comunitário e da moeda social potencializou-se o papel do banco no debate sobre democracia econômica, desenvolvimento local, inclusão financeira e economia solidária. Ao mesmo tempo, essa projeção nacional permanece em nível local através de novos parceiros, projetos e diferentes atores que atuam no território.

4.3 O Banco Palmas hoje: retrato em cores e em números

Atualmente, há muitos projetos e ações articulados na comunidade³⁸. Apresento, abaixo, algumas dessas ações, sem a pretensão de fazer uma descrição exaustiva:

Serviços Financeiros e Bancários

- correspondente bancário da Caixa Econômica Federal;
- Palmas microsseguros;
- moeda social;
- crédito produtivo;
- crédito de consumo em moeda social;
- pagamento por celular.

Linhas de crédito

- casa produtiva (crédito para pequenas reformas nas moradias onde também há produção) – créditos de até R\$ 450,00;
- Bolsa Família – créditos de R\$50,00 a R\$ 150,00;
- economia popular e solidária – créditos de até R\$ 500,00;
- revendedor – créditos de até R\$ 450,00;
- empresarial – créditos de R\$ 2.500,00 a R\$ 15.000,00.

Empreendimentos da Rede de Economia Solidária do Conjunto Palmeiras

- Palmatur – Pousada localizada no Conjunto Palmeira que tem o objetivo de estimular o bairro como um destino turístico em Fortaleza, fortalecendo o desenvolvimento econômico local, além de garantir trabalho e renda para as mulheres moradoras da região, encaminhando-as para o mercado formal de trabalho;
- PalmaFashion – marca de roupas da comunidade. Essas peças vêm sendo confeccionadas pelas mulheres participantes dos cursos de costura realizados pelo projeto ELAS;

³⁸ Descrições elaboradas a partir do Relatório 2010/2011 e dos sites www.bancopalmas.org.br e www.inovacaoparainclusao.com. Acesso em 15/11/2012.

- Companhia Bate Palmas – Empreendimento na área de arte, educação e cultura, que tem como participantes jovens do Conjunto Palmeiras. Atividades artísticas e culturais principais: fabricação de instrumentos musicais, gravação de CDs em estúdio próprio, oficinas de arte, montagens de espetáculos e apresentações artísticas;
- Laboratório de Inovação e Pesquisa em Finanças Solidárias (PalmasLab) – Projeto que tem como finalidade desenvolver produtos que potencializem o trabalho dos bancos comunitários, através do uso da tecnologia da informação (TI). Além disso, promove a capacitação de jovens da comunidade para produzir tecnologias e soluções de TI com a criação de empreendimentos solidários nessa área, a partir da incubadora de jovens;
- Curso de Consultores Comunitários – Programa de Formação de Jovens com duração de 400 horas, no qual são discutidos os temas da economia solidária, formação do bairro, metodologia de crédito, viabilidade econômica, moeda social e comercialização. Muitos dos jovens formados nesse curso passam a trabalhar no Instituto Palmas e no Banco Palmas;
- Bairro Escola de Trabalho – Projeto que tem o objetivo de oferecer ao jovem uma experiência de trabalho ao lado dos próprios comerciantes locais. Os jovens trabalham como aprendizes nos estabelecimentos e recebem uma bolsa, além de participarem de atividades de formação no Banco Palmas;
- Projeto ELAS – Projeto que articula ações de promoção, formação e orientação às mulheres do programa Bolsa Família, todas tomadoras de crédito do Banco Palmas, com a finalidade de inclusão socioprodutiva, financeira e bancária. Conta com uma política de microcrédito específica (e outros produtos financeiros), capacitação profissional e com um agente de inclusão socioprodutiva, que acompanha sistematicamente as mulheres, promovendo sua inclusão social e econômica, baseada nos princípios da economia solidária;
- Festival de Culinária Cearense – Os festivais se inserem dentro das ações do projeto ELAS, já que as expositoras são, em sua maioria, mulheres do Bolsa Família

que participaram dos cursos de capacitação. Pode ser entendido como um espaço de comercialização e aprendizado, pois muitas delas nunca tiveram uma experiência profissional. Além disso, é um espaço de convivência e lazer para a comunidade;

- Fórum Socioeconômico Local – Espaço coletivo de debate e mobilização comunitária para as questões do bairro que conta com a participação dos moradores, da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, de representantes de entidades locais e do poder público, quando convidado;

4.3.1 Retrato em cores



Fotos 13 e 14: fachada do Banco Palmas – 2012



Fotos 15 e 16: saguão de atendimento - 2012



Foto 15: novo salão de atendimento - 2013



Fotos 17 e 18: feira e desfile de modas da marca PalmaFashion no Conjunto Palmeiras – 2012



Fotos 19 e 20: Festival de Culinária Cearense - 2012



Figura 5: logotipo do Projeto ELAS



Foto 21: oficina de educação financeira - 2012



Figura 6: cartaz de divulgação



Foto 22: atividades no aeroporto durante a Copa das Conf.



Foto 23: lançamento da moeda social Palminhas

LANÇAMENTO DA MOEDA SOCIAL PALMINHAS

17 de maio de 2013, as 18h, na Feira Solidária do Banco Palmas na Praça do Conjunto Palmeira

A Moeda Social Palminhas integra o Conjunto de Moedas Sociais Circulantes do Banco Palmas. A partir do lançamento, os Palmas também circularão com cédulas de 0,5, 0,10, 0,25 e 0,50 centavos de Palminhas. - O objetivo da Moeda Palminhas é mobilizar as crianças (5 a 8 anos), criando a cultura da Economia Solidária a partir da valorização do consumo local, desde a infância. - Serão realizadas oficinas nas escolas, igrejas e associações do bairro, totalizando-se em 1.000 crianças. Foi produzida uma música e uma peça de teatro para animar as oficinas que contarão também com a realização de uma feirinha solidária onde as crianças poderão comprar com Palminhas vários produtos educativos: caderno, lápis, mochila, borracha, lapiseira, massa de modelar e outros. Ao todo foram emitidos 15.000 Palminhas que serão distribuídos durante as oficinas. – No dia-a-dia os Palminhas serão aceitos nos 240 empreendimentos do bairro que aceitam a Moeda Palmas.



Realização:   Secretaria Nacional de Economia Solidária  Convênio 748278/2010

Figura 7: divulgação do lançamento da moeda social Palminhas

4.3.2 Retrato em números

Banco Palmas 2011-2012		
Crédito	2011	2012
Número total de créditos concedidos para a produção	4,826	3,971
Valor total emprestado para microcrédito produtivo	R\$ 2,632,256.63	R\$ 3,331,974.90
Número total de créditos concedidos para produção específicos para mulheres do Bolsa Família	2,621	1,995
Valor emprestado para microcrédito produtivo específico para mulheres do Bolsa família	R\$ 269,106.07	R\$ 274,323.86
Correspondente Bancário		
Número total de transações realizadas pelo correspondente bancário	325,024	382,295
Número total de pagamentos do Bolsa família	37,138	39,182
Contas Correntes abertas	2,700	1,536
Microssseguros		
Número de Microssseguros	2,124	2181
Educação		
Educação Financeira (pessoas)	1,043	1,769
Educação para Cidadania (pessoas)	1,989	258
Educação Profissionalizante (pessoas)	510	380
Comercialização		
Número de Feiras Solidárias realizadas	18	18

Tabela 2: dados de 2011-2012 do Instituto Palmas.

Capítulo V - A vida de todo o dia: as ambiguidades do vivido na construção dos possíveis

Neste sentido [a pobreza] tem sim uma finalidade, qual seja, de reproduzir a ordem social que é sua desgraça. Como ficamos?

(Roberto Schwarz)

Porque nenhuma das mulheres, [...], permitir-me-ia supor que elas são surdas ou cegas aos conflitos que dilaceram as suas vidas, nem mesmo supor que vivam os conflitos e não reflitam sobre eles, que não saibam onde localizá-los. Se o trabalho é a resposta para enfrentá-los, é porque não se permitem mergulhar na desesperança.

(Sylvia Leser de Mello)

5.1 O bairro e seus moradores

Quando utilizamos a caracterização genérica – população dos bairros periféricos ou, simplesmente, pobres – desconsideramos a heterogeneidade de grupos sociais que compõem a população moradora dos bairros populares. A análise aqui não tem o sentido da estratificação, segundo variáveis previamente estabelecidas e tão necessárias às avaliações estatísticas, nem mesmo esgotar as possibilidades de descrição. Busca-se, sim, marcar a heterogeneidade de formas de vida estabelecidas a partir das diferenças nas condições de trabalho, renda e número de filhos que estruturam, mas não determinam, a história e a experiência de cada um. Do ponto de vista das formas de trabalho, há os donos dos mercados, farmácias, restaurante, oficina, bares, os pequenos comerciantes com bodegas, lanchonetes, boleiras, cabelereiras, os ambulantes informais, os assalariados dentro e fora do bairro, os que fazem bicos e os que sobrevivem. Há aqueles que vivem em casa alugada, barraco próprio em terreno ocupado, casa própria, um cômodo, dois ou três cômodos, os que moram de favor ou em lonas e barracas nas recentes ocupações.

Essas diferenças não se fazem apenas pelos olhares externos, pelo contrário, a rigidez da separação é, em grande parte, realizada pelos moradores. A segregação contém uma dimensão espacial. O Conjunto Palmeiras é considerado, pelos moradores, como as ruas próximas ao banco comunitário, e estabelece um quadrilátero de ruas do bairro que foi construído pelos primeiros moradores que chegaram nos anos 70. Embora parte desse grupo de pessoas tenha dispersado para outras regiões próximas, a maioria dos moradores antigos ainda permanece. Quanto mais distante da rua principal e da praça onde fica a igreja, o campo de futebol e a escola, as casas e as ruas vão se tornando mais simples. As denominações são diversas: Santa Filomena, Sítio São João, Conjunto Palmeiras II, Ocupação da Mana, Patativa do Assaré, Jagatá e a mais recente ocupação batizada como "Avenida Brasil" em referência à novela da TV Globo, entre tantos outros nomes. Na fala dos moradores, está presente uma generalização de toda a região em relação à segregação da cidade; já internamente, há uma separação que se faz pela representação de determinadas ruas como complicadas e outras que delimitam pequenas ilhas de miséria. Esse segundo nível de segregação se realiza por meio das diferenças das condições materiais – a renda, o tamanho da casa, propriedade de bens de consumo duráveis e visíveis como carro. Há, entretanto, mais uma construção simbólica de diferenciação do que uma separação espacial real. São pequenas quadras que vão criando a separação entre as ruas mais constituídas, com casas maiores que representam a melhoria do bairro desde os anos 70, e as regiões que representam as novas ocupações. O Banco assume a presença dessas diferenças e estimula a todos a olhar para a pobreza da região e sua constante produção como resultado histórico da desigualdade social. Fortaleza foi considerada em 2012 a 5ª capital mais desigual do mundo e tem registrado índices elevados de violência, ocupando as primeiras posições no número de homicídios e mortes.

A violência contribui sobremaneira para o aprofundamento da separação entre os diferentes grupos sociais. Essa variável voltou a fazer parte do contexto do bairro já que, no princípio, antes da urbanização, o Conjunto Palmeiras foi considerado o bairro mais violento da cidade. Entretanto, nos anos 90-2000 esses índices caíram muito, subindo novamente nos últimos 3 anos, em um processo que atinge a cidade como um todo.

Em março de 2012, pude participar de uma das reuniões do Fórum Socioeconômico Local, espaço no qual se reúnem, semanalmente, representantes

das entidades do bairro e moradores. Naquela ocasião, um jovem morador do Conjunto Palmeiras 2 – sendo o número um traço de ocupação em período mais recente – polemizou algumas falas anteriores que trataram dos roubos nos ônibus na entrada do Conjunto Palmeiras, bem como a culpabilização dos jovens moradores pelos atos. O jovem não se manifestou em relação à responsabilidade dos jovens pelos roubos, entretanto, apontou a falta de diálogo e de reconhecimento entre os dois bairros, indicando como ações conjuntas poderiam aproximar os moradores de "lá" com os de "cá". A violência também convocou o banco comunitário e seus trabalhadores quando o estabelecimento foi assaltado em janeiro de 2013. Ironicamente, como um recado, o roubo ocorreu no dia de aniversário de 15 anos do banco.

Essa convocação concreta se reflete em uma mudança na forma de relacionamento do banco com a população, já que os caixas para pagamento de contas que, ficavam no saguão do banco, foram transferidos para um local externo. Com essa mudança, os trabalhadores, atualmente, ficam isolados do público e se relacionam com a população por um pequeno furo na parede. Essa troca gerou um sentimento de diferenciação entre o banco, agora mais seguro, e a população, mais vulnerável ao perigo. Em momentos como esse, vê-se que o processo de desenvolvimento dessas iniciativas sofre reveses em consequência das doenças que quer combater - a produção incessante da desigualdade e a segregação da vida na cidade. As novas ocupações e a violência exacerbada pela chegada do crack no Conjunto modificam a forma de relação entre o banco e seus moradores e altera o papel do banco nas dinâmicas e relações locais. Esses contextos trazem novas tensões e velhos dilemas.

5.2 As redes econômicas locais: trabalho e sobrevivência

Aí, eu tenho que dar meu jeito e tenho que botar. Como agora, eu to com duas travessas que eu sei que a pessoa não vai pagar e são 40 reais. Então o que que vou fazer? Eu vou vender. De manhã tava oferecendo pra minha comadre. Aí disse assim: “Comadre, duas travessa 40 reais. Uma é 20.” “Ah, tão cara!” Aí, eu disse: “Mas as coisas da Hermes é assim.” Aí ela: “Como é?” “Travessa de vidro pra micro-ondas, essas coisa assim.” “Porque que tu não falou, não é tão caro assim, não.” Disse: “Mas vai comprar?” Ela: “Não. Mais tarde tu vai lá em casa e a gente vai resolver.” (Entrevista 1).

Por semana, é assim eu nunca teria, assim, uma faxina fixa. Era alguém que me procurava. Então às vezes durante o mês eu tinha uma faxina, tinha mês que eu tinha duas. Agora lavagem de roupa, não. Às vezes eu tinha duas, tinha três. Tinha meses que só tinha uma. Porque dependia muito das pessoas. “Ah, esse mês eu não tenho condição.” E por aí vai. Então eu nunca tinha, assim, um valor x, né?[...] Nessa época, 30 reais uma lavagem de roupa e 20 reais uma faxina. Seria essa a minha renda (Entrevista 2).

Por exemplo, a gente chega na amiga, conversa e fala. Ela: “Ah, vou conseguir uma lavagem de roupa pra você, pelo menos vai te ajudar em alguma coisa. Vou dar um jeitinho. Você vai fazer alguma coisa na minha casa.” Alguma coisa pra ir ajudando, é mais ou menos por aí. É. As conhecidas, pra amiga, né? Arranja, assim, um biquinho. Às vezes não é um serviço... “Ah, vou falar com uma amiga minha. Ela me falou que tava precisando de uma pessoa pra fazer a faxina da casa dela esse mês. Então eu vou chegar lá, vou falar pra você. Vou falar de você pra ela. Então vou conseguir pra você.” Mais ou menos assim (Entrevista 2).

Senão a gente tem a renda do governo, tem a ajuda do banco que é muito importante e tem o que? Tem um marido que ainda arruma um bico aqui, arruma um bico lá. A gente empurra de um lado. Eu trabalho com Hermes, que é uma revista, né? Que vende produtos. Aí, eu saio oferecendo pro pessoal. Aí, quando eles me pagam, eu vou lá e busco o material e entrego. Quanto que eu ganho nessa Hermes? Se eu vender cento e trinta, eu ganho vinte reais. Vinte reais. O que é vinte reais? (Entrevista 1).

Ah, você faz gogó também? Faço. Quanto que ganha cada? Uma caixa de 39 litros, eu ganho R\$ 15,00. [Quanto tempo você leva pra fazer um?] Um gogó? Vinte minuto, quinze. É tempo. É rápido. Quando termino o curso, chego em casa, limpo a casa tudinho, lavo a louça. Vou buscar a menina no colégio. Banho ela, dou merenda a ela e vou fazer gogó. Eu fico até dez e meia da noite, até terminar a novela. Fico assistindo e fazendo (Entrevista 4).

Mas podendo eu vendo, uma mesa dessa com quatro cadeira eu vendo por R\$ 180,00, R\$ 250,00. Aí, me paga cinco pagamento de 50. Tá entendendo? Aí eu vou, aquela de seis cadeiras eu vendo ela aqui [...] Têm uns cartãozinho. [referência a forma como controla o pagamento a prazo dos clientes. Utiliza pequenos cartões de papelão com nome, mês de pagamento e assinatura nos meses já pagos] O senhor quer pagar em quantos meses?"Que a maioria do povo só paga os empréstimos em doze meses [...] Essa aqui é de seis, com uma mesa só. Eu tenho três mesas dessa aqui vendida. Dezoito cadeiras. Tenho cinco mesas pequena com quatro cadeiras daquelas que tem ali. Tenho três daquelas de quatro cadeiras. Tudo pra entregar daqui pra segunda feira (Entrevista 7).

Ao adentrar o vivido e o cotidiano, importa saber como ele se dá na prática diária. Uma primeira aproximação do dia a dia se faz desvendando as redes de relações que se estruturam a partir das vendas, da ajuda mútua, da solidariedade. É em meio a ela que o cotidiano assume o lugar da inspiração, da criatividade e da imaginação, quase sempre com a moldura dura da real repetição em que se constitui a vida.

Nos depoimentos colhidos durante as minhas visitas ao Banco Palmas, com alguns trechos descritos acima, apresenta-se um conjunto de situações de vendas no bairro: a venda de produtos por catálogos, fazer gogó, realizar trabalhos domésticos para fora como lavar e limpar a casa, o galego, entre outras. Há um mercado de serviços e produtos que se faz no círculo feminino: as vendas de catálogo e os serviços domésticos contratados. O comércio caseiro de vendas como biscoitos, balas e *dindim*³⁹ é uma constante no Conjunto e é compartilhado entre homens e mulheres, entre casais, irmãos, pais e filhos que dividem o dia a dia de trabalho. Há também o *galego*, o vendedor de porta em porta, em geral de móveis, para o qual se pode pagar a prazo. Mais do que ser um vendedor, é um crediário ambulante. Um dos entrevistados, cujo relato está transcrito acima (entrevista 7), vende cadeiras, mesas e redes para diversos moradores do Conjunto Palmeiras. É um crediário feito através da venda informal, de porta em porta, para aqueles que mesmo nas lojas populares não conseguem fazer o cadastro para as compras a prazo.

Os relatos são uma narração da concretude da vida, muitas vezes,

³⁹ *Dindim*, no Ceará, é o gelinho, *chup-chup* dos paulistas. É um picolé caseiro feito em casa de suco ou de groselha.

obscurecida pelos grandes números que indicam as diferenças econômicas estruturantes da região sudeste, industrializada e seu operariado urbano, em relação à da região nordeste, com formas econômicas tradicionais e, em algumas delas, um misto de informalidade local e modernização globalizada.

Os traços tradicionais da vida estão presentes nas formas de trabalho e também na organização do bairro: ruas de terra, grandes áreas ainda vazias, pequeno número de animais como cavalos, bezerros e cabras que ainda compõem o cenário da reprodução e da escassez de atividades profissionais. Ao mesmo tempo, há a permanência de um tempo mais lento do que o tempo da cidade, a sociabilidade da rua e do compadrio. Embora haja um fluxo importante de trabalhadores que saem do bairro para trabalhar nas regiões mais centrais, há um grande contingente de pessoas que vive de um mercado que acontece nas ruas próximas à moradia. A rua principal é onde se encontra o comércio mais estruturado com algumas lojas, farmácia, cabeleireiro e pequenos mercados. Há ainda o pipoqueiro da porta da escola, o geladinho vendido de porta em porta, o motoqueiro com o gás na garupa. Ao sair da rua central, amplia-se o número de bicoquinhos, pequenas mesas com bancos na frente das casas e escassos produtos em exposição. Todo mundo vende alguma coisa, mas quem compra? Essa pergunta surgiu após ficar mais de 3 horas com as analistas de crédito que recebiam diversas clientes no balcão, as quais afirmavam vender produtos de catálogo. Em determinado momento perguntei a uma delas: “Quem compra, se todo mundo vende?” A experiência de trabalho nas periferias de São Paulo coloca o olhar em suspensão: as periferias paulistas exalam a exploração pela via do trabalho assalariado, exaustivo, pelas grandes distâncias percorridas no transporte público; já no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, a desigualdade é vivida como ausência de trabalho, isolamento e imobilidade. Não é raro encontrar jovens e crianças que nunca tenham ido à praia, cartão postal que leva turistas do Brasil e de todo o mundo a visitarem a cidade.

A vida acontece ali nas ruas da pequena cidadela. Há alguns circuitos econômicos que revelam o paradoxo do mundo atual. Ao mesmo tempo em que a experiência de imobilidade se apresenta aos moradores do Conjunto Palmeiras, a inserção da economia globalizada bate a algumas portas. *Gogó* é o nome dado ao artesanato de palha que reveste a garrafa da cachaça Ypióca. A empresa que produz a bebida tem origem em Fortaleza e, desde os anos 80, o trabalho de

produção do gogó é feito de forma informal por mulheres moradoras dos bairros periféricos, dentre eles o Conjunto Palmeiras. No ano de 2010, a fábrica foi vendida para a multinacional Johnnie Walker, produtora do famoso uísque Red Label, presente nas mesas das pessoas mais abastadas de todo o mundo. Assim, observa-se que o moderno e o arcaico se entrelaçam na reprodução do capital e nas relações sociais reais (MARTINS, 2013).

O trabalho do gogó sustenta uma rede de relações formada entre quem contrata para o serviço, as mulheres que já são conhecidas pelo trabalho e outras que ficam sob a responsabilidade das primeiras, das quais ganham uma porcentagem. As mulheres ganham cerca de R\$0,15 por gogó. Entretanto esse valor unitário não é o que as referencia para decidir entre o aceite do trabalho ou não, e sim o valor total de produção. Como nas conhecidas facções de costura, também presentes no Conjunto, a quantidade de trabalho realizado fica invisível, apesar das mulheres desempenharem essa função em um número altíssimo de horas, já que realizam-na em meio a outras funções domésticas e de lazer como conversas informais e programas de televisão.

O circuito econômico do bairro é caracterizado, portanto, por empreendimentos do setor de serviços e comércio com as ruas repletas de pequenos botecos, mercadinhos, padarias, docerias, lanchonetes, mecânicas, lojinhas de roupas e cacarecos; na oferta de serviços como cabeleireiro, manicure, consertos de roupas e computador, eletricitista, pedreiro, eletricitista e com vendas de produtos de catálogo como Natura e Avon.

Grande parte desses serviços é prestada de maneira informal e gera rendimentos abaixo do esperado (KRAYCHETE, 2008, 2012; NEIVA et al., 2013). Entretanto, o bairro não se restringe ao mercado informal. Ele é composto, também de mercados como a farmácia, ótica e pequenos estabelecimentos comerciais como lanchonetes, que são formalizados e, inclusive, empregam trabalhadores locais. Há também as entidades sociais e os serviços comunitários no bairro que, também, têm em seu quadro técnico moradores do bairro. No trecho descrito abaixo, a história de trabalho da moradora e hoje funcionária do Banco Palmas é vinculada às ações sociais do bairro. O Centro de Nutrição, presente no histórico de formação do bairro, foi uma das primeiras iniciativas dos moradores no cuidado à desnutrição infantil. Desempenha, até hoje, uma atuação importante no bairro e, simbolicamente, representa os primeiros anos de luta dos moradores. O depoimento também mostra

como a institucionalização e a chegada estatal nos territórios pode modificar essa relação. A creche na qual a moradora trabalhava tornou-se pública e passou a requisitar apenas pessoas graduadas. Ela foi, então, acolhida por um projeto social do bairro, tendo que lidar com a instabilidade do emprego em função do interesse dos financiadores.

[...] Eu entrei no Centro de Nutrição por causa dela. Ela ficou desnutrida, a minha filha mais velha. Quando eu tive, a minha mãe me expulsou de casa. Minha mãe disse ou eu dava a menina ou ia pra fora. Aí, eu resolvi ficar com ela. Aí, ela só mamava. Aí, eu fui morar com o meu pai. Ela só mamava. Quando foi pra tirar da mama, ela começou a ficar desnutrida, porque ela só queria saber de mamar e não queria comer outra coisa. E, aí, surgiu a vaga no Centro de Nutrição pra quem tinha o ensino fundamental. [...] Eu comecei a trabalhar lá com 19 anos de educadora infantil. Eu trabalhei 12 anos como educadora infantil. Aí, a creche fechou, passou pra prefeitura e eles quiseram só pessoas graduadas. Eu não tenho a graduação. Mas, aí, não saí de lá. Ela me colocou pra trabalhar no projeto. Só que o projeto durou dois anos também e não quiseram mais financiar o projeto. E, aí, a... Eu tava, eu tava só voluntária lá, sabe? Ela me dava o que ela queria, a coordenadora e tava numa fase realmente muito difícil da minha vida. Por que eu saí? Porque aí já tava, eu já tava trabalhando com o projeto. E projeto, sabe que quando financiador não quer mais pagar... Ah, porque foi repassado. A creche era do governo e foi passado pra prefeitura. Aí, a prefeitura só pegou professores graduados. Graduado. E eu era uma das únicas que não tinha. Tinha umas três só que não tinha, que era eu e mais duas. E nós três fomos pro projeto. E, aí, a minha vizinha me chamou, perguntou se eu queria trabalhar de carteira assinada e tudo. Ela disse: "Tão querendo indicar algumas pessoas pra trabalhar no Palmas e tão pedindo currículo pra entregar pro presidente da associação", que era ali. Aí, eu fui na hora e entreguei meu currículo pra ela. Mas eu já participava de algumas coisas do Palmas, reuniões do FECOL. Eu sempre fui muito participativa nessas coisas de obras sociais. Participava mesmo. E lá também tem uma parceria com um Centro de Nutrição, né? E a gente já tinha uma ligação com o Palmas. Aí, eu já fui chamada, porque ia abrir o ponto no Sítio São João e eles precisavam de três pessoas que moravam no Sítio São João. E tava com, mais ou menos, um ano que eu tinha mudado pro Sítio São João. Aí, ele, ele avaliou os currículos e me chamou. Eu ainda tava trabalhando de voluntária no Centro de Nutrição. Aí, ele disse: é você." Eu disse: "É. Sou eu." Ele: "Nossa, todo mundo conhece você, não sei o que." "Pois é." Aí, ele falou o que era o projeto, né? E ele disse que a gente ia participar de um treinamento e ia estagiar. Se passasse no estágio, ficaria trabalhando no Palmas. Nisso eu entrei. Aí, eu só saí e lá e vim pra cá, direto, no Centro de Nutrição. Essa oportunidade foi muito boa, porque realmente eu tava querendo mesmo um emprego. Mãe de três filhos, sozinha, desesperada. Chegou numa boa hora. Eu gosto muito (Entrevista 6).

5.3. O vivido e seus tempos: o Banco Palmas e o seu substrato social

Atrelar economia e vida é compreender as diversas dinâmicas que ocorrem dentro do bairro, pois é lá que se estruturam as bases de sustentação do banco comunitário. Esse é mais um fio que se articula à **trama** da vida social naquele território. Inspirando-me em Maria Helena Souza Patto⁴⁰ retomo o sentido de trama para discutir o processo de pesquisa,

Trama: conjunto dos fios que os tecelões fazem passar com a lançadeira entre os fios estendidos do urdimento e transversalmente a estes. Fio, que se conduz com a lançadeira através do urdume da teia. O urdume é uma fibra tecida. Estas fibras produzem um fio suficientemente forte para serem mantidos sob tensão como urdume. A trama é o fio que é tecido para a frente e para trás, através do urdume, para se confeccionar o tecido.

A trama é cerzida no urdume. Ele é a base sob a qual se entrelaçam os fios transversalmente, criando a tensão no tecido. A relação do banco comunitário com o todo social aproxima-se do movimento da trama a ser cerzida no urdume das determinações sociais e da hibridação das formas sociais que se entrelaçam. Essa analogia nos ajuda na definição do papel do Banco Palmas na dinâmica do Conjunto Palmeiras – algo que faz a ligação e que ao mesmo tempo mantém certa tensão.

Esse movimento duplo está contido na noção de mediação: tensão que vem da relação com a centralidade que assume a esfera financeira atualmente; ligação contida na articulação entre economia e a vida, buscando uma forma de “mudar a vida” (LEFEBVRE, 1991b).

Descrever o momento atual do capitalismo financeiro tornou-se necessário para a compreensão dessa tensão. Por um lado, ao dar forma ao que, hoje, é o horizonte irracional da modernidade econômica, por outro, ao marcar o elo perverso de seus mecanismos na configuração do mundo social. Além disso, passear pelos textos que tratam dos mecanismos financeiros, leva-nos aos resultados da tão conclamada revolução tecnológica. É o desequilíbrio quase perfeito entre modernidade e produção da barbárie, visível pelo aumento da desigualdade e da miséria pelo mundo⁴¹.

⁴⁰ Tive o prazer de participar da banca de qualificação de Cris Fernandes Andrada na qual Maria Helena Souza Patto foi uma das arguidoras. Com fala precisa trouxe a definição de trama para refletir sobre o processo do trabalho de pesquisa em questão.

⁴¹ Segundo relatório apresentado pela Oxfam, a renda conjunta de 3,5 bilhões de pessoas representa

As contradições do mundo atual se encontram na dinâmica e nas relações que sustentam o Banco Palmas, contudo, em outras roupagens: finanças e relações de vizinhança, bairro pobre que tem seu próprio dinheiro, crédito na tensão entre inserção e 'im'possível solução. Um dos traços fundamentais do Banco Palmas é a coexistência entre a formalidade de um ente externo e a proximidade de uma relação em família.

Mais do que o sentido econômico, a tarefa aqui é a compreensão do significado duplo do banco como produção e produto, também contidos na noção de mediação: o primeiro, como instituição mediadora de novas referências e produtora de novos sentidos para o fazer econômico, social e político; o segundo, como produto, portanto, como representação concreta de um conjunto de práticas, valores e modos de vida presentes no bairro.

Para essa empreitada analítica, fui ao encontro das noções de cotidiano, História e formação econômica e social, conforme apresentadas por Martins (2013), tendo como inspiração autores de tradição marxista, principalmente, Henri Lefebvre (1980, 1991a, 1991b) que, ao se distanciar de uma visão economicista dos processos sociais, visa à compreensão das ambiguidades e articulações entre as continuidades e descontinuidades da construção histórica no âmbito do vivido.

Lefebvre (1980), no texto "Estrutura social: reprodução das relações sociais", ao fazer uma tecitura dos acontecimentos históricos e das apropriações e leituras da teoria marxista, descreve o deslocamento que foi ocorrendo da noção de processo para a de estrutura. Em função disso, as discussões sobre a reprodução das relações sociais ficaram submersas às teorizações macroestruturais. O autor critica os teóricos marxistas que atrelaram, de forma direta, ao conceito de modo de produção todas as outras dimensões da vida social, tratando todos os fenômenos como efeito e resultado direto do primeiro. As suas ideias caminham, portanto, no sentido contrário reposicionando o debate sobre o lócus de reprodução das relações sociais que para ele está, no cotidiano, no espaço e nos lazes. O cotidiano, para

o mesmo que a renda das 85 pessoas mais ricas do planeta. Esse dado sozinho indica a diferença gritante entre pobres e ricos, entretanto quando analisado no tempo ele é resultado do aumento gritante da desigualdade nos diversos países do globo, sejam desenvolvidos ou não. Segundo o relatório, 7 em cada 10 pessoas vivem em países onde a desigualdade econômica tem aumentado nos últimos 30 anos. FUENTES-NIEVA, Ricardo; GALASSO Nicholas. Working for the few: political capture and economic inequality. In: Oxfam Briefing Paper, 20 janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.oxfam.org/en/policy/working-for-the-few-economic-inequality>. Acessado em: 1 de fevereiro de 2014.

Lefebvre, é um produto histórico e, por isso, revela as determinações e circunstâncias em seu caráter concreto, mesmo que residual. Compreender o residual é conseguir desvendar o vivido, suas temporalidades e formas sociais.

Com essa perspectiva, mover os olhos para a vida cotidiana, não significa perder de vista as condições objetivas que determinam a vida social, ao contrário, é afirmar que essas condições nela se tornam visíveis e adquirem forma particular. Nas palavras de Martins (2013, p.12), “é na vida cotidiana que a História se desvenda e se oculta”.

Nesse processo de busca pela interpretação da experiência vivida e de seu sentido, podemos encontrar os substratos das relações e práticas que articulam ação econômica e mundo social. Martins (2013), a partir de Lefebvre, pontua a relação entre economia e sociedade:

O homem age sobre a natureza na atividade social de atender suas necessidades [...] o econômico é a natureza transformada que dá a base material na qual o homem constrói o sentido daquilo que faz e do que carece (MARTINS, 2013, p. 103).

Ainda em companhia de Lefebvre, Martins (2013) retoma o conceito de **formação econômica e social**, designando-o como “o conjunto do processo histórico” (MARTINS, 2013). Articula a esse conceito, a lei do desenvolvimento desigual compreendido aqui como o descompasso entre as temporalidades do acontecer econômico e social, indo além da visão economicista mais difundida: “ela significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente no mesmo ritmo histórico” (LEFEBVRE *apud* MARTINS, 2013, p. 102). Nas palavras de Martins (2013):

A noção de formação econômica e social é retomada por Lefebvre no preciso sentido de coexistência dos tempos históricos. [...] Quais são as raízes históricas dessa coexistência? O atraso do real em relação ao possível, o social em relação ao econômico (MARTINS, 2013, p. 104).

As iniciativas de economia solidária, a exemplo dos bancos comunitários, apontam para a tentativa de articular esse processo desigual ao estabelecerem uma relação que não ponha o homem distante de sua produção, mas que o aproxime de

sua humanidade. Elas se caracterizam por uma prática cotidiana transformadora, na qual não há compreensão das condições materiais para a superação do capitalismo sem que essa esteja intrinsecamente ligada às práticas e aos sentidos que medeiam a existência desses processos.

Ainda, segundo Martins (2013):

Na concepção lefebvriana de contradição, os desencontros são também desencontros de tempos e, portanto, de possibilidades. [...] Porque é o desencontro das temporalidades dessas relações que faz de uma relação social em oposição a outra a indicação de que um possível está adiante do real e realizado (MARTINS, 2013, p. 106).

Essa tensão é intrínseca às iniciativas de economia solidária, pois seus participantes vivem na prática as contradições que permitem a crítica às relações de dominação, ao mesmo tempo em que tentam ampliar a possibilidade de sua superação.

Assumir uma leitura que articula as permanências das estruturas do passado à sua redefinição no presente, é realizar o que Martins define como uma **sociologia da história lenta**:

A perspectiva que posso chamar de uma sociologia da história lenta permite fazer uma leitura dos fatos e acontecimentos orientada pela necessidade de distinção no contemporâneo a presença viva e ativa de estruturas fundamentais do passado. [...] Mais do que isso, uma sociologia da história lenta permite descobrir, e integrar na interpretação, estruturas e instituições, concepções e valores enraizados em relações sociais que tinham o pleno sentido no passado e que, de certo modo, só de certo modo, ganharam vida própria. É sua mediação que freia o processo histórico e o torna lento. Não só porque reduz o âmbito da tomada de consciência das verdadeiras dificuldades da transformação social, mas porque também atenua ou reorienta o sentido das ações de propósito transformador (MARTINS, 1994, p. 14).

Para tal tarefa, torna-se essencial retomar o histórico de formação da sociedade brasileira e buscar seus descompassos e continuidades que podem servir à produção do novo. Martins (2013) apresenta no texto “As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil”, sua leitura sobre as características de formação da sociedade brasileira e revela a nossa inconclusa modernidade marcada por combinações entre o moderno e o arcaico. O Banco Palmas contém também

esse traço que agrega o tradicional aos símbolos do moderno. As ferramentas financeiras – mecanismo mais bem acabado do processo de acumulação e da impessoalidade das relações econômicas – tomam forma familiar entrelaçadas às pessoas, aos seus nomes, à rua de moradia e à relações de vizinhança. Não há assimilação dos símbolos do moderno, mas sua apropriação – ideia que contém uma dimensão política e crítica aos imperativos da lógica financeira. O cartão de crédito, a moeda social e o próprio crédito exercem as funções existentes no capitalismo contemporâneo e as transcendem pela articulação com relações sociais predominantemente baseadas na familiaridade, proximidade e vizinhança – relações de trato, como define Martins (2013). Ao reconstruir essas funções, a partir de valores como igualdade e justiça social, o banco comunitário estabelece um novo arranjo que, assimilando as ferramentas e mecanismos da moderna economia, faz emergir elementos para uma possível crítica à lógica atual. A defesa da existência de um banco da comunidade já coloca luz às irracionalidades do sistema econômico atual.

Todo o fazer do banco comunitário remete à nossa cultura popular. O cordel da educação financeira transcrito abaixo⁴² foi elaborado para oficinas com moradores, e cada verso desvela o popular destituindo as forças do discurso hegemônico das finanças, ao mesmo tempo em que o afirma presente na vida da população:

⁴² Pelo cordel ser muito extenso, optou-se por registrar os versos que representassem a discussão em questão.

[...]
 Há uma grande diferença,
 Nas duas economias
 A solidária é do povo
 A outra é da burguesia
 A nossa é sem frescura
 A transação é segura
 E não tem burocracia

E na vida financeira
 É bom prestar atenção
 Porque de uns tempos para cá
 O Cão fez a invenção
 E espalhou no comércio
 Esse tal de Cartão de crédito
 Pense numa ilusão!

A gente pega o cartão
 Fica logo diferente
 Sai comprando feito doido
 Tudo que tem pela frente
 Pensando que não tem juro
 Bate a cara contra o muro
 E cai na rede doente

Confiando no dinheiro
 Que vem do Bolsa Família
 Se enche de prestações
 E com os nervos em pilha
 Falta a feira, falta o pão
 Ela isca do cartão
 Foi parar num armadilha

[...]
 Mas não fique derrotado
 Nem com raiva do cartão
 É só comprar com mais calma
 Calcula a prestação
 Examine sem alvoroço
 Se ela couber no teu bolso
 Não vai lhe faltar feijão

[...]
 Além de comprar de tudo
 Eu também posso pagar
 Qualquer conta por aqui
 Basta só telefonar
 Pense um serviço maneiro

É se transferir dinheiro
 Através do celular

[...]
 Essa é a grande vantagem
 De um banco comunitário
 É perto de nossa casa
 Não faz ninguém de otário
 Tem crédito para todo mundo
 Nesse assunto me aprofundo
 Vou debulhar o rosário

Mesmo falido e mal pago
 Voando doido da asa
 Nome sujo no comércio
 SPC e SERASA
 No Palmas você tem crédito
 Vá lá e faça um empréstimo
 Volte com moral para casa

Lá os juros são mais baixos
 Do que barriga de cobra
 E agora com o celular
 Você compra paga e sobra
 Com educação financeira
 A vida sem quebradeira
 Melhora de hora em hora

Mas é bom ficar atento
 No valor que vai pegar
 Tem o juro, tem a TAC
 E a prestação pra pagar
 Não adianta encher o bolso
 E depois andar no osso
 Porque foi se endividar

Tenha cuidado também
 Não vá cegar com a luz
 Se lhe oferecerem crédito
 Que nem prato de cuscuz
 Tem alguma coisa errada
 Cuidado com a lenhada
 Se agarre com Jesus

(Criação coletiva Parahyba e Cia Bate
 Palmas, 2012, 39 versos).

Simmel, sociólogo alemão, analisou, a partir de sua própria vivência na Alemanha do início do século XX, a consagração do mundo moderno. O autor era um crítico dos processos que estavam em curso como o surgimento das grandes cidades, a racionalização do trabalho e a formação de uma cultura e de uma subjetividade individualista. Embora tenha uma visão crítica, Simmel (2009) aponta uma ambiguidade trazida pela época moderna: ao mesmo tempo que gera o enfraquecimento das relações tradicionais ligadas ao pertencimento, também permite mais liberdade e maior independência no estabelecimento de novas relações. É a passagem da pessoa para o indivíduo moderno.

O autor dá especial atenção à articulação das mudanças sociais à economia e considera um dos resultados da desconexão e da subjetividade individual da vida moderna a economia monetária.

Assim como o dinheiro em geral fez surgir – como resulta, evidentemente, da nossa explicação – uma proporção radicalmente nova entre liberdade e compromisso, a reunificação, enfaticamente estreita e inevitável, efetuada por ele provoca, por outro lado, a consequência estranha de abrir um espaço extraordinariamente vasto para a individualidade e para o sentimento de independência. O homem das épocas econômicas anteriores encontrava-se na dependência de poucos outros homens, mas estes outros eram individualmente bem definidos e impermutáveis, enquanto hoje em dia dependemos muito mais de fornecedores, mas podemos permutá-los ao nosso bel-prazer. Precisamente uma tal relação tem de gerar um forte individualismo, pois não é o isolamento em si que aliena e distancia os homens, reduzindo-os a si próprios. Pelo contrário, é uma forma específica de se relacionar com eles, de tal modo que implica anonimidade e desinteresse pela individualidade do outro, que provoca o individualismo.

Conforme a nossa caracterização da época moderna, a organização monetária possibilita, diferentemente dos tempos nos quais cada relação externa era simultaneamente pessoal, uma distinção mais pura entre a ação econômica objetiva do homem e a sua coloração individual, o seu próprio ego, que agora se afasta daquelas relações e quase se retira em direção às suas esferas mais íntimas. Para o autor, o dinheiro por ter se tornado o valor equivalente a todas as coisas faz com que se perda a dimensão qualitativa das coisas e tudo se resume a sua dimensão quantitativa (SIMMEL, 2009).

Como proposto pelo autor, um dos resultados da monetarização foi a liberdade dada ao homem e a impessoalidade no estabelecimento das relações sociais e econômicas. Tem-se, assim, uma ampliação do círculo de relações, mas as relações tornam-se menos coesas.

Outra importante característica que possui o dinheiro é a função de equivalência de valor. Por ser uma medida quantitativa, o dinheiro faz com que as trocas passem a ocorrer baseadas mais no valor econômico do objeto do que por suas qualidades, reduzindo a relação do homem com as coisas do mundo a um cálculo quantitativo:

O lado qualitativo dos objetos perde a sua importância psicológica por causa da economia monetária. O cálculo necessariamente contínuo do valor em dinheiro faz com que este apareça, finalmente, como o único valor vigente. Vivemos passando, sem perceber, cada vez mais rápido, pelo significado específico, não-qualificável, das coisas, e este se vinga, agora, por meio daqueles sentimentos, tão modernos, que abafam, enfraquecem.

Sentimos que o núcleo e o sentido da vida escapam sempre, a cada vez, das nossas mãos; as satisfações definitivas realizam-se cada vez menos; sentimos, enfim, que todo esforço e toda atividade, na verdade, não valem a pena. Não quero afirmar que a nossa época já se encontra inteiramente numa tal situação psíquica. Mas, lá onde existe uma aproximação daquele estado de coisas, temos, com certeza, uma conexão com a subordinação crescente dos valores qualitativos pelos valores quantitativos, pelo interesse a um mero mais ou menos quantitativo. Só os primeiros satisfazem os nossos desejos de maneira definitiva (SIMMEL, 2009).

Alguns autores, como Lowy (1990), localizam as ideias de Simmel em uma perspectiva anti-capitalista romântica junto a outros pensadores alemães do início do século XX. Essa perspectiva recusa a “ilusão de retorno às comunidades do passado e à reconciliação com o presente capitalista, procurando uma saída na esperança de futuro [...] a nostalgia do passado não desaparece, mas se transmuda em tensão voltada para o futuro pós-capitalista” (LOWY, 1990, p.16). Assim, o traço romântico de recusa à sociedade industrial assume um caráter de resistência e de denúncia às misérias do moderno diante da alienação do homem em relação ao trabalho e da sua desumanização.

Em diálogo com esse caráter exercido pela tradição que se transforma em resistência presente na obra de Simmel, retorna-se à leitura de Martins (2013) sobre as contradições de nossa modernidade tupiniquim. Reconhecendo a distância entre tempos históricos e contextos sociais, o autor analisa o papel da manutenção da tradição na sociedade brasileira como um modo de crítica, que se transveste de resistência ao novo. A permanência das relações tradicionais significa tanto a nossa inconclusa passagem para a modernidade como a recusa a suas irracionalidades.

Ainda com essas lentes, parece-nos que a experiência do Banco Palmas contém esses elementos relativos a nosso processo de modernização à brasileira. O Banco Palmas assume o inautêntico de nossa modernidade, não ao recusar seus símbolos, mas incorporando a eles o popular e tornando essas relações base e possibilidade da produção de novos valores no campo econômico e social.

A moeda social, um dos instrumentos do banco comunitário, ao invés de monetarizar as relações, exerce função contrária, revitalizando e colocando luz às relações de solidariedade e cooperação. Em uma das formações da qual participei para a criação de um banco comunitário na cidade de São Carlos, após um debate sobre moeda social e banco comunitário, uma das participantes expressou: *“Nunca pensei que dinheiro pudesse unir as pessoas”*. Em uma pesquisa piloto sobre o sentido da moeda social para seus usuários (BRAZ, 2011) - um dos relatos apontou o que chamei de “função de cartão de visitas” para uma nova moradora do bairro. A entrevistada contou que, apesar de frequentadora antiga da associação gestora do banco, não fazia compras nos mercados locais por morar em um bairro mais distante. Ao mudar de residência e ficar mais próxima à região de abrangência do banco comunitário, passou a usar a moeda social. Na primeira compra no açougue, por portar a moeda social, foi recebida como uma “conhecida” pelo dono do estabelecimento, pois se tinha em mãos a moeda social era porque conhecia a associação que tinha legitimidade no bairro. Foi, assim, legitimada pelo uso do dinheiro. Esses são alguns exemplos do papel social e simbólico que assume a moeda social para o banco comunitário.

As palavras de Joaquim Melo revelam esse jogo de sentidos e apropriações:

É importante destacar que este mercado gerado e ampliado na comunidade do Conjunto Palmeiras não se trata de uma simples transação comercial. Neste sentido, o cartão agrega um componente político que precisa ser desvendado. Tem uma coisa que transcende o cartão (e invisível) que é esta relação que tem entre produtor/consumidor, associação com morador, comerciante com associação. Então esse cartão foi um elo, um fio que facilitou na prática este relacionamento um com o outro e com todos nós ao mesmo tempo [...] O cartão cria relações sociais que vão aumentando esse grau de relação entre as pessoas. Esse aspecto é fundamental (MELO NETO; MAGALHÃES, 2008, p. 49).

5.4 O lugar: a apropriação das técnicas e suas tensões

Dando continuidade às análises das apropriações que o Banco Palmas realiza, é possível estabelecer um diálogo com as ideias de Milton Santos. O autor desenvolveu a noção de meio-técnico-informacional para debater o processo de globalização e a homogeneização dos territórios. Essa noção permite estabelecer a relação entre a iniciativa local do Banco Palmas e o processo mais amplo de financeirização. Além disso, em suas proposições, o autor apresenta as possíveis reações aos vetores homogeneizantes das finanças, o que permite colocar o banco comunitário como um possível esforço de resistência ao se apropriar das ferramentas financeiras segundo a lógica local.

O sobrevoo pelas ideias do autor estabeleceu um diálogo profícuo, embora ainda superficial, entre a noção de **lugar** e de **cotidiano**. Por um lado, o conceito de **cotidiano** nos aproxima da vivência e da experiência dos homens a partir da compreensão do vivido – dimensão simbólica – e, por outro, o conceito de **lugar** nos permite discutir os movimentos de apropriação da técnica – dimensão material. O conceito de lugar transforma a abstração das relações sociais e o processo de constituição do sujeito em materialidade.

Apenas o espaço é um misto, um híbrido, formado como já o dissemos, da união indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Os sistemas de objetos, o espaço-materialidade, formam as configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço. Este espaço - o espaço geográfico - é mais que o espaço social dos sociólogos porque também inclui a materialidade (SANTOS, 2006, p.199).

A noção de lugar, também, contém a ideia de mediação ao caracterizar a apropriação de sistemas técnicos disponíveis para a transformação dos territórios. Santos (2006) propõe o espaço como um sistema de objetos e ações que interagem e compõem uma dinâmica na qual o sistema de objetos condiciona a ação que produzirá novos objetos. Ou seja, o sistema de objetos só ganha existência e finalidade se ligado a um dado uso, ao mesmo tempo, esse uso gera a criação de novos sistemas que modificam a forma como pode se dar o uso de um novo conjunto de objetos. Dessa forma, cada grupo humano e cada território faz um uso diferenciado do conjunto de sistemas técnicos disponíveis que acarretarão numa

nova organização do uso do território e que poderão proporcionar o surgimento de novos sistemas. E é esse processo que define o lugar, não como o lócus do cotidiano, ou seja, não como lugar em que as ações se efetivam, mas a interação que se dá entre as técnicas e a ação humana que faz o **lugar**. Nas palavras de Santos (2006): “É o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica” (SANTOS, 2006, p. 36).

Como visto no capítulo I, os processos financeiros e globalizantes foram possíveis, em grande parte, pelo desenvolvimento das técnicas da informação e comunicação. Essas técnicas permitiram não só a ligação entre diferentes sistemas técnicos, produzindo um sistema integrado, como também a sua difusão de forma ampliada e simultânea nos territórios. Essa articulação entre os sistemas técnicos se faz dentro de uma única lógica de acumulação, marcando o mundo atual como um período de unicidade técnica (SANTOS, 2001).

Embora haja possibilidade de um uso generalizado de um mesmo conjunto de técnicas em diferentes territórios, esse uso não se encontra à disposição para os diversos atores. O sistema técnico informacional atende a um grupo hegemônico que determina o modo de funcionamento das diversas dimensões da vida social. Forma-se uma racionalidade produtiva homogênea que busca a totalização.

Porém, como há atores excluídos e lugares menos modernizados, é produzida uma coexistência de territórios, sendo uns dominados pelos sistemas técnicos mais desenvolvidos, e outros menos submetidos a tais totalizações. Esses últimos, tornam-se, assim, mais livres da lógica centralizadora, o que permite usos diferenciados do território segundo outra racionalidade. Entretanto, o contra-hegemônico não deve ser confundido com o que está no isolamento, mas sim como resultado do conflito da lógica hegemônica com outros usos dos sistemas técnicos. Como coloca Santos (2006):

A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade. E é nesta tensão que constroem suas ações (SANTOS, 2006, p.137).

O Banco Palmas pode ser pensado, portanto, como uma mediação dentro dessa chave. Ele é a bricolagem de um conjunto de práticas e discursos vinculados ao contexto e à dinâmica local: economia solidária, microcrédito, desenvolvimento local e alternativo. Através dessa bricolagem, os moradores se apropriam de técnicas e ferramentas financeiras disseminadas dentro da lógica da financeirização da economia, dos territórios e da vida. Assim, se estabelece uma tensão entre a lógica verticalizada das finanças e a lógica de apropriação territorial. O nome já anuncia essa tensão: "banco", que indica uma instituição caracterizada pela centralização, e "comunitário", indicando o processo de apropriação.

Entretanto, há uma racionalidade organizacional que tenta se impor a uma lógica dos processos locais, mais soltos, menos instrumentalizados, mais ligados às relações de confiança e proximidade. Como disse o trabalhador de um dos bancos comunitários: "*Minha senhora, você não está entendendo, o sistema aqui é nós!*" A frase indica o reconhecimento da mobilidade para alterar a forma de fazer em função do contexto e das necessidades locais.

Se, por um lado, os bancos comunitários tentam imprimir uma dinâmica oposta no território em relação à lógica hegemônica, por outro, essa lógica se faz presente constantemente por um conjunto de discursos e práticas que buscam homogeneizar essas práticas. Ou seja, há a produção de uma certa contrarracionalidade em relação à racionalidade hegemônica.

Essa coexistência de lógicas pode ser analisada com relação a oferta de serviços de correspondente bancário. Os serviços financeiros se encontravam distantes dos territórios considerados pobres e são incorporadas ao território com o uso dos correspondentes bancários, como vimos anteriormente. No Conjunto Palmeiras, o serviço de correspondente passou a ser oferecido pelo próprio banco comunitário, imbutindo novo uso a este novo sistema técnico instalado. O correspondente contribui para a estratégia de desenvolvimento territorial pelo fato dos moradores poderem sacar seus benefícios e salários dentro do bairro, facilitando que o consumo seja realizado naquela região, dando maior liquidez ao território. Entretanto, os depósitos feitos pelos moradores no correspondente não podem ser utilizados segundo a dinâmica do território nem a construção de novos produtos que sirvam, de fato, ao contexto local. Ou seja, é possível pensar em um ponto de tensão entre o uso do correspondente mais articulado à dinâmica local e a ligação a

interesses externos à comunidade.

A adjetivação de banco exprime a busca pelo reconhecimento dentro do campo financeiro e bancário. E, ela tenta se efetivar, com as diversas parcerias que o Banco Palmas estabelece com os bancos públicos e no diálogo com os bancos privados. A frase dita por Joaquim Melo em uma reunião no Instituto Palmas: "*Cansei de ser exótico*", demonstra que a metodologia do banco comunitário criou um modo de fazer, mas não quer ser considerada fora do debate daquilo que seriam as finanças "oficiais". A tensão só é possível num campo compartilhado de práticas e sentidos. Mais uma vez, é no fio da navalha que vão se constituindo essas novas práticas.

Algumas ações vão no sentido de marcar uma diferenciação e estabelecer uma certa disputa de modelo, mas muitas delas vão assumindo um caráter de certa "sujeição" à lógica mais racionalizada desses agentes - bancos públicos, financiadores, instâncias governamentais. Essa sujeição se dá mais no discurso do que na prática, já que, se lançarmos um olhar mais atento à prática cotidiana, veremos que esse discurso parece mais proteger esse modo de fazer do que, de fato, modificá-lo.

No começo de suas atividades o Banco Palmas fazia de forma mais "caseira" os processos de concessão, o controle de sua carteira e mesmo a gestão do banco como um todo. Hoje, implantaram um software de gestão para controlar melhor suas atividades de crédito. O que isso pode mudar na forma de trabalho do banco? A tensão entre a racionalização da gestão e o enrijecimento das práticas parece ser algo cada vez mais presente. Entretanto, o principal objetivo de atingir a população do bairro está claro para todos. Dessa forma, os procedimentos, regras e normas devem conseguir coexistir a esse objetivo e não atrapalhá-lo.

Interessante analisar o uso que se faz do sistema de gestão instalado. Do ponto de vista administrativo, facilitou muito o trabalho de armazenamento de dados, diminuiu o tempo para a concessão dos créditos e aumentou a capacidade de geração de dados, análises e sistematizações. Esse programa de gestão foi elaborado para instituições de microcrédito mais tradicionais e possui, por exemplo, uma função de travamento para a liberação dos créditos por parte do analista, pois nas instituições de microcrédito há uma hierarquia e diferença de poder entre os gestores da instituição e os agentes de crédito, de forma que os primeiros precisam

de mecanismos de controle frente aos últimos. Esse dispositivo não é utilizado no Banco Palmas, e a regra é a de que as analistas de crédito tem poder para decidir pela concessão de créditos de até R\$ 500,00. Essa decisão se dá por serem créditos de menor valor e pela rapidez e facilidade na liberação. Entretanto, como será discutido adiante, as próprias analistas fazem uso do sentido de controle dado pela existência do sistema. Quantas vezes não ouvimos a frase "o sistema não permite" para que um atendente encerre a discussão? No Banco Palmas, embora o sistema dê a liberdade necessária para que se possa atender a população conforme suas necessidades, ele exerce, também, uma função importante na mediação entre o banco comunitário e a população. Muitas vezes, essa é a saída para os casos em que as analistas sabem que o pedido do crédito é maior do que a possibilidade de pagamento do cliente ou quando atendem alguém muito próximo, como um familiar.

Outro elemento importante nessa relação com os moradores usuários do serviço de crédito é o nome dos clientes nos sistemas de proteção ao crédito. Esses sistemas existem para dar maior segurança às instituições financeiras nos processos de concessão de empréstimos, financiamentos e crediários.

Em função do desenvolvimento das tecnologias de informação e telecomunicação, estar com o "nome sujo" exclui as pessoas dos sistemas formais de crédito. Dessa forma, se o banco comunitário faz uso desse instrumento, pode significar certa homogeneização de sua prática a essa lógica. Entretanto, o uso que é feito dessa ferramenta, mais uma vez, não segue o padrão tradicional e excludente. No caso da linha de crédito Bolsa Família, se a cliente é recebedora do benefício do programa social e tem o nome sujo, ela terá que participar de uma reunião sobre educação financeira e poderá pegar um crédito chamado "crédito semente" de R\$ 50,00 que serão pagos em 2 meses. Caso ocorra o pagamento, ela ficará liberada para tomar um crédito de até R\$ 100,00 para pagamento em até 4 vezes. E caso pague esse crédito, passa a poder pegar de R\$ 150,00 a até R\$ 500,00 se desenvolver alguma atividade produtiva. Se após algum tempo, houver necessidade de um crédito maior, a cliente entra nas linhas de crédito tradicionais do banco. Para o Banco Palmas, o que importa é a história de pagamento do cliente no banco comunitário. Já o estímulo ao pagamento das dívidas no SERASA é feito a partir das formações em educação financeira.

No caso de um cliente que tenha um empreendimento maior, precisa de um

valor maior de crédito e tenha o nome sujo, o seu crédito será vinculado à apresentação de um avalista e, dependendo do seu histórico de dívidas, o crédito pode ser concedido caso fique clara uma dívida indevida e não uma sucessão de não pagamentos. As analistas de crédito fazem uma primeira avaliação ao perguntar para a pessoa se ela tem ou não o nome sujo. Se a pessoa tiver e responder que sim, já é um sinal positivo para continuar o processo de concessão. O contrário é válido se a resposta, nesse, caso for negativa, pois já configuraria uma omissão de informação. Outra variável importante é o número de inserções nos sistemas de proteção de crédito, pois para o Banco Palmas faz diferença se é uma dívida alta de cartão de crédito ou dívidas menores em diversas lojas. A primeira situação pode indicar o resultado da perversidade dos juros exorbitantes frente ao não pagamento da fatura mensal, já a segunda fica mais próxima da noção de “calote”. O banco, assim, trabalha na tentativa de efetuar um efeito de justiça e reparação no primeiro caso, instituindo outra lógica em que baseia o crédito, em meio às outras diversas situações representadas pelo segundo caso.

Há outro debate que é possível fazer nessa tensão entre o local e a lógica administrada que diz respeito à relação com parceiros públicos e privados. Esse movimento de tensão com os parceiros está presente desde os primeiros projetos desenvolvidos pelo Banco Palmas.

Em abril de 2002 tivemos uma auditoria geral no Banco Palmas encomendada por um dos financiadores internacionais. O preenchimento de alguns recibos refletia a visão alternativa de mundo, a tensão de lógicas – mercantil e solidária – e a convivência com a relação de solidariedade que se estabelece no Banco Palmas. Podemos citar, como exemplo, um recibo que correspondia ao pagamento de um grupo cultural que fez a animação de nossa feira de produtores locais. Era um grupo humorístico do bairro que fez várias brincadeiras com os participantes da feira. Na hora do pagamento a caixa do banco preencheu o seguinte recibo a ser assinado pelo humorista: “Recebemos da associação de moradores do Conjunto Palmeira, a importância de R\$ 30,00 (trinta reais) referente à uma hora de palhaçada. Imagine a bronca do auditor: “O que? Aqui vocês pagam para fazer palhaçada” (MELO; MAGALHÃES, 2008, p.T-16).

Se, em 2002, esse relato poderia ser contado como anedota, hoje as formas de controle e gestão dos recursos, tanto do poder público como das agências financiadoras, têm dificultado a ação das instituições sociais. Ao seguir a lógica administrativa empresarial, tendo em vista sempre a eficiência e eficácia dos processos, estabelece uma defesa irracional das inúmeras ferramentas desenvolvidas para o mundo corporativo.

Como constituir uma relação de parceria com o poder público que consiga manter a institucionalização necessária para garantir a dimensão pública e não impeça o uso da lógica da proximidade no desenvolvimento das ações?

Há uma tensão na busca do equilíbrio desses elementos na relação local do banco com os moradores e com a construção coletiva no bairro, e há uma tensão externa com o poder público e com os financiadores.

Uma das faces do problema é o fato de que a ideia de institucionalização tem sido considerada como sinônimo de formalização, burocratização e legalismo, elementos que vão moldando as relações Estado-sociedade civil e, muitas vezes, implicam as instituições locais em mudanças no seu modo de atuar. Se o hibridismo que caracteriza o Banco Palmas é compreendido como potente para a construção de relações mais democráticas no âmbito local, na relação com o Estado, o enrijecimento atual impede mais do que propicia essa construção. O aparato de controle administrativo e a criação de sistemas eletrônicos de gestão de convênios são escolhas políticas, dimensão presente em toda a técnica. A defesa e o uso dessas técnicas de gestão em nome da eficiência e da transparência afirmam a escolha da lógica da racionalidade instrumental, encobrem e impossibilitam a tensão construtiva entre as dinâmicas populares e a lógica estatal.

Conceber um equilíbrio é problematizar a necessidade do uso de todo esse aparato organizacional e modificar a visão sobre as instituições populares, ligada, principalmente, a um não saber e a carência de toda ordem.

Muito se avançou na constituição e fortalecimento dos espaços de participação no Estado Brasileiro. Entretanto, vivemos um momento que pede a reflexão e a retomada de 30 anos de história das lutas populares no Brasil, nos quais foram construídas importantes ações que, hoje, se tornaram políticas públicas. Se nosso horizonte ainda se orienta pela constituição de um Estado efetivamente democrático, temos que assimilar a nossa história e as formas de sociabilidade, e

não podemos compreender essa construção apenas como institucionalização das práticas em nível estatal.

Enquanto escrevia este trabalho, o Banco Palmas concedeu o seu crédito de número 10.000, e o texto informativo abaixo é esclarecedor:

O banco comunitário foi criado com recurso do governo do estado do Ceará, o financiamento do crédito veio do BNDES, o agente de crédito é pago com recursos da SENAES/MTE e o crédito é recebido no próprio banco comunitário através do correspondente Caixa Aqui. Tá vendo! O Brasil inteiro se mobiliza. Mas é a comunidade quem faz e quem fica com o legado de toda essa engenharia⁴³.

Assim, para os representantes do Banco Palmas, ele representa a articulação entre os bancos públicos e as políticas públicas de inclusão financeira, com uma atuação territorialmente enraizada. Contudo, essas iniciativas não podem ser vistas pelo poder público apenas como agentes que capilarizam as ações governamentais. São instituições que resultam da organização popular e comunitária e produzem arranjos inovadores, articulando a cultura e a história local à produção de seu desenvolvimento. É uma atuação política que recoloca as comunidades na produção de sua própria história, refutando, assim, o lugar de recebedores silenciosos de políticas governamentais ou de operadores passivos de suas ações. Encontra-se aí mais uma luta a ser travada.

⁴³ Retirado do site <http://www.inovacaoparainclusao.com/creacutedito-10000.html>. Acessado em 25/11/2012.

5.5 Público, privado e território: o bairro como referência

As reflexões acerca do par público/privado nas experiências de organização popular estiveram presentes nas análises de minha dissertação de mestrado. O contexto de construção em mutirão feito pelas associações comunitárias continha alguns aspectos diferentes da experiência aqui apresentada. Primeiro eram experiências restritas ao espaço-tempo da obra, o que dava maior densidade aos encontros entre os participantes com assembleias frequentes e trabalho no canteiro de obra todo o final de semana. Além disso, de forma concreta, a construção da casa própria de um dependia do esforço e trabalho do outro, e os acordos e regras tinham uma função reguladora importante para o dia a dia de trabalho. Toda essa intensa convivência permanecia após o término da obra com a mudança dos moradores para os conjuntos, entretanto esse conjunto de regras e normas perdiam sua função ao final do processo de trabalho.

Já no banco comunitário, há um processo mais difuso, mas não menos negociado, já que as regras/normas se dão para um coletivo mais amplo e em um processo contínuo. O espaço-tempo aqui é o da construção histórica do bairro e da vida de seus moradores. Em função dessas diferenças, tratam-se de formas diferentes de relações e de autogestão dos processos. O conjunto de regras fica mais restrito e menos “participativo”, entretanto, assegura uma maior consistência no conjunto de regras elaboradas e na função mediadora formal que o banco exerce.

Naquele momento, o debate já se apoiava nas proposições sobre a falta de uma mediação pública na sociedade brasileira e o caráter privado do Estado, o que resultava em referências de ordem moral e privada por parte população pobre na construção do ordenamento social. Assim, os processos de construção de acordos coletivos e de efetivação das regras no mutirão se caracterizavam por uma tensão constante entre o efeito de justiça da particularidade e a universalidade da regra. Nas situações em que se priorizava a responsabilização pessoal e impunha-se um sentido de desajustamento a alguém, havia a defesa rigorosa das regras. Já nas situações em que as experiências eram vistas como reflexo de uma condição externa e, portanto, entendidas como injustiça, cabia a todos tentar minimizar os danos, e a regra era posta como algo maleável. O que estava em jogo era manter uma regra anterior que se baseava na particularidade das relações e não na

universalidade abstrata das regras. Ao mesmo tempo em que a referência privada era o modo de organizar o mundo social, essa dificuldade era entendida como a tentativa de produzir um “efeito de justiça” dentro de uma sociedade na qual a regra é privilégio dos ricos como nos alerta Chauí (2008):

Para os grandes, a lei é privilégio; para as camadas populares, repressão. A lei não figura o polo público do poder e da regulação dos conflitos, nunca define direitos e deveres dos cidadãos porque, em nosso país, a tarefa da lei é a conservação de privilégios e o exercício da repressão. Por este motivo, as leis aparecem como inócuas, inúteis ou incompreensíveis, feitas para serem transgredidas e não para serem transformadas (CHAUÍ, 2008, p.71).

Esse diálogo entre os dois trabalhos não estava dado de antemão foi estabelecido depois de muitas reflexões sobre o caminho a ser percorrido nesta tese. Como já descrito na introdução, as análises, inicialmente, estavam mais próximas do campo das finanças e do debate sobre a importância de suas ferramentas para a vida econômica dos moradores e participantes do banco comunitário. A partir das conversas, entrevistas e acompanhamento das atividades, para a elaboração deste trabalho, foi tomando corpo o papel de mediação do banco comunitário para o fortalecimento de uma cultura democrática. A noção de mediação, assim, trouxe novamente ao centro das reflexões os pares público/privado e formalidade/informalidade.

Em diálogo com a compreensão do Brasil como uma sociedade de história lenta (MARTINS, 1994) encontramos, na dinâmica diária que sustenta as ações do Banco Palmas, um conjunto de relações sociais tradicionais que se traduzem no antagonismo do que o banco propõe: a resistência à homogeneização das relações sociais pela lógica mercantil. A comunidade realiza e legitima as formas modernas sob os signos da cultura popular, a qual, em geral, está mergulhada em relações baseadas na noção de pessoa: as relações de vizinhança e as familiares.

Dois dos traços de nossa inconclusa modernidade é a não constituição da vida privada como modo de vida e o primado da impessoalidade. A modernidade impõe a formação de um novo modo de vida centrado no indivíduo e no conjunto de

relações contratuais relacionadas à vida em sociedade. É a passagem das relações de trato, que marcam a noção de pessoa, às relações de contrato, que marcam a noção de indivíduo. A distinção entre o público e o privado tem contornos claros, sendo o privado a busca por se afastar das regras impostas pelo público. Na sociedade brasileira, o privado e o público contêm linhas tênues e, na maioria das vezes, são lógicas coexistentes. O privado fica restrito a uma frágil intimidade que, nos bairros populares, se torna menor pela proximidade das casas, pelo compartilhamento dos cômodos e pela vida entrelaçada. Essa intimidade difere do privado como modo de vida, tendo em nossa cultura, ainda o primado da pessoa no centro das relações sociais (MARTINS, 2013).

O par público/privado, no campo da ciência e da filosofia política, se articula ao par Estado/economia. A mediação pública dos direitos disseminada na sociedade reflete, no âmbito das formas de sociabilidade, na construção de referências que contemplam os valores da igualdade, universalidade, respeito e outros que representam certa qualidade nas relações sociais. Importante ressaltar que não será tratado aqui o efeito das políticas públicas no âmbito da ampliação dos direitos e nem o debate sobre o tema da ampliação dos espaços de participação, questões tão caras aos sociólogos nos anos 80 e 90. A menção a esses estudos tem o objetivo de apoiar a descrição do momento histórico de nascimento dos movimentos sociais e suas principais lutas e formas de organização. O trabalho empreendido aqui se encontra arraigado ao dia a dia de reprodução da vida da população pobre e de seus movimentos de resistência; além disso, busca na ambiguidade do discurso do velho articulado ao novo a ruptura com os traços marcantes de nossa cultura.

Para reconhecer esses traços estruturantes de nossa cultura, os escritos de Marilena Chauí são suportes importantes. A autora, ao discutir política, cultura e autoritarismo, descreve quatro traços da sociedade brasileira que a define como autoritária. O trecho abaixo traz de forma resumida e precisa suas bases:

É uma sociedade que conheceu a cidadania através de uma figura inédita: o senhor (de escravos), cidadão, e que concebe a cidadania com privilégio de classe, fazendo-a ser uma concessão da classe dominante as demais classes sociais [...] É uma sociedade na qual as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relação de hierarquia, mando e obediência (situação que vai da família ao Estado, atravessa às instituições públicas e privadas, permeia a cultura e as

relações interpessoais). [...] Todas as relações tomam a forma da dependência, da tutela, da concessão e do favor, fazendo da violência ser a regra da vida social e cultural. Violência tanto maior porque invisível sob o paternalismo e o clientelismo, considerados naturais e, por vezes, exaltados como qualidades positivas do “caráter nacional”. É uma sociedade na qual as leis sempre foram armas para preservar privilégios e o melhor instrumento para a repressão e a opressão, jamais definindo direitos e deveres. No caso das camadas populares, os direitos são sempre apresentados como concessão e outorga feitas pelo Estado, dependendo da vontade pessoal ou do arbítrio do governante. Situação claramente reconhecida pelos trabalhadores quando afirmam que “a justiça só existe para os ricos”, e que também faz parte de uma consciência social difusa, tal como se exprime num dito muito conhecido no país: “para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei”. Como consequência, é uma sociedade na qual as leis aparecem como inócuas, inúteis ou incompreensíveis, feitas para serem violadas, jamais transformadas ou contestadas. [...] É uma sociedade, conseqüentemente, na qual a esfera pública nunca chega a constituir-se como pública, definida sempre e imediatamente pelas exigências do espaço privado, de sorte que a vontade e o arbítrio são as marcas dos governos e das instituições “públicas”. Donde o fascínio dos teóricos e dos agentes da modernização pelos modelos tecnocráticos que lhes parecem dotados da impessoalidade necessária para definir o espaço público. Donde também a esdrúxula designação do autoritarismo brasileiro pelos cientistas políticos como “novo autoritarismo”, porque a figura do caudilho carismático parece estar ausente, sem que se perceba que é a *estrutura do campo social e do campo político que se encontra determinada pela indistinção entre o público e o privado*. E donde, também, o equívoco daqueles que apresentam o “o novo autoritarismo” como divórcio entre sociedade civil e Estado, sem levarem em conta que a *sociedade civil também está estruturada por relações de favor, tutela e dependência, imenso espelho do próprio Estado e vice-versa*. E por fim, é uma sociedade que não pode tolerar a manifestação explícita das contradições, justamente porque leva as divisões e desigualdades sociais ao limite e não pode aceitá-las de volta, sequer através da rotinização dos “conflitos de interesses” (a maneira das democracias liberais). Pelo contrário, é uma sociedade em que a classe dominante exorciza o horror às contradições produzindo uma ideologia da indivisão e da união nacionais, razão pela qual a cultura popular tende a ser apropriada e absorvida pelos dominantes através do nacional-popular (CHAUI, 2013, p. 262-267).

Essas relações caracterizam também a cultura popular que contém, em alguma medida, a tradição do poder pessoal presente na sociedade brasileira, sustentando o caráter privatista do Estado e mantendo os direitos e leis como privilégio dos mais fortes e bem relacionados. Chauí (2013) aponta a relação de mando e obediência como traço marcante de nossa sociabilidade, o que faz com que as relações entre iguais, muitas vezes, fiquem no âmbito do parentesco,

compadrio e cumplicidade. Já entre os desiguais, elas tomam a forma de favor e clientela. Assim, compreender o sentido, as funções e como se estruturam as relações das iniciativas populares, a exemplo dos bancos comunitários, é desafiar-se nas ambiguidades do vivido: "Nem possuidor de boa consciência, nem carente dela, o dominado é refém dos ardis da alienação e portador da resistência. Ou seja, as representações do dominado são sempre ambíguas" (PATTO, 2010, p.597). A função mediadora do Banco Palmas passa pela compreensão dos traços da cultura popular, tendo em vista que "essa se produz e só pode ser entendida no interior das relações sociais de poder v igentes na sociedade dividida" (PATTO, 2010, p.17).

Desse ponto de vista, a experiência da igualdade trazida pelo Banco Palmas se baseia num discurso de confiança que se dá entre aqueles que estão próximos e enredados na chamada "sociabilidade primária": são da família aqueles com quem se pode contar. Essa pessoalidade, por ser mediada por uma instituição com proposta clara de democracia e igualdade, permite que se ultrapasse essa experiência localizada nas relações pessoais e que se torne base para a construção senão de uma visão pública, de algo que se encontra no meio – uma visão mais formal e mediadora das instituições. A noção de reciprocidade, no caso brasileiro, está sustentada tanto numa referência racional do contrato social e da igualdade, quanto numa obrigação moral do favor (MARTINS, 1994). O Banco Palmas baseia sua relação numa história de mais de 40 anos enraizada na vida de cada um dos moradores através das lutas políticas de melhorias para o bairro. Ao atrelar essa dimensão política às relações de proximidade e de vizinhança, transforma a referência da lógica pessoal e privada a uma noção mais clara de direitos e cidadania.

Retomar essas ideias num momento de ufanismo das conquistas sociais dos últimos 13 anos parece ser um retrocesso e um olhar antigo para novos processos. Embora parte dos textos que acompanham as reflexões deste trabalho retorne a debates aparentemente passados, é exatamente por nos levar ao nosso Brasil arcaico e antigo que essas fontes reatualizam as análises de estruturas marcantes de nossa sociedade. Assumir as continuidades e descontinuidades de formas sociais e tempos históricos em nossa sociedade contribui para visualizar os bloqueios e os possíveis caminhos que ampliam o horizonte possível das mediações que vêm sendo construídas tanto pela sociedade civil e suas iniciativas políticas, com os

movimentos sociais, quanto pelo Estado, com as políticas sociais dos últimos anos, as quais são ainda, muitas vezes, sustentadas em acordos político-partidários que deixam espaço para a política oligárquica clientelista e patrimonialista. Entretanto, se as estruturas ainda circunscrevem a luta cotidiana, é dela que podem vir os fragmentos de uma possível ruptura. Dessa forma, o olhar não deve ser moldado pela armação da visão estatal, mas sim pela busca por possíveis discontinuidades produzidas no cotidiano.

Na modernidade incompleta da sociedade brasileira e sua desigualdade regional profunda, coube ao Nordeste ser a “Índia” de nossa “Belíndia”⁴⁴. A nossa faceta modernizada encontra-se, desde os anos 30, nas regiões sul e sudeste do Brasil. Nessas localidades, em função da industrialização, foi possível construir um horizonte de relações sociais baseadas nos vínculos de trabalho que seguiam o ideal do desenvolvimento dos países europeus, fundamentado na tríade capital-trabalho-Estado e na conformação da chamada sociedade salarial.

Nas periferias de Fortaleza, o horizonte de transformação pela via industrial e do assalariamento não se configurou como uma alternativa para os que migraram das zonas rurais nordestinas para as periferias da capital cearense, restando, para esse contingente de trabalhadores, os trabalhos precários ou a vivência de sua completa ausência pelo desemprego. Apesar dos anos de inserção agroexportadora do estado do Ceará, com a indústria algodoeira e têxtil, ter formado uma classe de trabalhadores na indústria, a transformação do trabalhador nordestino em operário se fazia através das migrações para a região sudeste do país. Mesmo na condição de trabalhador operário, a incompletude das garantias sociais se fazia presente.

O desenvolvimento brasileiro produziu não apenas uma imensa desigualdade social como também uma profunda desigualdade regional. Pela existência de diferenças tão abissais, a análise dos processos de organização social nas periferias

⁴⁴ Dentro dos debates sobre o processo de desenvolvimento brasileiro cunhou-se o termo Belíndia: “O entendimento era o de que mudanças significativas — diversificação e crescimento econômico, migração para as cidades e as oportunidades socioeconômicas e políticas abertas por esses processos — sempre deixavam de incorporar grandes parcelas nos benefícios do desenvolvimento e da modernização. Estes eram incompletos, inacabados, elitistas ou até predatórios para as versões interpretativas que associavam crescimento e pobreza, cuja síntese combinava os desiguais em um conjunto tenebroso, a “Belíndia”, mistura atrofiada de Bélgica e Índia” (KOWARICK, 2002, p.10).

da cidade de Fortaleza se diferencia em grande medida das análises das periferias da cidade de São Paulo. A baixa industrialização e a forte concentração fundiária mantêm práticas tradicionais mescladas aos processos de urbanização. Bacelar (2008), ao comparar regionalmente o desenvolvimento brasileiro, mostra que durante o incentivo à industrialização, 80% da produção industrial se encontrava no Sudeste, 44% na Grande São Paulo e o restante distribuído entre os outros estados. Como define a autora, o Nordeste era “a chocadeira” do país, já que as pessoas nasciam na região para depois migrarem para as cidades do estado de São Paulo, principalmente a capital (BACELAR, 2008). Outros dados mostram diferenças importantes do ponto de vista econômico com consequências sociais alarmantes: o Nordeste soma 28% da população e só 13% da produção nacional; tem 28% da população total do país e 45% da PEA agrícola, gerando somente 14% do valor da produção; possui 28% da população do país e 55% do contingente nacional com renda mensal até um quarto do salário mínimo, ou seja, tem um alto contingente de pessoas vivendo na linha de pobreza; possui 55% dos beneficiários do Bolsa Família enquanto no Sudeste, esse valor é de 25%. A pobreza no Brasil tem, assim, essas duas faces: pela ausência, no Nordeste, e pelo excesso, no Sudeste.

Dessa forma, nos anos 80, o processo de democratização e a construção de uma cultura democrática passavam pela reivindicação de demandas diferentes de nossa metrópole paulistana. Grosso modo, podemos dizer que as periferias de Fortaleza seguiram o mesmo padrão de crescimento de uma cidade como São Paulo, entretanto, as referências no campo econômico e social têm características diferentes. No texto “Anos 70: as hostes errantes”, Francisco de Oliveira descreve com a ironia ácida, característica do autor, o desenvolvimento econômico do Nordeste e a impossibilidade de constituir uma classe trabalhadora:

As classes sociais dominadas são uma espécie de classes “inacabadas”: sua submissão real e formal ao capital, dado o enorme contingente de reserva, é sempre intermitente, interrompida periodicamente. O posseiro e o meeiro não se proletarizam senão parcialmente; o operário das cidades não é sempre operário: amanhã pode estar fazendo um biscate ou vendendo roupa feita e sapato de plástico no comércio “mancha de óleo” que, [...] em Fortaleza é um vasto calçadão que se estende desde a Catedral, rua Conde D'Eu afora. As classes sociais dominadas são “movimentos”, “massas”, menos que classes. As classes “inacabadas” não cabem dentro do padrão capitalista: estão condenadas a “cem anos de solidão”, se

esperarem que a expansão capitalista absorva esse enorme contingente de reserva que ela amplia ao tempo em que se expande. A luta assume imediatamente uma dimensão política; trata-se, afinal, da questão do poder e da questão do Estado. (OLIVEIRA, 1981, p.20-21)

Diante do contexto descrito, diferente da região Sudeste que apresentou com muito mais ênfase a luta operária como possível mediação da luta política, no Nordeste as reivindicações se ligavam primordialmente a luta contra a fome e melhores condições de vida. Como apresenta Paulino (2008), uma das principais demandas que articularam os movimentos de luta popular na capital cearense foi a demanda por habitação. No mesmo trabalho, o autor retoma um pequeno trecho do estudo de Braga (1995), no qual afirma a importância dos movimentos de bairro dentro do campo de luta dos movimentos sociais, assumindo um destaque maior do que o movimento sindical no contexto da capital cearense. E embora tenham diferenças com relação aos tipos de demandas que articulavam os movimentos, a influência da Igreja através das comunidades eclesiais de base e a ligação com os partidos políticos, como o PC do B e o PT, os aproxima.

Apesar das movimentações populares, não se confirmou no Brasil, a construção de um horizonte cidadão a partir do trabalho assalariado.

Aqui as garantias do (não)trabalhador sempre foram restritas e frágeis. [...] Houve, sem dúvida, ilhas de modernização econômica e dinamização social, e o exemplo mais evidente é o já mencionado município de São Bernardo nos anos 1970 e 80, energizado pelos trabalhadores das grandes empresas, pela ação reivindicatória mobilizada com o "novo sindicalismo", pelo emaranhado de bairros operário-populares onde pipocavam múltiplas lutas urbanas. [...] Essa experiência limitada no tempo e no espaço foi uma espécie de luz para as ações políticas nos seus esforços de ampliar os direitos que permaneciam restritos a um pálido e atrofiado Estado de Bem-Estar.

Repensando os anos 1970 e 80, creio que tínhamos como parâmetro teórico e político-ideológico os setores mais organizados da classe trabalhadora urbano-industrial. Para além de todas as iniquidades socioeconômicas e arbitrariedades políticas, na esteira da acumulação fordista e do modelo nacional-desenvolvimentista [...] estavam se constituindo nichos que, estreitos do ponto de vista quantitativo mas com crescente visibilidade política, vislumbravam a possibilidade de uma sociedade salarial. Esta, em comparação com os países avançados, seria raquítica não só pela estreiteza das políticas públicas, mas porque lhe faltavam experiências, identidades e instituições que dessem força às lutas operário-populares e forjassem um campo de direitos que estivesse na base das

reivindicações e negociações coletivas. Esse quadro era muito tosco, mas servia como farol para a luta pela extensão e consolidação dos direitos de cidadania (KOWARICK, 2002, p.16-17).

Nem nos anos de maior industrialização conseguimos modificar o patamar de 50% dos trabalhadores em condições informais de trabalho (SANCHEZ, 2012; KRAYCHETE, 2012), e as conquistas que culminaram na Constituição de 88 não representaram, nos anos seguintes, a efetivação de um Estado e de uma cultura mais democrática. Se os anos 80 trouxeram as vozes dos novos movimentos sociais, os anos 90 recolocaram o mundo do trabalho como questão importante na agenda nacional e internacional. As políticas neoliberais e a reestruturação do mundo do trabalho aprofundaram ainda mais a informalidade no país e a busca por novos lugares de pertencimento.

Diante do quadro de baixa industrialização e formalidade do contexto nordestino, por onde passavam as bases para as experiências coletivas de identidade popular e dos movimentos sociais? Arriscamos aqui um diálogo com o conceito de **filiação** de Castel (2008), entretanto, considerando-o a partir dos locais de moradia – o bairro. Ressaltamos aqui, porém, a diferença com o processo de desfiliação, discutido pelo autor no contexto francês, que se dá em contraposição ao processo de trabalho pela sociedade salarial e que, como vimos com Kowarick (2002), no Brasil, era muito mais um horizonte a ser almejado do que uma realidade em construção. O diálogo com Castel (2008) não se dá pela transposição de conceitos, mas pelos deslocamentos que podem assumir na realidade brasileira.

Tendo em vista essas premissas e a realidade do Conjunto Palmeiras, é possível falar em uma “filiação” de base territorial, que não se produz como resposta à desfiliação pelo desemprego, mas pela condição de vulnerabilidade pelo trabalho e pelas condições de moradia e de vida precárias.

O contexto da reestruturação produtiva dos anos 90 resultou, certamente, em uma mudança no foco de atuação com a criação do banco comunitário, mas a realidade da informalidade e da precariedade nos vínculos de trabalho era característica fundante da realidade do bairro. Aqui, encontra-se mais uma diferença entre a realidade francesa e a realidade brasileira, já que, na primeira, a identidade de precário se constitui na mudança de condições, e, na segunda, se constitui como modo de vida, identidade e experiências definidas por essa condição. As iniciativas dos novos movimentos sociais, da economia solidária, dentre tantas outras

configuraram a possibilidade de redefinição desse modo de vida, articulando à essa condição ainda precária, a busca por direitos.

Embora haja muitas críticas aos programas de transferência de renda em uma perspectiva de neutralização das forças sociais, há que se afirmar um ganho importante do ponto de vista econômico que reflete em uma experiência psicossocial da menor vulnerabilidade e menor imprevisibilidade, como também na possibilidade de uma experiência positiva na relação com o Estado. O caráter assistencialista diz respeito mais ao traço clientelista presente em nossa cultura do que ao programa em si. Diversas mulheres com quem conversei mesclavam um discurso sobre o benefício como um direito e como uma ação divina, agradecendo a Deus pela chance do recebimento.

É, portanto, na compreensão de como se estruturam as experiências e por dentro desse substrato e dessas referências que se abre a possibilidade de uma vivência que contribua na construção de uma referência menos privatizada, tanto na elaboração das experiências cotidianas de privação e resistência, como na significação das ações estatais como afirmação de direitos.

Retomando o diálogo com o contexto europeu, a atual inserção pela seguridade social representa o fracasso da sociedade salarial, entretanto, aqui, as políticas sociais de transferência de renda, para os menos céticos, contém o potencial de representar positivamente uma ampliação da noção de direitos. Entretanto, essa passagem não se faz sem mediações. Por um lado, deve haver uma mediação simbólica com discursos que afirmem o elemento político dessas políticas e, por outro, uma mediação concreta e prática com instituições que trabalhem nas contradições e ambiguidades e construam um sentido compartilhado, que tome o lugar do discurso e das práticas que mantêm a estrutura hierárquica e autoritária de nossa sociedade.

No Conjunto Palmeiras, apesar do bairro ter se constituído dentro da lógica urbana centro-periferia, os resquícios de uma sociabilidade tradicional se mantêm com as cadeiras da rua para conversas, os terrenos repletos de animais como cavalos e bois, além das próprias condições de vida que permanecem na linha da subsistência em meio à inserção no mundo da mercadoria moderna. A importância da família ainda é crucial para a manutenção da sobrevivência diária das famílias pobres. Há uma rede de sustentação que se articula em relação aos familiares e à

vizinhança mais próxima.

Assim, nessa busca por tentar se aproximar do processo de democratização em nossa cultura e da construção de referências menos privatizadas por parte da população, compreender o lugar da família e da rede de sociabilidade próxima que é, em geral, os vizinhos, torna-se importante. Sabemos que o lugar ocupado pela família na vida da população pobre é central, pois ela é o elo afetivo mais forte e a rede de suporte para fazer frente à precariedade dos serviços públicos, à instabilidade da renda e ao desemprego, gerados a partir de um sistema econômico que há muito já deu sinais de que o desenvolvimento não será compartilhado entre todos. Essa sustentação, por um lado, reflete as relações de reciprocidade mas, por outro, mostra que a família assume, no lugar das instituições públicas, a mediação entre o indivíduo e a sociedade e molda, assim, uma referência simbólica privada para a compreensão do mundo (TELLES, 1990; SARTI, 1998), “uma linguagem através da qual os pobres traduzem o mundo social, orientando e atribuindo significado a suas relações dentro e fora de casa” (SARTI, 1998, p.86).

Mello (1994), ao discutir as famílias pobres migrantes e moradoras das periferias paulistas, aponta a generalização das relações familiares para as relações de bairro. O ambiente privado não se restringe apenas à casa, mas também ao bairro, pois se há uma diferenciação entre rua e casa, como âmbitos do privado e do público, os bairros periféricos ampliam as características da vida em família para as demais relações entre os moradores do bairro. Assim, essas relações revelam a resistência à precariedade, ao mesmo tempo em que impedem uma relação menos privatizada da vida social.

Estamos, assim, diante de uma contradição: os bairros permitem e facilitam a adaptação dos trabalhadores, permitem-lhe uma rica sociabilidade, mas favorecem o isolamento e distanciamento de questões mais próprias do âmbito público, como a política, e dificultam, pela excessiva coletivização dos espaços geográficos e psicológicos, o processo de autonomia e da individuação (MELLO, 1994, p.26).

O banco comunitário afirma sua potencialidade unindo essas forma de sociabilidade à busca de um compromisso dentro dessas relações que ultrapasse a relação de intimidade. Parece haver, portanto, um movimento de tensão: privado e público, particularidade e universalidade, relações de trato e de contrato. As relações

de âmbito privado, como amizade e vizinhança, são utilizadas para o processo e se tornam referência para adjetivar as relação de confiança, ao mesmo tempo em que buscam com que essa relação de intimidade assuma uma referência em direção ao âmbito público, ou seja, ao nós.

O processo de concessão de crédito é um bom exemplo desse movimento. É um processo importante na dinâmica do banco, já que é um dos momentos de construção do relacionamento entre os moradores e o banco. Ele é promotor de várias formas de interação: relações de confiança e desconfiança, sentimento de pertencimento e exclusão, proximidade e distanciamento.

A importância desse processo se apresenta no discurso acerca dos bancos comunitários em contraposição aos bancos convencionais: os últimos, regidos pela lógica da impessoalidade e homogeneização dos números, e os primeiros, baseados nas relações de proximidade e vizinhança.

Essas relações de âmbito privado são acionadas no momento de qualificar o pedido de crédito de um morador e obter informações sobre o solicitante. A partir dessas informações obtidas por meio de moradores próximos e comerciantes locais é possível avaliar melhor se alguém é bom pagador ou não. Aqui, poderíamos falar em controle social, com os moradores do bairro sendo chamados a constituir uma relação de vigilância sobre os vizinhos. Ao mesmo tempo, a informação sobre o vizinho implica uma relação com todos os outros possíveis tomadores de crédito. O vizinho, portanto, deve pensar na necessidade e na capacidade de pagamento de quem pede. Se o cliente não pagar, outro morador não poderá acessar a carteira do banco e a comunidade estará sendo lesada. Há, portanto, um traço de controle, mas que contém também a abertura para o exercício de uma referência na tomada de decisão que ultrapassa o sentido individual.

Os moradores do bairro são chamados a contribuir para o processo de concessão do crédito por uma relação de intimidade, ao mesmo tempo em que a informação sobre o vizinho implica uma relação com todos os outros possíveis tomadores de crédito, já que um crédito mal dado e seu não pagamento causam prejuízos ao banco, que é da comunidade.

Há, a todo momento, um movimento entre o sentido individual e o coletivo nesse processo de concessão, que se conecta ao âmbito privado e público. O primeiro está ligado à necessidade privada do crédito, e sua concessão, às relações

de proximidade; o segundo está ligado a uma referência de âmbito público, já que o banco se caracteriza pela propriedade e gestão comunitária, ou seja, cada morador tem seu papel no sistema, o qual está relacionado ao bem-estar de todos os moradores e usuários do banco.

Outro elemento que também aparece no debate sobre público/privado é o mundo da intimidade e a dimensão pública da rua. Os agentes de crédito utilizam camisetas de identificação do Banco Palmas e, muitas vezes, abordam seus clientes na rua, no momento de um café, numa mesa de bar. As conversas com um trabalhador no banco da rua podem representar tanto um bate papo informal sobre temas gerais, como informações referentes a um crédito.

Retomo aqui uma ideia já previamente discutida para reforçar o papel de instituição mediadora que o banco adquire na efetivação de referências formais – algo que fica entre o âmbito do privado e do público. O Banco Palmas se realiza e se constrói cotidianamente nessa ambiguidade.

Essa é uma das análises instigantes e passíveis de aprofundamento deste trabalho sobre a compreensão dos movimentos e articulações que apontam para as construções, na prática, de relações e referências que possam constituir vínculos sociais com valores mais democráticos e que melhorem, qualitativamente, a vida de todos. Emprega-se "qualitativo" aqui em diálogo com a definição latina do termo cultura retomada por Chauí (2008, p.55): "do verbo *colere* como o cultivo, o cuidado". Como cultivo, a cultura era concebida como uma ação que conduz a plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios. Ou seja, cultura é a produção de relações que permitam a realização do homem em sua humanidade numa determinada cultura, como realização e como referência de valores e costumes que garantam tal realização.

Retornando à análise dos sentidos dados ao aval, sobretudo àquele que se define como controle e que torna-se mais preponderante na fala de trabalhadores dos bancos comunitários novos e em bairros com históricos mais frágeis de organização política e comunitária. Embora haja o contexto de violência que atravessa todos os bairros periféricos, independentemente de qual região do país está localizado, e que serve como justificativa para a impossibilidade do uso das relações de vizinhança para análise do crédito, arrisca-se aqui outra hipótese: a

dificuldade de transformar uma experiência erigida a partir de uma história local num modelo abstrato a ser replicado. A decisão pela forma de aval baseada nas relações de vizinhança e proximidade foi resultado das relações constituídas ao longo dos 30 anos de construção do Conjunto Palmeiras e não uma decisão pragmática e instrumental.

No Banco Palmas, pelas mudanças nas dinâmicas locais, também foram sendo modificados os processos de análise de crédito. O aumento da área de abrangência do banco para outros bairros fez com que o campo das relações também se ampliasse, mas não a tempo de constituir a rede de confiança e proximidade. Em alguns casos, essa relação é garantida por um cliente mais antigo que indica o novo cliente, o que já o insere na rede de confiança. Entretanto, há diversos casos, inclusive de novos moradores do próprio Conjunto Palmeiras, que chegam ao banco sem "história prévia". Dessa forma, o laço de confiança se efetiva no próprio processo de relacionamento com o banco comunitário, a partir do histórico de créditos e mesmo da participação em cursos, atividades e eventos organizados pelo banco. Como já descrito no capítulo III, se o valor solicitado é de pequena monta, o olho no olho e as poucas informações solicitadas pela analista, garantem a primeira liberação. Já há, de antemão, como base desse processo, o sentido de justiça social que contém uma confiança tácita dada *a priori*. É rara a negação completa de um crédito, principalmente, se esse se refere a um valor muito baixo.

Um outro exemplo desse processo baseado na confiança é a forma das mulheres do Bolsa Família limparem seus nomes, como já descrito.

Já os moradores mais antigos e tomadores constantes de crédito mantêm e sustentam suas relações de proximidade pelo acesso ao crédito. Alguns casos estão sustentados em redes de obrigações mútuas de favores que transcendem a relação direta com o crédito, como será discutido adiante na seção sobre as funções do crédito.

Os comitês de análise de crédito são também momentos interessantes para refletir sobre as relações entre os membros do comitê e o tomador de crédito e as referências que norteiam as decisões. Esse comitê é formado, na maioria das vezes, pelos analistas de crédito e por alguns trabalhadores do banco. O comitê é importante por diversas razões, entre elas: as tomadas de decisão se tornam

coletivas; é um momento de reflexão conjunta sobre as necessidades do bairro e de seus moradores; e despersonaliza o papel daquele que decide pela aprovação. Aqui, novamente, pelo tamanho e quantidade de clientes no Banco Palmas, o comitê de crédito se torna diferente dependendo do caso. Para os créditos de clientes antigos veem-se o histórico de pagamento e o valor solicitado. Segundo os experientes trabalhadores do banco, o calote não vem nas duas primeiras liberações de crédito, mas a partir da terceira e quarta, quando os valores liberados são mais altos. Tenta-se, mesmo que na precariedade das ferramentas financeiras e na efetiva experiência prática, analisar se o montante pedido pelo cliente, que já é da casa, é de fato bom para ele e não um valor que vá desorganizar ou colocar em risco o empreendimento em questão. Já para os créditos novos, com valor maior de R\$ 500,00, o processo segue o modelo tradicional com visitas ao empreendimento ou à casa do morador solicitante e a busca de informações com conhecidos, fornecedores e na boca miúda. Em geral, os comitês são regidos pela lógica econômica da possibilidade do pagamento, fidelização do cliente e aumento no número de clientes da carteira do banco. Entretanto, essas análises, até certo ponto instrumentais, são mescladas e atravessadas por considerações sobre a precariedade, a necessidade e a possibilidade do crédito ser, de fato, visto como uma possível solução. A tentativa de não produzir um processo excludente está sempre presente, ao mesmo tempo, há casos em que a possibilidade do crédito vem atrelada à sua impossibilidade de fazer frente às situações de pobreza e precariedade. Esses são, em geral, os casos mais difíceis e que demandam mais debate, tempo e informações sobre o cliente e o motivo para a solicitação do crédito.

A própria dinâmica diária do banco aponta essa ambiguidade através das conversas sobre endividamento, novos empréstimos, e mesmo na relação direta com as agentes de crédito que tentam dar um teor público a algo do âmbito do privado, como vemos na descrição a seguir:

Um momento ilustrativo da dinâmica do banco foi a chegada de uma cliente que se dirigiu a mim perguntando por uma das pessoas mais antigas do banco e que hoje cuida da parte administrativa do Instituto Palmas. Como sabia que estaria ocupada pergunto sobre o assunto. A resposta vem rápido: crédito. Neste momento, entra no saguão a pessoa solicitada e fico próximo ouvindo a conversa. A cliente conta que tinha tido dificuldades nos últimos meses e não tinha conseguido ir ao banco. Fala das dificuldades de saúde e também financeiras e

completa “você já deve estar sabendo, né?” demonstrando que há uma rede de informações no bairro. Complementa dizendo que sabia que as parcelas estavam atrasadas, mas que não tinha cabeça para ir conversar. Termina perguntando se era possível renegociar a dívida, já que agora teria como acertar. Sem muito pensar, a representante do banco diz que sim que não teria problemas e ela só tinha que conversar com as responsáveis pelo crédito que iriam refazer as contas e emitir novos boletos. Ela diz que está com pressa e que volta depois. A cliente sai satisfeita e um tanto quanto aliviada e a representante do banco sai tranquila, mostrando que estas conversas eram rotina de trabalho⁴⁵.

⁴⁵ Relato obtido no dia 19/03/2012, a partir de acompanhamento das atividades do banco comunitário.

5.6 Chegando ainda mais perto: o vivido e suas vozes

A partir de trechos de conversas, entrevistas e situações vividas no cotidiano do Conjunto Palmeiras, buscou-se chegar ainda mais perto da experiência e vivência dos moradores. O crédito é um mediador importante, por ser uma das ferramentas mais disseminadas e utilizadas pelos moradores do Conjunto. Os sentidos que o crédito assume nas diversas situações, e a relação entre crédito e família retomam as potencialidades e tensões que podem existir ao articular dinheiro e relações de proximidade e vizinhança. Para finalizar, foi-se em busca dos indícios de deslocamentos na experiência dos moradores com relação ao seu lugar na história local. Essa experiência é mais um dos elementos que pode compor, para os moradores, novos sentidos para suas vidas conectado-as a criação coletiva de um mundo comum. Esse é um elemento importante para a constituição de uma referência menos privatizada que produz e estrutura a vida social.

5.6.1 Vizinhança e dinheiro: possíveis tensões

Quando o banco comunitário utiliza as redes de relações de proximidade e vizinhança, recoloca o ato econômico imerso nas relações sociais em contraposição a uma visão dicotômica entre economia e mundo social. Essa articulação entre economia e mundo social pode potencializar ao mesmo tempo em que pode gerar tensões e esgarçar, mais do que fortalecer, as relações entre os moradores. A aposta na positividade contida na forma de imbricar as relações de proximidade na concessão do crédito deve conter também o reconhecimento das diversas formas que assumem essas relações. Muitas vezes, essas representam certa tensão pelo peso que carregam ao serem a rede de sustentação de uma solidariedade necessária frente a precariedade e a sobrevivência. O excesso de proximidade gera mecanismos de distanciamento. Além disso, as relações de vizinhança e de proximidade são atravessadas por diversas situações cotidianas e formas de significação, em geral, regidas pela ordem moral. Essa rede de sustentação e proximidade se torna tão densa que não é raro ultrapassar a linha para a reação violenta entre conhecidos.

Tão importante quanto localizar os efeitos positivos promovidos pelo banco comunitário é também compreender as tensões que essa relação revela e, muitas

vezes, catalisa. No bairro se entrelaça uma heterogeneidade de modos de vida, sendo que para muitos moradores esses se constroem através de experiências de privação que causam sofrimento e angústia. O pedido de dinheiro a um conhecido, nesse contexto, pode representar uma vivência mais humilhante do que o imperativo da necessidade.

Segue abaixo um relato que representa as diversas situações limites em que vivem moradores e participantes do Banco Palmas, e o lugar que assume o pedido de dinheiro.

Ele chegou na minha casa, simplesmente, ele levou tudo que nós tinha. Nós tava montando um depósito de reciclagem, meu marido tinha pagado a balança, mas não tinha assinado. O que foi que ele fez? Entrou e disse que ia levar e era dele e pronto. Qual é a prova que eu tenho pra dizer que era minha? Não era. Aí, assim, será que a pessoa dessa é boa? Não é. Porque, sim, tinha que ver o lado dos meus filhos. Como eu digo, só eu e meu marido, nós come farinha com água, farinha com açúcar, alguma coisa nós se virava, mas nós tem três criança. Quando eles tão com fome, eles não quer saber, não. Aí, ele passou uma semana desempregado. Uma semana nós passamos no aperto. Uma família vinha, dava um pacote de leite, outra vinha e dava um frango, outra vinha e dava um arroz e assim nós ia passando. Portanto que ele começou a trabalhar nessa semana pra ganhar o que? R\$ 15,00 a diária dele. Aí, quando chegou na semana passada, que no sábado ele recebeu dinheiro, fui pagar minha luz, não deu. Porque como fecha quatro horas, aí já tava por causa do feriado. Aí, ontem eu vim, peguei a fila enorme lá, paguei minha luz. Aí, disse assim: "Ó, meu Deus, muito obrigado por eu ter pagado minha luz e não ter cortado." Quando foi de noite, cadê a luz? Cortaram porque eu tinha dois papel e eu paguei um e eu fiquei sem energia. E até uma hora dessa, eu tô sem energia. Aí um que trabalha, que faz curso aqui, a tia do meu marido, me emprestou... [...] R\$25,00, ela pagou, pra quando minha energia vai chegar? Amanhã. Porque são 24 hora depois que você paga. Como ela pagou meio dia, só vai chegar amanhã ao meio dia. Aí, eu tenho um pequeno que não pode dormir sem o ventilador, mode as muriçocas, fora o calor, como é que dorme? Como é que passa? Empurrando. Empurrando. Desse jeito. A renda da gente é R\$ 15,00 o dia, que ele trabalha. Quinze, junta com o meu no fim do mês que é muito, é R\$ 20,00 ou R\$ 40,00 que é da revista. E é o que nós sobrevive. Ontem eu me desesperei por causa que não tinha mais dinheiro. Eu saí batendo em porta em porta. Pois é. E quando foi o que? Dez horas da noite eu tava lá passando mal, em tempo de morrer. [...] Eu pensei só neles. Como é que vamos dormir sem energia? E o ventilador? Como que... É muito quente. É muito quente. Não dá pra dormir. Dormir de porta aberta é o que? É o perigo. [...] Eu tenho uma dívida aqui do banco, que tá atrasada minha dívida. Eu tenho dívida do comércio, que eu comprei e depois ele ficou sem trabalhar, como é que eu vou pagar? Graças a Deus que lá a mulher é bem paciente comigo. Graças a Deus! Aí, tinha da

luz, que eu já paguei. Mas quando for depois de amanhã chega outro papel de novo. Aí lá vai mais uma dívida. E fora a alimentação. Aí, vem o leite, vem a massa, vem o calçado, vem a roupa. Aí o menino vai pra escola, perde o lápis. Lá vai ter que arrumar um real, porque é dois, vai um real. Quando você não tem? O menino olha pra mim e diz assim: "Mãe, tô com tanta fome." "Espera, meu filho, que agora não tem não, mas mais tarde vai ter." Aí, às vezes, eu digo assim: "Vai vender isso aqui." Eu peguei um conjunto de copo cor mais linda que eu tinha e dei por dez reais. Dei, porque me obriguei a dar. Disse: "Valeu, Wesley, vender isso aqui por dez reais?" Porque eu acho assim, se eu tenho isso, eu não gosto de vender. Porque eu vender, eu vou gastar o dinheiro, eu vou comer e eu não tenho dinheiro e não tenho o objeto. De toda forma ficou pior. E se eu deixar ali, melhor. Mas nesse tempo, não tinha nada (Entrevista 1).

Diante da dificuldade do pagamento da conta de luz, a entrevistada foi ao pedido de uma conhecida. Conforme o relato abaixo, houve tensão no pedido do empréstimo. É a gestão da pobreza vivida de modo concreto, no desalento da impossibilidade da solução.

A gente pede o que dá pra, a gente vê que vai pagar. Como a luz. Eu disse assim: "A minha luz é R\$ 23,00, Nasaré." Ela: "Márcia, mas era muito importante?" Eu: "É muito importante." Ela: "Mas importante, importantíssimo?" "Importante, era pra ontem." Aí, ela disse assim: "Quanto, por que tu não pega os R\$ 25,00 pra arredondar?" Eu: "É. Então é." Aí, depois, ela foi e disse assim: "Não, Márcia, deixa os R\$ 23,00 e os R\$ 2,00 tu me dá como se fosse da passagem." Que ela, aqui não ia tirar, que ela tem conta no Bradesco. Aí, tinha que ir pro Bradesco pra poder lá sacar e tirar. Aí, eu disse assim: "Ah, minha filha, ontem eu tava pedindo R\$ 25,00 por R\$ 30,00. Você quer só R\$ 2,00? Tá bom demais." Ela: "Então me pague os R\$ 30,00." Não, pode, não. Você não quer só os R\$ 2,00? Então é só R\$ 2,00. E quem empresta não quer que a gente pague com R\$ 5,00, com R\$ 10,00". Se não for da família, se for de fora, eles querem com mais" (Entrevista 1).

Nos relatos a seguir, aparecem as tensões em créditos coletivos, metodologia chamada de "grupos solidários", realizada por uma instituição pública de microcrédito. Apesar das passagens não se referirem a uma relação com o Banco Palmas, elas contribuem para dar indícios da trama que envolve dinheiro e relações de proximidade, articulação central presente nas bases do Banco Palmas.

Entrei. Mas é um crédito que eu me arrependi, me arrependi amargamente. Porque o crediamigo me arrependi? Porque a primeira, ele disse assim: "Dona Márcia, você quer quanto?" "Quero R\$ 500,00." R\$ 500,00 baixou pra R\$ 200,00. Aí, eu pensava que ia

vim R\$ 400,00, R\$ 300,00 essas coisas assim. Quando eu cheguei lá numa mesa igual essa daqui, que eu olhei o papel, R\$ 200,00. Não dá pra nada. Mas se eu desistisse, eu não ia me prejudicar, mas sim a todos. Aí, assim, é tipo a tua assinatura. Se tu errou teu nome, todo mundo vai ter que assinar a papelada de novo. Aí, se tu não quer, todo mundo perde e marca pra outro dia e é desse... É uma burocracia muito grande. É horrível. Aí, no tempo que eu fiz ele, eu fiz daqui. Eu já paguei lá duas parcelas e falta mais duas. Por que que eu consegui pagar lá? Porque, assim, chega num dia, esse mês eu não, não tive condições. Aí, eu falei pra pessoa, né? "Fulano paga, porque eu não tô com condições." Aí, ela pegou e disse: "Mas o mês passado fulano não me pagou." "Só que você viu que quando o meu esposo tava trabalhando... Márcia, o empréstimo foi dia 25. No dia 15, 14 o dinheiro já tava estourando na sua mão. Você sabe que eu sempre fui desse jeito." "Não. Mas isso não interessa, não." "Interessa, porque a pessoa que faz a reunião, ele disse, quando você não pode, o grupo se ajuda." Então eu não tô recebendo ajuda, eu não tô vendo melhorias. Eu não tô vendo nada. Então o que que eu vou fazer? Pagar e parar. E, aqui, não. E aqui é só crescer. Crescer. Vou pagar a minha, o meu parcelamento com juro? Eu vou. Lógico que eu vou. Mas é um juro pequeno. É uma coisa que na hora que eu pegar, eu venho aqui, falo com as menina e elas pegam meu carnê, levam lá dentro, bate as conta quanto é que dá. "Dona Márcia, vai dar tanto, você vai pagar tanto." Pronto. Simples desse jeito. Mas lá não é assim. Nós somos os vizinhos, assim, interessado. Se tu tem tá muito importante, mas se não tem tu não é ninguém. [O grupo, você conhece as pessoas, não?]

Conheço. Todo mundo somos vizinho. [Vizinho. É? Mas não dá confusão, quando um não paga?] Eles dão. Eu não me envolvo. Eles dão confusão. Eu não, não me envolvo, até por meu jeito de ser. [Como assim?] Por um lado eu sou um pouco estourada. Então eu já, só vou lá quando é pra pagar, quando é pra reunião que tem que ir por causa que tem que assinar os papel. Aí eu vou. Sempre tem uma que diz assim: "Eu devia não ir, porque se eu não for ninguém não recebe, não sei o que." "Ninguém tá lhe obrigando a ir não, minha filha. Você vai se você quiser. Tava precisando? Tamo. Mas se você não quer ir hoje, amanhã nós tira. Hoje vai precisar, amanhã precisa mais ainda. E assim nós vamos vivendo a nossa vida, vamo levando." Aí, ela: "É. Assim mesmo." Por isso que eu quero sair. Não tô vendo melhoras lá, até agora (Entrevista 1).

Os trechos a seguir, todos retirados da mesma entrevista (entrevista 7) apontam o caráter ambíguo dessa articulação, afirmando tanto as potencialidades de fortalecimento das relações de proximidade no enredo da vida financeira como também as tensões das relações que faz do crédito a ligação e a "cola" entre as pessoas.

Aí, para eu formar um grupo, eu tenho que arrumar umas pessoas muito, muito aconchegado, muito conhecido. Aí eu digo: "Não. Tem que se aconchegar primeiro, pra mim saber quem é a pessoa." Aí já o Alberto apareceu. Aí, ele arrumou um cara do sítio São João que

vendia umas flores. Aí ele chegou aqui, aí disse: "Zé, arrumei o Raimundo lá. É o meu vizinho, ele é gente boa. Ele trabalhava vendendo não sei o quê, não sei o quê." "Então, mas... Mas seu Alberto, eu tenho que conversar com ele." "Não, porque eu já vim negociar. A gente trabalha em comunidade. Nós tem experiência porque a gente das comunidades. A gente trabalha muito em comunidade [...] Aí, eu cheguei lá, ele disse: "Não, mas eu vendo aqui, minha venda é muito grande, eu tenho um carro de..." Depois ele foi lá e veio cá. Aí, botaram ele, aí cara quebrou. Zé Roberto, eu não disse a tu, Zé Roberto? Quando eu vi o cara se estressando, querendo só se for muito e muita conversa... Eu já vi que não era certo." Se eu não pagar, você tem que pagar. Não é não? Porque se é um grupo, grupo é grupo.

[...]

Eu gosto de grupo. Aí, nós falamos pra dona Nilda. Uma pessoa do nosso grupo saiu e aí? Ficou nós três. Foi. Era nós três. Aí foi a dona Nilda. "Rapaz, tem uma amiga minha lá na Santa Maria..." "Não pode botar na Santa Maria nem no Palmeira aqui não, sabe?" Falei assim: "Dona Nilda, se ela é sua amiga, você é uma pessoa do bem. Amigo é amigo. Nunca nós atrasemos um dia, viu?" "É a dona Teresinha. Nós vamo lá na casa dela." "Não. Dona Nilda, confiando em você... A senhora arruma o documento dela". Era da dona Teresinha. Sabe quantos anos nós ficamos? Dez anos. Aí ela morreu. Aí, nós fomos pro enterro dela lá.

[...]

Eu tenho uns colegas meu, que eu não vou dizer os nome dele, não, que tá gravando, ele mora bem aqui. Queria que enfrentasse mais ele. Aí ele quando tirou o dinheiro, disse que não ia pagar não que o dinheiro era fundo perdido. "De fato, esse dinheiro é fundo perdido. Eu nem sei o que é fundo perdido". – "Fundo perdido é pra nós girar nosso dinheiro de nossas coisas, pra nós ficar trabalhando mais sossegado. Não tem juros". Porque juro de um por cento não é juro, não. É só pro dinheiro não se acabar, pra repassar pros outros. Esse dinheiro, ele, ele não tem também que se acabar, porque às vezes se não gira um real. Porque as vez, de mil real tu paga cem real e você vai girar. Agora se não tiver pra pagar a conta nenhum. Não funciona não. "Não compadre, não vou pagar, não." O nome dele ficou sujo, sujo. Não pagaram de jeito nenhum, nem ele, nem o outro. Não entrei no grupo dele, não. Saí fora. Arrumei esses três (Entrevista 5).

5.6.2 Crédito: sentidos e funções

Entre a ajuda e a confiança

Como parte da construção de uma visão criminalizada da condição de pobreza, visão essa que ainda temos arraigada na cultura brasileira, está presente a dimensão do crédito, sobretudo a valorativa em seu aspecto pejorativo – o descrédito. A pobreza é reconhecida como uma condição inferior que define traços de personalidade, caráter e comportamentos. Essa visão assume um caráter econômico com a falta de recursos investidos nas economias de bairros pobres e a falta de crédito para os empreendimentos criados pela população que ali habita, além de, mais profundamente, assumir uma dimensão simbólica e social – a estigmatização. No banco comunitário, essa visão é posta em xeque em dois planos: no plano institucional, quando a comunidade cria um banco que aponta caminhos para formas de promoção do desenvolvimento de comunidades pobres a partir de suas próprias práticas; e no plano individual, a partir da oferta de serviços financeiros e bancários em que é possível promover vivências e significações diferenciadas.

Assim, no Banco Pamas, o crédito pode ser visto de uma outra forma: como uma transação financeira que representa uma dimensão da concretização de sonhos, aspirações e desejos. E aqui, os sonhos são mesclados com o possível de um mundo distante, regado a signos do consumo e da realização propagados pela tela da televisão, mas também à concretude da vida cotidiana. Eles são, sem dúvida, construídos dentro da sociedade de consumo em que vivemos, entretanto, para essa população representam melhorar a cozinha para produzir bolos e salgados, pagar a passagem do filho para um jogo de futebol, levar os filhos para a praia, arrumar um banheiro, reformar uma sala, dentre tantas outras ações do dia a dia. A melhoria da vida pressupõe a possibilidade de aquisição de bens e serviços ou mesmo de melhorias para a casa.

Para o futebol

A próxima cliente estava acompanhada do filho de 14-15 anos. Ela respondia às questões com muita tranquilidade, mas tentava sempre dar uma informação das dificuldades que estava passando. Parecia querer convencer a analista de que ela necessitava muito do dinheiro. Como ela era beneficiária do Bolsa Família e era renovação de um crédito, não havia chance de ter o crédito negado.

Novamente, a analista refez as perguntas do cadastro: nome, endereço, tempo de moradia no bairro, renda familiar. Em um determinado momento, a analista perguntou qual era a finalidade do crédito. Ela parou, suspirou e respondeu: "É para pagar a viagem do meu filho para jogar bola". Pela tensão criada segundos antes de ela verbalizar essa frase, não parecia que viria uma finalidade tão legítima, se é que, naquele contexto, há alguma que não o é. Após a liberação, mãe e filho saíram satisfeitos⁴⁶.

Após a participação nesse processo de concessão, algumas perguntas logo surgiram: o valor emprestado era tão pequeno, o que poderia estar além da simples concessão? Se não tivesse o banco, onde a mãe conseguiria dinheiro para o filho viajar?

O empréstimo via banco comunitário parece trazer legitimidade ao pedido, que não está enquadrado no registro da ajuda. O banco comunitário não está fazendo um favor a ninguém, é parte de sua política de crédito promover o apoio financeiro a iniciativas como a relatada. Parece haver, assim, um ganho de qualidade na relação entre a necessidade do dinheiro e a possibilidade da realização de uma aspiração. Essa realização pode passar pelo registro positivo, abandonando o olhar negativo: o empréstimo pode ser visto como a possibilidade de acesso ao recurso e não um pedido a alguém que pode representar a falta de dinheiro. Ir ao banco e ter um crédito aprovado representa a confiança e restaura a dignidade, pois não representa um pedido de ajuda. Mello (1988), ao escrever sobre a vida de mulheres trabalhadoras domésticas, traz de forma concreta do que se constitui a dignidade que se constrói na relação intersubjetiva com o todo social.

A dignidade pessoal do ser humano é frágil. Ela é sustentada, em grande parte, pelo reconhecimento social dos seus sinais exteriores e de seus atributos mundanos. Os sinais exteriores da dignidade, as marcas de respeito e da estima fixadas pela sociedade reforçam e integram o sentimento pessoal de dignidade. É tanto mais fácil mantê-la intata quanto mais é reafirmada no cotidiano dos contatos humanos (MELLO, 1988, p.189).

A aprovação de um crédito pode ser a vivência, no registro positivo, da dignidade em um mundo em que os pobres não são dignos de crédito. Essa experiência transforma o que se ligaria a uma experiência de âmbito privado, entre a

⁴⁶Descrições realizadas a partir do acompanhamento das atividades do banco comunitário no dia 19/03/2012.

mãe e um parente ou a mãe e um agiota, para se realizar num espaço reconhecidamente coletivo. O pedido ganha visibilidade, pois se articula a toda rede de significados que possui o Banco Palmas para os moradores do bairro, instituindo pequenos indícios de uma experiência menos privatizada das situações da vida. Todos esses elementos traduzem a função mediadora do banco na prática e o lugar da mediação formal no acesso, ao retirar o pedido de um empréstimo do registro da ajuda.

Crédito não é para todo mundo

Ao mesmo tempo que o crédito assume o sentido de concretização de sonhos, fortalece relações de confiança e proximidade e o acesso produz um sentimento de dignidade, há uma tensão que se impõe em todo esse processo, já que crédito não é para todo mundo.

Em uma das primeiras visitas ao Banco Palmas, em conversa com uma das técnicas mais antigas do banco, mas ainda jovem em relação à idade, ouvi o relato da dificuldade que tinha no início do trabalho como analista de crédito, já que crédito não é sinônimo de ajuda, pois se um analista perceber que a pessoa que pediu o crédito não poderá pagá-lo, caso aceite conceder o crédito, sua ação pode lesar o banco comunitário. A técnica contou que ia a casa das pessoas e via a precariedade de suas vidas, mas tinha que ter coragem de assumir que o crédito dado não resolveria o problema, só arrumaria mais um. Assim, assumiu que o banco tem determinada função que não atende a todos, por isso deve realizar outras atividades e contribuir para que aquele que não acesse o crédito consiga algum tipo de apoio. Como ela disse: “Muitos precisam de ajuda e não de crédito”.

Esse movimento de considerar que a função do banco é ajudar, mas uma de suas ferramentas não serve a todos, é uma consciência que está presente em todos os trabalhadores e trabalhadoras que exercem a função de analista de crédito.

Como já descrito no capítulo sobre o campo, as chamadas “meninas do crédito”⁴⁷, são 3 jovens de faixa etária entre 22 e 25 anos que lidam, cotidianamente, com a miséria e a pobreza do bairro onde vivem. “*Uma das mulheres, quando ela vem, eu sei que ela vende droga, mas que tá passando fome*” contou uma delas.

⁴⁷ Não houve uma entrevista formal com nenhuma das analistas de crédito. Entretanto, a referência a elas ocorre em diversos momentos do texto, dessa forma para diferenciá-las usou-se a denominação analista 1 e analista 2.

Essas analistas vão construindo táticas para conseguirem, em seu cotidiano de trabalho, mediar esses conflitos vividos intersubjetivamente, na construção de suas referências e valores e na mediação dos objetivos do Banco Palmas.

Crédito e família: as bases de uma relação

A conexão peculiar⁴⁸ que caracteriza o Banco Palmas, unindo relações tradicionais aos elementos da moderna financerização, também está presente nas relações de proximidade, incluindo as familiares, para a construção de uma referência mais formal e menos privatizada por parte da população. Como já discutido, essa referência privada é consequência da falta de mediação pública dos direitos - resultado de nossa frágil democracia ainda baseada em relações patrimonialistas (CHAUÍ, 2013).

Tal dimensão já foi analisada a partir das características do banco comunitário, e aqui serão articulados à discussão alguns resultados da pesquisa realizada pelo NESOL sobre a relação entre família e pedido de empréstimos, que revela ainda mais essa trama de relações e a importância da experiência formal trazida pelo banco.

Os resultados apontam que a maioria dos entrevistados respondeu que, ao precisar de dinheiro, recorre a familiares, corroborando a afirmação da importância da família na formação de uma rede de sustentabilidade da população pobre. Entretanto, parte desses entrevistados afirmou que esse pedido causou conflitos e constrangimentos, refletindo também em mais um dado importante, que é a tensão que existe em função da densidade dessas relações. A referência privada da vida e a referência de ordem moral na significação da vida social tornam o pedido de dinheiro a um familiar, para o qual a falta não significa o resultado de uma condição social, mas é atribuída ao âmbito individual como gastos inconsequentes e sem necessidade, falta de competência ou preguiça para arrumar um emprego melhor.

Alguns dos entrevistados da pesquisa deram pistas do que pode envolver o pedido a um familiar ou a um amigo: “Família é complicado, o [banco comunitário] dá prazo certo para pagar”; “mais segura que eu vou pagar, tem dia certo”; “[na] família a dívida fica em dobro”; “cada um com suas responsabilidades”; “[n]o banco, [se] eu atraso, pago juros, família é na orelha todo dia”; “a família fica na cola, no banco

⁴⁸ Expressão utilizada pela Prof^a Sylvia Leser de Mello ao resumir a análise realizada neste trabalho sobre as características do banco comunitário.

você pega a parcela”; “é mais fácil, evita conflitos”; “tem o tempo certo para ir pagando”; “palmas paga por mês, família é por semana”; “família cobra mais, banco dá mais tempo para pagar”; “família fica aperreando, palmas tem fatura, tem data”; “mais certo, responsabilidade de pagar todo mês”.

Entretanto, há aqueles que indicam preferir o pedido a um familiar e isso se dá em razão da confiança e da ajuda mútua. As justificativas fortalecem a importância da família como uma rede de suporte, e essa relação, claramente, não é regida pela lógica da racionalidade econômica, de modo que não é considerada uma dívida, pois pode ser paga quando der. E é assim que essas pessoas justificam suas respostas: “Posso pagar quando der, e quando não dá, esperam”; “Às vezes, não precisa pagar”; “Família não cobra”.

É interessante perceber que as frases que caracterizam a relação positiva com a família têm correspondência com o conjunto de respostas que a caracterizam do ponto de vista oposto. Para os primeiros, que têm a solidariedade como base, o argumento positivo é a falta de data para pagar; para o outro grupo, isso é sinal de confusão. Além disso, para aqueles que preferem contrair dívida com o banco, o que diferencia o banco comunitário das relações familiares é a clareza de critérios, como forma, data, prazo e responsabilidade de pagamento.

Dessa forma, mais uma vez é possível compreender o caráter ambíguo do banco comunitário a partir da relação entre família e crédito: as relações financeiras trazem a clareza e a formalização dos acordos relacionados ao crédito concedido, porém, sem a formalidade segregadora dos bancos convencionais. Trazem também a proximidade de um ambiente conhecido e de confiança. É a possibilidade de adquirir um crédito, mas em uma relação pública e formal, sem que haja invasão da intimidade e, ao mesmo tempo, em um ambiente que se aproxima do privado, que é conhecido e de confiança.

Trabalhadora do banco, filha, prima, tia...

Em conversa com uma das agentes de crédito (analista 1), ela contou a situação de atender uma pessoa da sua família para efetuar o pedido de empréstimo, o que, para ela, era desconfortável. Seu desconforto se deu por imaginar que o familiar teria a expectativa de ter privilégios, como um valor de liberação maior, por ter um familiar lhe atendendo. Entretanto, o valor pedido foi

aprovado pelas condições apresentadas e não por intervenção da analista, o que não representou nenhum constrangimento.

Diferentemente do caso acima, com uma outra analista de crédito (analista 2), não houve a liberação esperada pela tia. A analista conta que se sentiu incomodada em atender a tia, pois como era sua sobrinha, podia haver confusão na relação e a tia achar que teria direito a um crédito maior. Nesse caso, porém, não houve reclamação, pois segundo ela: “O sistema a tratou como um cliente qualquer”. O sistema é ela, ou seja, ela tratou a tia como um cliente qualquer.

Nessa busca por inserir uma mediação formal, baseada no híbrido privado/público, as agentes de crédito usam um anteparo concreto, “o sistema”, para conseguir exercer sua função. Importante esclarecer que “o sistema” é apenas um software de gestão para organizar melhor os dados e não tem nenhum dispositivo efetivo que controla as liberações dos valores em função da condição apresentada pelo solicitante, como já descrito anteriormente. A aprovação ou não de um crédito e seu valor é definido pelas próprias agentes. O sistema é, portanto, uma saída criada, já que não há um sistema abstrato com regras próprias que impeça as pessoas de realizarem suas ações. As agentes de crédito são o sistema, mas a autonomia da decisão implica uma responsabilidade diária na decisão das concessões e dos valores a serem liberados e para quem.

Interessante notar que, em nenhum dos casos citados ou em outras conversas sobre casos de parentesco e crédito, foi usado o critério familiar no acesso ao banco comunitário. A referência formal da instituição é assumida tanto para quem toma o crédito como para quem o concede.

Crédito como suporte e produtor de relações de proximidade

A concessão de crédito é baseada nas relações de proximidade, mas o processo de pedido e a liberação também sustentam e estruturam essa mesma rede. Os moradores mais antigos que têm empreendimentos econômicos mais estáveis e acessam com maior regularidade o crédito articulam a participação nas atividades do banco a certa militância comunitária, substrato que consolida ainda mais a relação de reciprocidade entre os moradores e o banco. Aqui, a noção de confiança e de igualdade se dá no caráter político da instituição, mas também está baseada na rede de obrigações que se estabelece entre o cliente morador e o

banco. Dessa forma, a confiança está associada ao registro de âmbito privado e que rege o sentido do que é família: aqueles em que se pode confiar.

Lanche, café da manhã, crédito e participação

Uma das clientes fiéis do banco é a dona da lanchonete, que fica localizada próximo ao Banco Palmas. Ela serve o café da manhã para os hóspedes da pousada PalmaTur, fornece lanche para os cursos de formação e participa dos festivais de culinária e artesanato com uma banca de comida e outra de bijuterias, dividida com a filha. Em uma conversa, sentada à mesa em frente a lanchonete, olhando o movimento da rua e tomando um café, ela refletiu sobre sua participação nas atividades do banco e contou que antes participava mais das reuniões e atividades da associação e do Banco Palmas em comparação aos dias de hoje. Com certa dúvida, justifica a sua falta de tempo, no aumento de trabalho e atividades na lanchonete.

O movimento da lanchonete é constante: fornecem-se salgados, lanches, pedaços de bolo, sucos, refrigerantes e cafezinho. Mesmo com esse movimento, ela afirma que são as encomendas de bolos para festas o produto que garante uma renda certa para a família, composta pelo marido, duas filhas, um filho e um neto.

Por estar próxima ao banco, têm como clientes assíduos as trabalhadoras e trabalhadores que vão comprar café e salgado para o lanche durante o expediente. A lanchonete é também ponto de encontro de conversas e de saber as novidades do bairro.

Nas conversas, a relação com o Banco Palmas foi aparecendo como uma relação econômica baseada em confiança, reciprocidade e respeito. Esses valores suportam as tensões que também estão presentes quando o assunto é dinheiro e contratos firmados entre os moradores e o banco, como vemos ao final do trecho transcrito abaixo.

Eu sempre gostei, assim, de participar das coisas [...] Na primeira reunião, já tava lá. Desde a primeira reunião, a primeirinha mesmo, que eu trabalho com eles [...] É muito bom. Então eles, a gente sempre esteve muito próximo. Sempre presente. Aí a gente vai se se envolvendo com mais coisa, mais trabalho. Aí deixei de participar. Mas nunca porque tive problema com isso. Não tive, não. Às vezes, a gente acha mais dura, assim, a Jaqueline. Mas, também, quem tem mais responsabilidade é quem tem que ser mais dura mesmo, né? É. Quase sempre. Ela, às vezes, eu tô num momento mais difícil,

não chamo outra pessoa, não. Chamo ela mesmo pra conversar. Converso, conto pra ela. Às vezes, a gente vai lá, às vezes quando eu vou conversar com ela. [...] Ela me fala algumas coisas. A gente conversa das dificuldades. [...] Já fui lá várias vezes pra ela me adiantar um pouco. E ela ajuda. Ela só diz não mesmo, quando não dá, né? [...] Às vezes, também, eu acho que eu tenho o direito, também. Porque eu não vendo o mês todinho fiado? Todo mundo precisa, né? No momento que eu tiver ruim, eu me acho no direito também de correr lá, né? E pedir uma ajuda, não é não? Eu sei que eu vou vender. No final do mês eu vou ter um pouco para pagar. [...] [E quando parou de comprar o cafezinho? referência ao cancelamento de um contrato por parte do Banco Palmas com a comerciante para o fornecimento de café para a instituição. O ganho mensal era de R\$ 600,00] Hum... Parou mas foi pouco. Que as meninas continuaram comprando. Pararam. Botaram a máquina. Mas acho que abriu outra porta. A gente conta com isso, né? Fechou assim uma porta, mas abriu a janela, né? As meninas ficaram sempre comprando. Elas sempre compram lanche. [...] Eu faço por eles, tá na hora deles fazer por mim, né? Mas é bom ter um lugar para ir a qualquer hora. [...] Porque eu nunca pensei me desligar do Palmas. [...] Um desses motivo é exatamente essa troca, né? É, poder contar. Eu acredito que ela pode contar até comigo, sabe? Porque ela tá ali. É troca, né? Mas que tive um motivo forte, né? O financeiro é o mais importante. Você sabe a dificuldade que tem pequeno comércio que nem esse. [...] você participar das coisas, né? [Você fica cuidando da relação, né?] É. Cuidando. Exatamente (Entrevista 8).

A gente não é nem amigo

O entrevistado é vendedor de móveis, principalmente de cadeiras e mesas na forma de galego. O **galego**, como já descrito, é um vendedor ambulante que funciona também como um crediário, pois vende a prazo seus produtos. Ele é muito conhecido no bairro em que mora, a mais ou menos 2 km da sede do Banco Palmas. Por ser uma distância razoável para se fazer a pé, no calor de Fortaleza, e por muitos clientes do banco morarem nessa região, há um ponto de atendimento do Banco Palmas apenas para o serviço de pagamento de contas, depósitos e saques – o correspondente bancário.

A conversa aconteceu em um terreno que se localiza do outro lado da rua, em frente a sua casa, no qual o entrevistado cultivava uma horta e algumas árvores frutíferas. Ficamos sentados por algumas horas à sombra de um cajueiro em companhia de seu neto de três anos. Ao longo da nossa conversa, ocorreram vários acenos de outros moradores, palavras de cumprimentos, buzinas de carros e algumas paradas para uma pequena troca de palavras. Parecíamos estar em uma pequena cidade do interior. O entrevistado nasceu no Rio Grande do Norte, mas

morou em São Paulo alguns anos, no interior cearense e, depois, voltou à capital com as filhas ainda jovens. Segundo ele, a vida no interior era mais difícil:

Eu vim morar aqui por causa de, eu tenho três filhas, as meninas queria... Assim, sempre eu pensava delas estudar, né? E os tempos no interior a vida foi mais, mais difícil, né? Hoje não, hoje tá bom. Hoje é bom demais. Mas no meu tempo. Daí pra cá a gente enfrentou a seca. A gente não tava dando certo lá, aí eu vim pra cá (Entrevista 7).

Hoje, vive em um sobrado com a esposa com quem é casado há mais de 50 anos, tem três filhas criadas e um neto que é sua grande paixão e orgulho. Ele diz que o neto será vendedor como ele. O menino já repete o futuro como a impossibilidade da mudança: "Qué compra uma cadeira? Qué?"

O entrevistado não saber ler, porém, não impediu-o de ter desenvolvido as habilidades para o uso da apurada lógica financeira, que está na ponta da língua. Ele controla as vendas com carnês de papel, nos quais a mulher anota o nome do cliente e a quantidade de prestações que deve ser paga. Sabe, também, o valor dos empréstimos, valor dos juros a serem pagos e a perversidade do pagamento a prazo. Contou diversas situações sobre compra e venda pelas quais ficou evidente ter o controle de suas finanças. Falando sobre números articulado a concretudo dos tempos da vida diz:

Só pago com quatro meses. Aí, eu paguei o empréstimo. Aí eu fiz de novo, tirei mais dinheiro. [...] Só pego de cinco meses pra trás. Seis mês eu não gosto, não, porque é meio ano (Entrevista 7).

Vida econômica e vida comunitária estiveram sempre articuladas para o entrevistado, fragmentadas apenas durante a vivência de trabalho na grande metrópole paulistana. Durante a vida no interior, participava ativamente de um fundo rotativo solidário, também considerado uma experiência de finanças solidárias mas, nesse caso, articulado diretamente às ações locais da Igreja Católica:

Antes de começar esse projeto, nós tinha um projeto pra aquele pessoal que não tinha uma vaca, não tinha uma cabra pra dar leite pro filho. É um menino desse não tem condições, você dá uma garrafa de leite. [...] Aí o cabra pega, pega uma cabra e devolve três cabritos, quando tiver dado cria. A cabra é dele. Se eu tiver uma cabra e aí a cabra é tua e daí pra lá é tua. Aí você vai me dar que é pra mim passar pra ele, outra pra ele, outra pra ela. Que é pra ir aumentando. Aí nós peguemos dez. Só dez, ó. Daqui [...] Isso foi em

80. Aí nós começamos com dez. Aí, quem seguiu na cabra já mãe, já é matriz, já novinha, não [...] Rapaz nós começamos isso, em 80... Não sei se foi em 81 ou 82. Aí quando nós vinha pra cá em 95 sabe quantas cabras nós tinha fora do que morreu e que ficou nas comunidades. Eu pegava os três cabritos, quando tava com dez quilos, aí já passava pra outros. Se você não quisesse, podia devolver. Os macho só recebia quando já tivesse com 10, 12 quilos pra trocar na fêmea. Aí trocava na fêmea e já passava pro outro (Entrevista 7).

Já em Fortaleza, no bairro em que mora até hoje, religião, comunidade e economia continuaram caminhando juntas. Ele, a esposa e o padre da paróquia do bairro organizaram grupos de produção em conjunto. A relação com o Banco Palmas veio com a participação nas mobilizações populares dos anos 80 e 90. Além de empréstimos em outras instituições de microcrédito e de certa distância do dia a dia do Banco Palmas, fala sobre as idas ao banco, os empréstimos e os pagamentos como um relacionamento que se localiza além do econômico. Interessante notar que são as ações econômicas práticas que reforçam as relações de proximidade e confiança. É um movimento no qual a confiança permite a relação econômica, e as ações práticas desse campo reforçam as relações que anteriormente sustentaram sua criação.

Porque eu gostei. Eu comecei a ir no Banco Popular e aí os meninos me chamaram pro Palmas. Foi o Gil que chamou. [...] O Gil veio aqui em casa. O Gil é legal. O Gil é gente fina. Dou maior valor a ele. Ele, o Joaquim também, o gerente. Também gosto dele. São pessoa boa. As menina que atende também. Só tem aquela menina, mas ela é legal. É porque é o jeito dela. A gente pergunta uma coisa a ela, ela não gosta de... É porque é muito problema. Mas aí quando ela chega na... Mas tudo ali é legal. A Fran, Maria Fran é gente fina. Sabe qual é a Fran, né? Ela é a gerente. [...] Pode dizer a ela que é o seu Rodrigo que, mais ou menos é muita gente, mas ela sabe quem é. Toda a vida, desde quando eu comecei lá. Ela é pessoa, pra mim, de ouro. Não é nem amiga. A gente, a gente não tem contato não. Eu só vou lá resolver os negócios. Mas devido a muitas coisas a gente andar bem direitinho, a pessoa considera a gente. Porque se você for direito, você não tem nada a perder, só ganhar.

Deu um problema uma vez [...] Aí, as menina falou assim "Ainda bem que o senhor chegou." Eles me conhece, pronto, liberou ligeiro. Só basta chegar um conhecido, né?

Eu me dou bem com essas meninas. É um dinheiro que me ajuda muito. Que eu agradeço muito a Deus, nunca faltar. Que eu gosto. Tem gente que diz que não, que tem que pagar.

*Aí o povo dizia assim: "Por que que o Banco Palma cresceu?"
"Porque o gerente já tem amizade..." Eu gosto dali. Eu disse mesmo
pras menina, agora... (Entrevista 7).*

5.6.3 O tempo ampliado da vida: a busca para se encontrar na História

O surgimento do Banco Palmas e todas as mobilizações e conquistas são pontos de apoio para os moradores do bairro na construção de suas histórias de vida. Nas diversas conversas que tive ao longo do trabalho, os moradores do Conjunto Palmeiras, tanto os trabalhadores do banco como os usuários de seus serviços, foram, através de pequenos relatos sobre a história do bairro, conectando sua vida como parte viva da construção e manutenção do banco. Esses pequenos indícios, muitas vezes, não estavam ligados diretamente ao banco, mas se ligavam a todo o seu processo de construção.

Em conversa com uma das agentes de crédito (analista 1), que primeiro atuou no projeto ELAS como agente comunitária e depois passou a trabalhar nas atividades diretas do crédito, foi articulando a sua história particular à história do bairro. Ao ser perguntada sobre seu primeiro contato com o banco, fez referência ao seu próprio nascimento, que foi realizado na casa de parto, construída ao longo dos anos 90. Ela descreveu o lugar onde ficava a casa e contou que era o local onde todos nasciam, até o dia em que fechou.

Esses pequenos fragmentos da história local aparecem também na fala dos usuários do banco:

Conheço a história dela [associação do bairro] todinha, as movimentações que tinha lá. Que era um lugar enorme, aí teve uma movimentação pra poder mostrar, né? Que tava prejudicando muita gente a obra que tava sendo feita. Bateram até uma foto minha. [...] Tem no Palmas. [...] Tá lá na frente. [...] De pé descalço. Toda assanhada. [...] [E quando você vem aqui no Palmas e você vê essa foto, cê pensa o que] Lembro minha infância, né? Como era bom, né? Agora melhorou muito, as tecnologias ajudou bastante. Agora o Palmas tem mais coisas a oferecer. Antigamente tinha pouca coisa. Agora, não. Tem mais, né? Mais oportunidades (Entrevista 4).

Em uma pequena entrevista, que teve mais o tom de conversa, com outra jovem analista de crédito⁴⁹ (analista 2), que participou do projeto bairro escola de trabalho e depois fez o curso de consultores comunitários e passou a trabalhar no banco, ela não só lembrou de sua infância como também analisou a mudança de sua visão de mundo depois do contato com o banco: “*Eu lembro, tinha que*

⁴⁹ Por problemas com o gravador não foi possível gravar a entrevista. Durante a conversa foram registradas falas literais e pequenos comentários da pesquisadora sobre uma fala mais longa da entrevistada.

atravessar a ponte. Eu lembro que brincava passando dentro dos anéis [referência aos anéis de tubulação, na época da construção do canal de drenagem]. Quando começou a luta” (analista 2).

Continuamos a conversa, e ela contou sobre como era trabalhar no banco e a flexibilidade para faltar por um motivo pessoal como ir ao médico. Perguntei sobre a participação dela nas atividades que o Banco Palmas realiza fora do horário de trabalho, e ela respondeu que preferia ir quando não tinha nenhuma responsabilidade na organização, mas que não se importava de contribuir nesses eventos, pois sempre era um pouco lazer. Logo em seguida, começou a contar sobre a mudança de sua relação com a pobreza do bairro:

Sempre eu queria mais, ele dava o jeito dele [referência a quando era criança e os pedidos feitos ao pai]. A gente vinha andando pelas casas de taipa, tinha uma senhora e 4 crianças e 4 tijolos. Hoje em dia, quando eu vejo eu quero ajudar (analista 2).

O trabalho no Banco Palmas articula a vida no bairro e um posicionamento qualificado ligado à sua vida profissional. A vida de trabalho une sua própria vida à continuação da história do bairro e a luta por sua melhoria.

Minha quer que eu faça enfermagem. Eu pretendo fazer um curso de administração. Eu ficaria no Palmas, porque você vê o povo crescendo, tem outra perspectiva. Tem muita coisa que pode mudar, tem muita gente buscando isso (analista 2).

O cotidiano é o lugar da vivência concreta da História. A história do Conjunto Palmeiras e do Banco Palmas se transforma na interface entre a história particular e a História. Mudar a vida significa mudar o modo de viver. A frase parece feita, como as de propaganda de supermercado ou de margarina, mas essa afirmação está radicalmente distante dos imperativos do viver o presente e de mudanças estereotipadas dentro da sociedade da mercadoria. Ela também não significa o chamado à população pobre para o engajamento em uma busca incessante para a conquista do sucesso em bases individuais. Mudar a vida, aqui, é engajar-se na criação social que é a História e, mais do que isso, reconhecer-se nessa criação. Martins (2013), apoiado em Marx, afirma:

A História, isto é, a criação social se cumpre na práxis que emancipa o homem dessas limitações e dessa pobreza. [...] A criação social depende de que o homem se aproprie de seu destino, de algum modo ainda que limitado, segundo as possibilidades do momento histórico (MARTINS, 2013, p.148).

E pobreza, aqui, não é apenas material, pois apesar de ser a face concreta da exploração, não é a única que consome a vida dos homens. Benjamin fala da pobreza de experiência: “essa pobreza não é apenas pobreza em experiências privadas, mas em experiências da humanidade em geral” (BENJAMIN, 2012, p.125). Martins (2013), inspirado por Lefebvre, fala em pobreza de realizações das possibilidades criadas pelo homem para a libertação de suas próprias carências.

A pobreza é, portanto, perda do contato entre os homens e sua experiência histórica e a experiência do descompasso entre o que a sociedade anuncia como possível e sua real efetivação.

A tentativa de juntar os resíduos para a humanização e o compartilhamento do mundo se realiza, em meio às adversidades e à consciência alienada de suas limitações. É alinhar sua própria vida a daqueles com quem se compartilha a história contada das lutas e vitórias, mas também da luta imersa no dia a dia, presa à rotina e aos acontecimentos arraigados ao cotidiano, circunscrita à vida do bairro, ao trabalho e a luta pela sobrevivência. Trata-se aqui da dimensão econômica e, por isso, o Banco Palmas tenta dar conta dos imperativos da sobrevivência dando suporte às pequenas iniciativas locais atreladas a produção de experiências menos privatizadas e ligadas à dimensão social e política, devolvendo aos homens o seu lugar de produtores do mundo.

Em alguma medida, o sentimento de pertencimento ao banco comunitário é a certeza do amparo num momento de extrema necessidade. Essa zona frágil de segurança permite que essa ligação não se interrompa ao fim de cada atividade ou ao fim do pagamento de um crédito. O sentimento de confiança permanece e pode representar algo previsível em meio a tanta instabilidade. Como visto em alguns trechos das entrevistas, a urgência da vida se apresenta de forma tão intensa que torna-se possível apenas experienciar o tempo presente. O futuro é dado aos filhos como busca de sentido a todas as dificuldades. O entreteçamento do banco a essa rede maior de sustentação promovida pelas relações de vizinhança e a busca pela reprodução da vida podem abrir espaço para uma ampliação do que poderíamos

chamar de experiência temporal dos acontecimentos. Não se deve esquecer que essa ampliação do tempo pode ser experiência fugaz, e está sempre colada a experiência dura do presente.

Essa ampliação do tempo é, também, a experiência do engajamento na produção de um mundo que transcende a vida individual e familiar. E esta se faz pelo enraizamento de uma atuação no bairro e ao entrelaçamento da história local à sua própria vida. Há um movimento paradoxal, pois é a permanência no bairro que representa a ampliação do tempo vivido.

Os diversos trechos escolhidos para essa reflexão descrevem uma mudança de posicionamento dos moradores, realizada não por elementos individuais, mas sim pela possibilidade do compartilhamento de experiências e vivências de uma história comum. Essa experiência tangencia elementos que Hanna Arendt considera essenciais para a constituição do sujeito: a aparição e a participação no mundo. A passagem de Arendt retomada por Mello (1988) anuncia os impedimentos da privatização da vida:

Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privatizada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação objetiva com eles, decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privatidade reside na ausência dos outros; para estes o homem privado não se dá a conhecer e, portanto, é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para outros. (ARENDR, 1981 *apud* Mello, 1994, p.18).

A construção de uma cultura democrática passa não só pela efetivação de direitos no campo estatal, conformando novas referências sobre o sentido do público para a população, como assume uma dimensão intersubjetiva descrita no trecho transcrito. É necessária a experiência de existir para os outros e suas ações produzirem efeitos para esses para considerar a existência desse mundo compartilhado. Dessa forma, as mudanças de posicionamento dos moradores do Conjunto em direção à vivência coletiva dos acontecimentos e a experiência de se engajar na produção coletiva da vida são importantes substratos para o refinamento da construção de uma referência menos privatizada da vida social.

Antes de continuar com a descrição e reflexões sobre os relatos, uma breve

nota sobre os cursos promovidos pelo Banco Palmas.

São inúmeros os cursos propostos pelo banco. A maioria é de capacitação profissional, como costura e alimentação. Entretanto, há a tentativa, pela instituição, de construir uma relação de maior duração com parte dos participantes das atividades. Nos últimos dois anos, o banco ofereceu cursos de capacitação profissional e depois abriu inscrições para o curso de consultores comunitários, elaborado para formar novos técnicos e trabalhadores para o Banco. As atividades são ligadas diretamente ao dia a dia do banco comunitário, ou seja, seus participantes passam, por um tempo, a fazer parte do cotidiano de trabalho da instituição. Os relatos que aparecem a seguir são, em sua maioria, realizados com mulheres que estavam participando desse curso e, talvez por isso, tenham mostrado de forma mais direta essa busca por permanecer ligada diretamente ao Banco.

“Tive oportunidade de trabalhar fora, mas não fui” (entrevista 4)

A entrevistada descreve sua relação com Banco Palmas desde os tempos de menina, como no trecho transcrito logo no início desta seção. A seguir, conta o impedimento criado pela reprovação na primeira inscrição que fez para um curso. Aqui, aparece um indício do que está em jogo na vivência de mais uma dentre tantas privações. Contou, em outros momentos da entrevista, a relação com o primeiro marido e a violência sofrida durante anos. A partir de uma nova oportunidade, conseguiu novamente se engancha na história coletiva que representa a participação nas atividades do banco.

No comecinho, no comecinho do Palmas, eu tentei fazer curso. Não fui aprovada, não passei no curso. [...] Numa prova que a gente fazia, não passei. [...] Porque eu tentei a primeira vez, eu não passei, eu desisti. Não nego. [...] Eu não queria fazer prova, redação. Eu tinha vontade de fazer curso, de me capacitar cada vez mais. Como eu sei que eu não passo, não vou tentar. Quando eles começaram a feirinha, eu vinha ver. Andar, bater perna. [...] Eu me inscrevi no curso de corte e costura, porque disseram que não tinha prova. E outra, eu tinha um grande sonho de aprender a costurar. Acho muito bonito você pegar um pedaço de um pano e transformar numa roupa. É muito lindo. A menina chegou e me disse que ia abrir inscrição e eu fiz. [...] Me inscrevi, me desanimei na hora de me inscrever. Porque tinha que escrever umas coisas. Disse: "Vixe, não vou passar, não." Ainda bem que não foi prova. [...] Aí chegou o dia, eu vim. No primeiro dia foi difícil, mas consegui, né? Aprendi. Teve o básico e o avançado. Fiz o avançado, também. Tive oportunidade de trabalhar

fora, mas não fui. [...] Até porque sempre, sempre, sempre, sempre eu admirei aqui. Sempre, sempre, sempre. [...] Porque hoje eu tô fazendo um curso aqui, mas eu sempre admirei a oportunidade que eles dá pras pessoas jovens que não tá mais na escola. A única oportunidade que tinha aqui era o Palmas. [...] Fui chamada numa loja por aqui perto, eu não fui. [...] Porque eu queria fazer curso no Palmas. Para mim ficar aqui no Palmas. [...] Recentemente eu dispensei. A Isofarma que eu fui chamada pra trabalhar [...] Dispensei. A mãe de uma menina foi chamada, "Vai fazer a prova" Eu disse: "Não vou. Quero lá. Quero fazer curso. Deixa eu lá." Te juro. A menina me chamou agora recentemente também pra mim trabalhar. Disse: "Não vou, não. Que eu tô fazendo curso. Eu quero fazer meus cursos lá no Palma." Ela: "Ah, mas não tá ganhando nada." "Mas que que tem que não ganho. Tô aprendendo. Conheço novas pessoas." Eu gosto daqui. [...] Gosto. O dia que tiver pegando currículo eu vou deixar o meu. [...] Agora que acabar o curso, eu... Quando tiver, eu me inscrevo de novo, nos cursos de novo aqui. Eu vinha pagar as conta, passear. Ficava aqui passeando. [...] As meninas falam com todo mundo, vixe! Ficava por aqui. Quando começou esse novo curso de consultor comunitário, vim, me inscrevi, passei e tô, né? (Entrevista 4)

"Poder fazer parte dessa história" (entrevista 5)

A moradora conta que já passou por diversos trabalhos: escritório, supermercado, ajudante de açougue. Estudou até o ensino médio e, depois de demitida do último emprego, passou a participar de forma mais ativa das atividades do banco através do curso de consultores comunitários. Depois de contar sobre os trabalhos, falou da ambiguidade entre arrumar um emprego e continuar engajada nas atividades do Banco Palmas na comunidade. Essa ambiguidade pode ser lida também como a resistência a voltar ao mundo do trabalho, mera repetição, e conseguir manter-se num processo de criação. Ao final da entrevista enumerou um conjunto de momentos em que participou de atividades nas quais a dimensão histórica se fazia presente, como a festa de 15 anos do banco e o lançamento do livro.

Saí do supermercado em agosto de 2012. Até janeiro deste ano, eu estava recebendo o seguro. Aí, pronto. Prá cá, eu tô no curso e aí não tenho tempo de ir atrás de colocar currículo, de emprego assim. E, às vezes, eu fico temendo de eu colocar e arranjar emprego e deixar de fazer o curso, né? E é assim, é bom, a gente gosta, de conhecer outros lugares. [...] E dá oportunidade disso de você tá aqui na sua comunidade e ainda conhecer coisas fora. Para mim seria ótimo se eu arranjasse um emprego aqui. Aqui na comunidade, ou aqui no Palmas. [...] Antes quando eu trabalhava, eu só vinha aqui para fazer pagamento e receber o bolsa família que era mais perto, mais cômodo. [...] Na época que eu vim para a ciranda eu estava ou

de folga ou de férias [...] Ai peguei e vim, eu e minha irmã. [...] Aí a gente foi dando as ideias. Pronto, daí dessa primeira conversa me tiraram como representante para ir na ciranda. Daí eles ligaram para vir, para ir nas reuniões, mas eu não podia vir por causa do trabalho. Quando eu saí que eu vim. [...] Eu brinco com as menina que já, já, a gente vai ter que trazer a carteira. Já, já nos vamos considerar que trabalhamos. Já participamos de tantas coisas, de palestras que houve no CEU sobre todos os bancos, a festa de 15 anos, poder participar do lançamento do livro (Entrevista 5).

Ao desligar o gravador, a entrevistada continuou falando da vontade de continuar participando das ações do Banco Palmas e “*poder fazer parte dessa história*”.

“Ficava só fazendo salgadinho e conversava. Só ali mesmo. Parada, bem dizendo” (entrevista 3)

A mudança de relação com a vida está presente de forma clara na fala de outra entrevistada, quando contrapõe “estar na rotina” com a participação em atividades que dão movimento à vida. Abrir a mente vai assumindo um caráter mais profundo, quando compara o trabalho de fazer coxinha às atividades do curso de consultores comunitários. O primeiro vem associado ao “ficar parada”, já o outro a colocava em posição diferenciada, em presença dos outros. Ela conversava, ouvia outras histórias, conhecia coisas novas e as passava adiante. Trabalhar com as mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família, convencê-las a irem para o curso, engajava a entrevistada na história – representada aqui pelo próprio Banco Palmas – como referência simbólica da histórica local passada e da mobilização para a continuação do fio da sua criação futura.

Eu dizia assim: “Eu tô na rotina.” Eu via, eu ficava em casa com a minha menina, punha ela pra dormir, jantava e pronto. Eu ficava só em casa. Aí quando a menina disse: “Vamos se inscrever no ProJovem?” Justamente foi eu primeiro, meu esposo, ele foi também, a Márcia e foi um bocado se inscrever. A minha cunhada se inscreveu também. A família quase toda. Aí, eu disse assim, aí eu me inscrevi mais o meu esposo. Aí, depois: “Márcia vamos se inscrever?” Aí depois que eu tava no ProJovem, foi no ProJovem que a minha cabeça veio assim: “O que que eu tava fazendo? Faz nada, sem fazer nada.” Porque lá também tinha dinâmica, lá nós tinha passeio, lá tinha muitas coisas assim pro jovem pra não ficar assim um tédio, ficar só dentro da sala de aula, né? Aí tinha o curso também de culinária, lá na UFC que a gente ia duas vezes por mês.

Aí, eu disse assim... Aí depois foi passando. No colégio, logo no ProJovem, foi aí que veio abrir a minha mente, né? O que que eu tava fazendo em casa? Tanta coisa pra mim viver e tava lá parada no tempo, né? Aí depois que eu vim pro Banco Palma, aí foi abrindo mais minha vontade de pegar, criar, igual passarinho, criou asa e vôo. [Risada] Aí eu digo pro meu esposo: "A minha vontade vai crescendo cada vez mais, pra mim atrás dos meus objetivos. Não ficar ali parada.

Aí, fizeram uma entrevista. Aí, eu tava fazendo salgado lá na Márcia. [...]. Aí eu vi anúncio dizendo que ia ter o curso, ia ter a entrevista, né? Pra esse curso. Aí eu vou. Aí eu pergunto pra ela: "Márcia, eu vou te abandonar." Ela: "Eu não acredito que tu vai me abandonar." Porque ela ia pegando muitas entregas de salgado. [...] Eu falei assim: "Aí, Márcia, que pena que eu vou lhe abandonar." [...] Era uma ajuda assim que ela dava. Não era emprego. Era uma ajudinha que ela dava de 25 [reais] por semana. Aí 25 por semana sentada de uma às quatro, eu vou aprender uma coisa pro meu conhecimento mais, né? Aí ela ainda: "É, você quem sabe." "Pois eu vou pra lá. Depois de um tempo, se eu tiver disponível, eu volto." Aí mesmo assim eu fazendo o curso, às vezes eu ia pra lá dia de sábado, fazer os salgadinhos pra ela. Aí acabei não indo mais. [...] Aí eu disse: "É, porque a gente tem que procurar as melhoras, né? A gente não pode ficar num canto, ali parado. É igual um, um emprego, se você acha aquela oportunidade boa, você vai pra outro, não é? Se é mais melhor do que aquela, você vai pra outra. [...] Então o que você faz, você gosta de fazer, você tá notando que você não gosta de fazer aquela coisa. Por exemplo, lá eu gostava de fazer, mas era pouco, né? E eu não tava aprendendo, eu tava fazendo só aquele salgadinho e ficava ali. Aí eu disse: "Ah, eu vou pra lá..." [...] Ficava só fazendo salgadinho e conversava. Só ali mesmo. Parada, bem dizendo. Só aquela função que era só pra fazer aquele salgadinho. Aí aqui não, a gente conversa, eu conheci várias meninas, várias mulheres com história diferentes. É mais melhor do que tá lá. Eu acho que ela ficou um pouquinho chateada. Eu disse: "Se um dia eu puder eu volto pra tu e aí a gente continua de novo". Ela: "Não, tá bom." Hoje em dia ela não faz mais salgado pequeno. Mas eu acho mais melhor aqui, que eu tô conhecendo coisas nova, tô vendo qual o meu conhecimento, o meu conhecimento eu tô passando, tô recebendo conhecimentos novos. É muito mais melhor, né? Se aparecer um curso mais melhor que o emprego, claro que eu vou sair daqui e vou pro outro. Se não der certo, não tem nada a ver, volto (Entrevista 3).

Esse e outros tantos relatos feitos pelos moradores participantes das atividades do banco, sejam eles tomadores de crédito, trabalhadores ou mulheres, pôde-se observar os pequenos indícios desse processo. "Nós surgimos no mapa", disse uma das mulheres participantes do projeto ELAS, durante uma conversa. Não seria esse mais um exemplo?

Considerações Finais

Chego ao fim de uma trajetória de quatro anos, que resultou nas reflexões presentes nesta tese. As indagações sobre os processos de organização popular e os efeitos possíveis na vida concreta da população estiveram presentes desde as primeiras experiências no campo da economia solidária e depois no trabalho com os movimentos de moradia na cidade de São Paulo. A crítica incessante da reprodução dessas iniciativas sempre me levou ao desafio de uma posição que me afastasse de uma visão maniqueísta do dever ser que assumem esses discursos, e que, ao mesmo tempo, não me deixasse cair em uma análise de otimismo ingênuo de uma jovem pesquisadora formada nas grades e muros da Universidade de São Paulo. A parceria direta de trabalho com essas iniciativas e, principalmente, as reflexões responsáveis, generosas e, por que não, realistas da Prof^a Sylvia Leser de Mello e do Prof. Paul Singer deram às ambiguidades e contradições seu espaço e essencial valor. Assumi, assim, esse desafio de tentar compreender as tensões, ambiguidades, contradições e movimentos na construção de uma iniciativa de economia solidária – o Banco Palmas – e foi o que tentei desenvolver neste trabalho.

As diversas dimensões dos bancos comunitários, descritas na apresentação deste texto, não puderam ser exaustivamente discutidas e, sem dúvida, muitas delas ficaram submersas a outras análises ou foram, tangencialmente, tocadas. A escolha pelo Banco Palmas se deu por ter, ao longo do primeiro ano da pesquisa, tomado contato com tamanha riqueza de processos, sistematização e reflexões sobre a história de 40 anos da experiência aqui descrita.

O Banco Palmas é também a forma concreta, diante dos imperativos econômicos, da capacidade criadora da população pobre que constrói, continuamente, com pequenos tijolos, a história de lutas pela diminuição da desigualdade e por uma sociedade mais democrática.

Ancorada em Martins e, de alguma forma, nas ideias de Henri Lefebvre, as contradições do vivido puderam se tornar material rico de análise. O movimento de construção do novo, a partir de nossas velhas heranças, também pôde ser guiado pelos escritos de Marilena Chauí com a descrição precisa de traços estruturantes de nossa cultura e, muitas vezes, impeditivos de afirmar como conquistas as demandas populares por justiça social.

Apesar das vivências concretas da população ser o mais importante substrato de análise, elas puderam ser enriquecidas pela descrição dos atuais mecanismos de reprodução do capitalismo financeiro. É, também, na tensão da lógica hegemônica global que se instituem essas pequenas ilhas de resistência cotidiana. Milton Santos foi o suporte que permitiu relacionar essa tensão entre a lógica global e a mudança passiva nos territórios com os processos ativos de resistência locais. O Banco Palmas se encontra no fio da navalha ao se projetar no debate financeiro, reafirmando sua função como banco, entretanto, sempre disputando e negociando o uso de outra lógica submersa às ferramentas e mecanismos financeiros.

Como analisado, para potencializar o banco comunitário no território, construiu-se uma parceria com os bancos públicos para a oferta do serviço de correspondente bancário, entretanto, é através **do modo** como se realiza essa oferta e as diversas articulações com a dinâmica local que o torna, de fato, potente. A relação com o Banco Central do Brasil é de parceria, mas ainda com muitos passos a avançar numa forma de reconhecimento legal que não sirva como instrumento de controle, e sim legitimação dessa ação. Contudo, a relação com o poder público, parceiro direto em diversas atividades, é que nos permite reflexões importantes sobre os processos de institucionalização das práticas sociais, hoje, fortemente compreendidas na chave da burocratização e do formalismo. Num momento em que o Estado se encontra, mesmo que contraditoriamente, produzindo avanços nas políticas públicas de caráter universal, ele não pode prescindir das forças sociais que construíram práticas efetivamente democráticas na luta contra a pobreza e as desigualdades nos últimos 30 anos.

Embora a relação com o poder público e outros agentes governamentais seja campo de análise necessário, pois conforma também as práticas cotidianas, é ao nível do vivido que surgem os mais significativos resultados desse trabalho. Nessa dimensão tonou-se possível compreender o papel do Banco Palmas na conformação de experiências para seus moradores em relação à vida econômica, à vida na cidade, à vida no bairro e, por que não, indícios da busca por um novo lugar a ocupar na História.

As concepções sobre vida cotidiana trazidas por Lefebvre, com as quais tive maior contato através de José de Souza Martins, se constituíram como suporte importante, pois elas não reduzem a vida a essa dimensão, pelo contrário,

ressaltam-na como produto histórico e que contém as determinações sociais e os possíveis elementos para sua transformação. Com essa perspectiva, nem correu-se o risco de isolar essas práticas ao seu nível cotidiano, nem de permanecer presa às determinações macroestruturais paralisantes. Esse enquadramento indicou caminhos, mas não limitou os achados da pesquisa a pressupostos teóricos previamente concebidos. O trabalho fala de movimentos, busca de equilíbrios e, como sugere o título, localização e enfrentamento de dilemas. Esses não se encontram apenas na experiência do Banco Palmas, mas também em nossa sociedade ainda em busca de pilares menos autoritários para estruturar a vida social. Esses traços não devem ser responsáveis por justificar nossa inconclusa modernidade, mas por colocar luz e abrir possíveis caminhos. O Banco Palmas é, sem dúvida, um exemplo da busca por uma vereda potente nessa trama tão imbricada de nossa vida social.

Para análise do Banco Palmas, a noção de mediação e o duplo significado que ela contém como produção e produto, foram importantes fios condutores para a discussão. A partir dessas ideias o banco foi pensado como instituição mediadora de novas referências e produtora de novos sentidos para o fazer econômico, social e político e como representação concreta de um conjunto de práticas, valores e modos de vida presentes no bairro.

Os escritos de Martins sobre a sociedade brasileira permitiram chegar a uma caracterização do Banco Palmas como uma conexão peculiar entre o arcaico e o moderno, ao articular as relações tradicionais de vizinhança e família aos mecanismos do mundo das finanças. Além disso, na linha tênue da proximidade das relações de vizinhança, pautadas tanto pela solidariedade genuína, como pela ordem moral e arraigadas à necessidade da sobrevivência, constroem-se os elementos para uma referência mais formal, que contribui para a conformação de uma referência menos privatizada e uma cultura mais democrática.

O tempo é dimensão essencial que traz para a prática mais um de seus dilemas: o tempo da urgência e da necessidade com o tempo das construções de pilares sólidos para as mudanças de longa duração. O Banco Palmas ao buscar desenvolver alternativas econômicas pode produzir uma experiência mais duradoura da estabilidade, abrindo espaço para a vivência do tempo mais alargado da História e do sentimento de pertencer à construção desse porvir.

Todos esses elementos foram tomando forma ao longo do trabalho e não se encontravam como questão de pesquisa *a priori*. Dessa forma, as entrevistas e os relatos não foram analisados a partir de questões prévias para a confirmação de hipóteses anteriormente concebidas. Elas ajudaram a revelar alguns dos elementos que conformaram um quadro de reflexão sobre a prática do Banco Palmas. O resultado foi a constituição de um campo de questões que pede maior aprofundamento e pode ser o ponto de partida para novos estudos e pesquisas. É no exame cuidadoso do cotidiano das práticas, e da construção dos sentidos para os participantes de iniciativas como o Banco Palmas que encontraremos as tensões, os movimentos e os dilemas, substratos que as sustentam.

Esse trabalho, portanto, é uma pequena e singela contribuição que se junta aos diversos estudos sobre os processos de dominação e as lutas populares, essas sempre contraditórias e ambíguas. As discussões descritas podem trazer elementos de reflexão para aqueles que atuam diretamente com iniciativas populares, sejam com bancos comunitários ou não. É para esse espaço da prática que volto depois dessa longa caminhada.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: AnnaBlumme; ADS-CUT; Sebrae, 2004.

_____. *Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semiárido brasileiro*. 2004.

Disponível em: http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/Financas_de_proximidade.pdf. Último acesso em junho de 2011.

ABILIO, L.C. *O make-up do trabalho: uma empresa e milhões de revendedoras*. 2011. 307 fls. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas.

ANDRADA, C. F. *O encontro da política com o trabalho: história e repercussões da experiência de autogestão das cooperadas da Univens*. 2005. 267 fls. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

ANDRADA, C. F. *Trabalho e política no cotidiano da autogestão: o caso da Rede Justa Trama*. 2013. 217 fls. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS. *O canal de drenagem: a história de um povo que se organiza, busca parcerias e urbaniza seu bairro*. Coleção Memórias de Nossas Lutas. Fortaleza: ASMOCONP, v.2, 1998.

BACELAR, Tânia. Nordeste: heranças, oportunidades e desafios. In: *Teoria e debate*. Edição 77. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/nordeste-herancas-oportunidades-e-desafios>. Último acesso em 10 de outubro de 2013.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida a Crédito: conversas com Citlali Roviroso-Madrado/ Zygmunt Bauman*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BATEMAN, M.; CHANG, H.J. Microfinance and the Illusion of Development: From Hubris to Nemesis in Thirty Years. In *World Economic Review*, vol 1, 2012. p. 13-36.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRAZ, Juliana de Oliveira Barros; SILVA, Diego Silva V. *Os Sentidos da Moeda Social num Bairro Periférico de um Grande Centro Urbano do Brasil*. Trabalho apresentado no Colóquio Internacional sobre Moedas Comunitárias e Complementares – Lyon – França, 2011.

BÚRIGO, Fábio Luiz. *Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária*. Florianópolis, 2001.

_____. *Finanças e Solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. Chapecó, SC: Argos, 2010.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

_____. Cultura política e política cultural. In: *Estudos Avançados* 9 (23), São Paulo: Edusp, 1995.

_____. Cultura e democracia. In: *Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales*. Año 1, no. 1 (jun.). Buenos Aires: CLACSO, 2008.

_____. Cultura Popular e Autoritarismo. In: ROCHA, André (Org.) *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. O capital portador de juros: Acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.35-68.

CONTEL, Fábio Betioli. Espaço Geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil. *Caderno CRH*, vol.22, n.55, jan/abr, 2009, p. 119-134.

COSTA, Adriano. Banco Palmas como uma plataforma de desenvolvimento comunitário. In: MORAES, Leandro; BORGES, Adriano (Org.) *Novos Paradigmas de Consumo e Produção: experiências inovadoras*. São Paulo: Instituto Pólis, 2010, p. 250-292.

_____. Banco dos Cocais: uma experiência inovadora de bancos comunitários. In: MORAES, L.; BORGES, A (Org.) *Novos Paradigmas de Consumo e Produção: experiências inovadoras*. São Paulo: Instituto Pólis, 2010, p. 295-341.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. (Org). *Anos 90 - Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

DICKEN, Peter. 'Fazendo o mundo girar': serviços financeiros. In: *Mudanças Global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial*. Bookman, 2010

FARE, Marie; FREITAS, Carlos de; MEYER, Camille. *Community currencies in Brazilian community development banks: What role in territorial development? The case of Banco Palmas*. [s.n], 2013.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean Louis. *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. A Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local. In *Organizações & Sociedade*, v.15, n.45 (abr/jun), 2008, p. 219-232.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et. al. Solidarity finance through community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas. In *R.Adm*, São Paulo, v.47, n.3, jul./ago/set, 2012, p.500-515.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; SCALFONI, Ariadne.; LEAL, Leonardo. *Moedas Sociais e Territórios na Experiência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil*. Trabalho apresentado no XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, UFPE, Recife-PE, 2011.

FREIRE, Marusa Vasconcelos. A importância dos bancos comunitários para a inclusão financeira. In: NESOL & INSTITUTO PALMAS (Org.) *Banco Palmas 15 Anos: resistindo e inovando*. São Paulo: A9 Editora, 2013, p. 41-59.

GUTTMAN, Robert. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. In *Novos Estudos CEBRAP*, n.82, 2008, p. 11-33.

HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. In *Interfacehs: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*. v.2, n.4., 2007. http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/traducoes.asp?ed=4&cod_artigo=74

JAPPE, ANSELM. O dinheiro esta se tornando obsoleto. [s.n], 2011. Disponível em <http://www.exit-online.org/textanz1.php?tabelle=transnationales&index=9&posnr=188&backtext1=text1.php>

JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina; ABRAMOVAY, Ricardo. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. In *R.Adm*, São Paulo, v.40, n.1, jan./fev./mar, 2005, p.19-33.

KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. In *Novos Estudos*, n° 63, 2002, p.9-30.

_____. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Ed. 34, 2009.

KRAYCHETE, Elsa. As organizações de cooperação internacional, a redefinição de desenvolvimento e pobreza e as microfinanças. In *Pesquisa e Debate*, São Paulo, vol. 16, número 2(28), 2005, p. 249-268.

_____. Desenvolvimento: razões e limites do discurso do Banco Mundial. In *Caderno CRH*, Salvador, v. 19, n. 48, p. 415-430, Set./Dez., 2006.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia In KRAYCHETE, Gabriel; et. al (org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL, 2000, p. 15-37.

_____. Economia Popular Solidária: paisagens e miragens. In *Caderno do CEAS*, out-dez, 2008. Disponível em: <http://www.capina.org.br/download/pub/gkspmtxt.pdf>. Último acesso em abril/2011.

KURZ, Robert. A economia política da simulação: A realidade da aparência e a aparência da realidade no fim da modernidade. Original *Politische Ökonomie der*

Simulation in www.exit-online.org. Publicado na Folha de São Paulo em 03.09.1995 com o título *A realidade irreal*. Trad. José Marcos Macedo. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz55.htm>

LEFEBVRE, Henri. *Critique of Everyday life: Introduction*. United Kingdom: Verso, 1991a.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991b.

_____. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: Martins e Foracchi (Org.). *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Temáticos e Científicos, 1980.

LOWY, Michel. *Romantismo e Messianismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales; JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates. *Microfinanças: racionalidade econômica e solidariedade social*. São Paulo: Saint Paul Editora, 2007.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. A finança capitalista: a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo. In *Revista Economia Ensaios*, Revista do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, v. 24, n.1, 2009.

Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/3650>. Último acesso em: 10 de setembro de 2013.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, no fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Hucitec; São Caetano: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

_____. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus, 2009.

_____. *A Sociabilidade do Homem Simples*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. *O poder do circulante local: a moeda social no Conjunto Palmeira*. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2005.

_____. *Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade*. Fortaleza: Instituto Palmas, 2006.

_____. *Bairros pobres, ricas soluções*: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

MELLO, Sylvia Leser. *Trabalho e Sobrevivência*. São Paulo: Ática, 1988.

_____. Família das classes populares: tradição e mudança. In: *Rev. Bras. Cresc. Hum.* São Paulo, IV (1), 1994, p.21 -27.

_____. Revisão Histórica e Teórica das Raízes da Economia Solidária no Brasil. In: Material de formação. *Encontro de formação em economia solidária*. São Paulo: Instituto Kairós, 2009, p.14-20.

MELLO, Sylvia Leser, SÍGOLO, Vanessa & BARBIERI, Estela. *Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais*. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW. 2007.

MENDELL, Marguerite. *Reflections on the evolving landscape of social enterprise in North America*. Disponível em: <http://www.ssc.wisc.edu/~wright/Social%20Economy%20PDFs/Quebec%20Social%20Economy/Mendell%202009.pdf>

MORENO, Marco Antonio. *Como o sistema financeiro mundial criou a dívida*. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Como-o-sistema-financeiro-mundial-criou-a-divida/7/17237>.

NEIVA, Augusto Câmara; BRAZ, Juliana de Oliveira Barros; NAKAGAWA, Carolina Teixeira; MASCARENHAS, Thais Silva. Banco Palmas: resultados para o desenvolvimento comunitário e a inclusão financeira e bancária. In: NESOL & INSTITUTO PALMAS (Org.) *Banco Palmas 15 Anos: resistindo e inovando*. São Paulo: A9 Editora, 2013, p. 105-178.

OLIVEIRA, Francisco de. Anos 70: As hostes errantes. In: *Novos Estudos CEBRAP*, v.1, 1, dez., 1981, p.20-24.

_____. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.) *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. In: *Estudos Avançados*, 23 (66), 2009.

_____. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: DE OLIVEIRA, Francisco; BRAGA., Ruy. RIZEK, Cibele (Org.) *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PATTO, Maria Helena Souza. O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação. *Perspectivas*, São Paulo, 16, 1993, p. 119-141.

_____. *A cidadania negada*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

PAULINO, Antonio George Lopes. A economia solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas. 313f. 2008. Tese de Doutorado Centro de Humanidades Universidade Federal do Ceará.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. *Banco Comunitário – Serviços Financeiros Solidários em Rede*. [s.n], 2006.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANCHEZ, Fábio José Bechara *Além da informalidade, quem dos direitos: reflexões sobre trabalho desprotegido*. 2012. 200fls. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo.

SANTOS, Milton. *O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006.

SARTI, Cintia. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SATO, Leny. Olhar, ser olhado e olhar-se: notas sobre o uso da fotografia na pesquisa em psicologia social do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 12, n. 2, p. 217-225, 2009.

SATO, Leny; Esteves, Egeu. *Autogestão: possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo peculiar*. São Paulo: ADS/CUT, 2002.

_____. *Avaliação de impactos e de imagem: Banco Palmas – 10 anos*. Fortaleza: Arte Visual, 2008.

_____. *Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças*. VI Conferência Regional ISTR para América Latina y el Caribe. Salvador de Bahía, Brasil, 2007.

SILVA, Roberto Vilela de Moura. *Disseminação de programas públicos de microcrédito: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*. 185fls. 2007. Dissertação de Mestrado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

SIMMEL, George. O dinheiro na cultura moderna. In: *A psicologia do dinheiro e outros ensaios*. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

SINGER, Paul. *Desenvolvendo confiança e solidariedade: as instituições necessárias*. Versão preliminar para Ciclo de Seminários: Brasil em Desenvolvimento, 2003. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/desenvolvimento>. Acessado em: 20/10/2011.

_____. Desenvolvimento capitalista, desenvolvimento solidário. In *Estudos Avançados USP*, 18 (51), 2004, p. 07-22.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Introdução. In MELLO, S. L. (Org.). *Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais*. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.

_____. É possível levar desenvolvimento a comunidades pobres? In MELLO, Sylvia Leser et al. *Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais vol.2*. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2007.

_____. Finanças solidárias e moeda social. In *Perspectivas e desafios para*

inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores. FELTRIN, Luiz Edson et. al. (coord.). Brasília: Banco Central do Brasil, 2009, p. 69-78.

SINGER, Paul; MACHADO, José. *Economia Socialista*. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2000.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*; 15 (2): 18-42; jul./dez, 2003.

_____. O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade* 20, Edição Especial, p. 70-77, 2008.

TEDESCO, João. Carlos. *Paradigmas do Cotidiano: Introdução à Constituição de um Campo de Análise Social*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

TELLES, Vera da Silva. A Pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. In *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, vol. 4, nº 2, abr./jun, 1990, p. 37- 45.

TEODOSIO, Armindo dos Santos de Sousa; CORMINI, Graziella. Inclusive business and poverty: prospects in the Brazilian context. In: *R.Adm.*, v.47, n.3, jul./ago/set, São Paulo, 2012, p.410-421.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE GENERAL SARMIENTO. *Finanzas para la economía social*. Cartillas de economia social no 1. Buenos Aires: MAES ICO/UNGS, 2007.

ZELIZER, Viviane. Dualidades Perigosas. In: *Mana* 15(1), 2009, p. 237-256.